

KATIANI TATIE SHISHITO

A EXPECTATIVA TEMPORAL E A PERMANÊNCIA DE BRASILEIROS NO JAPÃO

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Demografia do Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas.

Orientadora: Profa. Dra. Rosana Baeninger

CAMPINAS

2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
SANDRA APARECIDA PEREIRA-CRB8/7432 - BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

Sh68e Shishito, Katiani Tatie, 1983-
A expectativa temporal e a permanência de brasileiros
no Japão / Katiani Tatie Shishito. -- Campinas, SP : [s.n.],
2012

Orientador: Rosana Aparecida Baeninger
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Migração. 2. Brasileiros-Japão. 3. Trabalhadores
estrangeiros - Japão. 4. Demografia. I. Baeninger,
Rosana Aparecida, 1963-. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em Inglês: The temporal expectation and the permanence of
Brazilian temporal

Palavras-chave em inglês:

Migration

Brazilians - Japan

Foreign workers - Japan

Demography

Área de concentração: Demografia

Titulação: Mestre em Demografia

Banca examinadora:

Rosana Aparecida Baeninger [Orientador]

Maria Silvia Casagrande Beozzo Bassanezi

Lili Katsuco Kawamura

Data da defesa: 29-02-2012

Programa de Pós-Graduação: Demografia

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

***A EXPECTATIVA TEMPORAL E A PERMANÊNCIA DE
BRASILEIROS NO JAPÃO.***

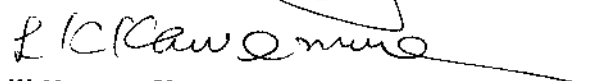
KATIANI TATIE SHISHITO

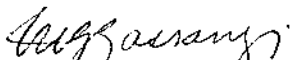
Dissertação de Mestrado em Demografia
apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de Campinas –
UNICAMP, sob a orientação da Profa. Dra. Rosana
Aparecida Baeninger.

Este exemplar corresponde à redação
final defendida e aprovada em,
29/02/2012.

Banca:


Profa. Dra. Rosana Aparecida Baeninger


Profa. Dra. Lili Katsuco Kawamura


Profa. Dra. Maria Silvia Casagrande Beozzo Bassanezi

Profa. Dra. Roberta Guimarães Peres – suplente

Prof. Dr. Wilson Fusco - suplente

CAMPINAS/2012

Para o querido Pietro

E todos os imigrantes

Agradecimentos

Agradeço à CAPES pela bolsa de mestrado que possibilitou que este trabalho fosse realizado, à Fapesp e CNPq pelo apoio à pesquisa. À Associação Brasileira de Okazaki, *Okazaki International Association*, Consulado Geral do Brasil em Nagoya pelo apoio institucional no Japão; meu especial agradecimento ao GAV e ao UniReiki e seus membros, pela dedicação e esforço para a realização da pesquisa de campo no Japão.

Ao NEPO – Núcleo de Estudos de População da Unicamp por oferecer estrutura e recursos, que facilitaram o processo da pesquisa, e a todos os seus funcionários, professores e pesquisadores. À Ivonete por toda a atenção e à Roberta pela grande ajuda na construção inicial do questionário.

À Rosana Baeninger, minha orientadora, pela dedicação ao trabalho de pesquisa e de orientação; pelo apoio desde o início de minha iniciação científica e pela inestimável compreensão durante todos esses anos.

À Maria Silvia Bassanezi e Lili Kawamura que juntas compuseram minha banca de qualificação, meus agradecimentos por suas sugestões e observações. Ainda à Eunice Akemi Ishikawa, pela gentileza ao enviar seus trabalhos via e-mail quando precisei.

Aos entrevistadores, que colaboraram para aplicar os questionários no Japão, sem os quais este trabalho não teria sido realizado da forma como se apresenta. Meus sinceros agradecimentos à Renato, Marina, Yumi, Patrícia, Tatiana, William, minha mãe Cida, e meu pai Massato (que viabilizou a formação desse grupo) e os apoios institucionais para a pesquisa no Japão. À todos os entrevistados que compartilharam parte de suas vidas e de seu tempo.

Este foi também um trabalho familiar, e não poderia deixar de agradecer a todo apoio incondicional de minha família, meu irmão Kiko e meus pais, que acompanharam de longe, muito longe, mas sempre presentes formando a base e a estrutura necessária para qualquer experiência desafiadora. Meu irmão

Akira, que embora não estivesse em minha convivência cotidiana, esteve presente em todos os momentos da pesquisa, com leituras críticas e sugestões interessantes; uma parceria de imensa satisfação, e também momentos descontraídos, para aliviar a tensão de nossa situação simultânea em vivenciar os mesmos desafios na vida acadêmica.

Ao querido Pietro, meu filho, que me motiva a continuar sempre em frente, por toda a força, energia, alegria e coragem que só as crianças conseguem ter, pela sua companhia e pelos ótimos momentos que compensam qualquer cansaço ou dificuldades do trabalho. Aos meus familiares que me apoiam mais de perto, minha tia Dega, tio Tomio, Akio, Akemi, Marcelo, Léo e Lucas, por estarem sempre presentes, pelos momentos de acolhimento e descanso entre fases difíceis. À minha amiga Lourdes de longas viagens até a Unicamp, durante anos, sempre com palavras sinceras e amigas.

Aos colegas e amigos da Unicamp, pelo companheirismo nesse tempo de convivência nos cursos, nos almoços e cafés. À Raquel por sua virtude em escutar e me ajudar a refletir sob outras perspectivas, pela ajuda também na construção do banco de dados e pelas sugestões e incentivos sempre encorajadores; à Dafne pela agradável convivência cotidiana, pelas opiniões sinceras aos meus trabalhos e projetos; à Alê pelas longas e terapêuticas conversas nos encontros ‘quase sem querer’ pelos corredores do IFCH e João pelas muitas e ótimas risadas que já demos juntos; à Mariana e Antônio pela nova porém estimada amizade e pela grande ajuda no processo de obtenção dos dados em língua japonesa; à Lilian pela também nova e querida amizade e pelas trocas enriquecedoras de informações por pesquisarmos sobre o mesmo tema.

À todos os amigos que fizeram parte de minha vida durante esse processo, amigos de todas as horas, Dani, Lari, William, Léo, Fernanda, Dri, Carla, Thaiza, Marcelo, Tomas, Julz, Bibi, Natalie, Ravena, Renato, Rosário, Amanda, Leandro, Natália, e todos que embora não caibam aqui, sabem que são importantes em minha vida, obrigada!

*"De nuestros miedos
nacen nuestros corajes
y en nuestras dudas
viven nuestras certezas.
Los sueños anuncian
otra realidad posible
y los delirios otra razón.
En los extravíos
nos esperan hallazgos,
porque es preciso perderse
para volver a encontrarse."
(Eduardo Galeano)*

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar a temporalidade do processo migratório de brasileiros no Japão em anos recentes. Foi adotada a perspectiva da expectativa temporal em processos migratórios (ROBERTS,1995) para melhor compreender a tendência de permanência de brasileiros no Japão. Dessa forma priorizam-se as análises referentes às políticas de controle migratórias do Japão, bem como às configuração recentes das redes sociais de brasileiros e à formação familiar no destino, como fatores que influenciariam a alteração da expectativa temporal. Questões sobre a crise econômica internacional de 2008 também são tratadas na pesquisa. A metodologia abarca o uso de dados secundários, como as estatísticas oficiais do governo japonês sobre a migração e o registro de estrangeiros no país, bem como a análise de dados primários com os resultados de pesquisa de campo realizada no Japão.

Palavras-chave: Migração, Brasileiros-Japão, Trabalhadores estrangeiros – Japão, Demografia

ABSTRACT

This work aims to analyze the temporality of brazilians' migration process in Japan in recent years. The perspective of temporal expectation in migratory processes (ROBERTS,1995) was adopted to better comprehend the tendency of brazilians permanence in Japan. This way, the analysis of Japan's migratory control policies, as well as recent brazilian social networks' configurations and the family formation in the destination, are prioritized as influencing factors on the alteration of temporal expectation. Questions regarding 2008's international economic crisis are also addressed in the research. The methodology includes the use of secondary data, with oficial data from the japanese government on the migration and registry of foreigners in the country, as well as the analysis of primary data with the results of field research conducted in Japan.

Key words: Migration, Brazilians – Japan, Foreign workers – Japan, Demography

Lista de Tabelas

Tabela 1: Local de Nascimento dos residentes por UF (Brasil) ou Província	81
Tabela 2: Número de residentes por domicílio, 2011	83
Tabela 3: Posição no domicílio por sexo do residente, 2011	84
Tabela 4: Estado conjugal de residentes maiores de 16 anos por sexo, 2011	84
Tabela 5 : Escolaridade dos residentes por sexo, 2011	85
Tabela 6: Modalidade de visto de residência dos informantes, 2011	87
Tabela 7: Tipo de moradia dos informantes e residentes, 2011	90
Tabela 8: Situação da previdência social dos informantes n=78, 2011	92
Tabela 9: Fator de motivação para viajar ao Japão, 2011	93
Tabela 10: Expectativa de permanência antes de chegar ao Japão, 2011	95
Tabela 11: Motivos para não concretização da expectativa temporal, 2011	96
Tabela 12: Redes sociais migratórias, 2011	98
Tabela 13: Redes sociais entre brasileiros residentes no Japão, 2011	99
Tabela 14: Número de filhos por informante , 2011	104
Tabela 15: Perspectiva de retorno dos filhos por faixa etária, 2011	105
Tabela 16: Perspectiva de retorno dos filhos por tipo de escola, 2011	106
Tabela17:Dificuldade dos filhos com a língua japonesa por tipo de escola, 2011	108
Tabela 18: Continuidade dos estudos dos filhos no Japão, 2011	109
Tabela 19: Ano da primeira entrada dos informantes no Japão, 2011	110
Tabela 20: Estatísticas sobre o ano de primeira entrada no Japão, 2011	110
Tabela 21: Remessas ao Brasil por finalidade de envio, 2011	111
Tabela 22: Pretensão de voltar ao Brasil e motivos, 2011	113
Tabela 23: Retorno ao Japão, 2011	114

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Total de estrangeiros e Coreanos registrados no Japão 1947 – 2010..	41
Gráfico 2: Estrangeiros registrados no Japão por nacionalidade 1980 – 2010.....	41
Gráfico 3: Brasileiros registrados no Japão 1985-2010.....	42
Gráfico 4: Entrada e saída de brasileiros no Japão 1950-2011.....	43
Gráfico 5: Entrada e saída de brasileiros no Japão 1985-2011.....	44
Gráfico 6: Entrada de brasileiros no Japão 2006-2011.....	45
Gráfico 7: Entrada de estrangeiros no Japão 2006-2011.....	45
Gráfico 8: Reentrada de brasileiros no Japão por status de residência.....	46
Gráfico 9: Brasileiros registrados no Japão 2000-2010.....	47
Gráfico 10: Estrutura etária de brasileiros registrados no Japão, 1995.....	49
Gráfico 11: Estrutura etária de brasileiros registrados no Japão, 2000.....	50
Gráfico 12: Estrutura etária de brasileiros registrados no Japão, 2005.....	51
Gráfico 13: Estrutura etária de brasileiros registrados no Japão, 2010.....	52
Gráfico 14: Brasileiros registrados por cidade de residência 2006-2010.....	79
Gráfico 15: Brasileiros registrados em Okazaki e Toyohashi 2006-2010.....	79
Gráfico 16: Estrutura etária de brasileiros entrevistados, 2011.....	82
Gráfico 17: Ocupação no Japão.....	86
Gráfico 18: Período da primeira e última viagem ao Japão.....	88
Gráfico 19: Número de viagens ao Japão.....	89
Gráfico 20: Conhecimento do idioma japonês.....	89
Gráfico 21: Estrutura etária respondentes da pesquisa, 2011.....	92
Gráfico 22: Expectativas temporais não concretizadas, por motivo e nível de redes entre brasileiros.....	100
Gráfico 23: Expectativas temporais concretizadas, por motivo e nível de redes entre brasileiros.....	101
Gráfico 24: Pretende fixar moradia no Japão.....	102
Gráfico 25: Pretende fixar moradia no Japão – Tsunami.....	103
Gráfico 26: Se for ao Brasil, pretende retornar ao Japão.....	114

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 – A MIGRAÇÃO DE BRASILEIROS AO JAPÃO	7
1.1 – Migrações entre Brasil e Japão: História e estudos.....	10
1.2 – Questões atuais na migração de brasileiros ao Japão.....	20
1.2.1 – Perspectiva das redes sociais na imigração de brasileiros no Japão.....	20
1.2.2 – A expectativa temporal em processos migratórios.....	25
CAPÍTULO 2 – DINÂMICA E CARACTERIZAÇÃO ATUAL DA POPULAÇÃO DE IMIGRANTES BRASILEIROS NO JAPÃO.....	31
2. 1 – Políticas de Controle de Imigração do Japão.....	33
2. 2 – População e fluxo de brasileiros no Japão.....	40
2. 3 – Brasileiros no Japão durante a crise econômica de 2008.....	53
CAPÍTULO 3 – CONFIGURAÇÕES DA EXPECTATIVA TEMPORAL DE BRASILEIROS NO JAPÃO.....	71
3.1 – Relatos sobre a pesquisa de campo.....	71
3. 2 – O projeto migratório e o tempo de permanência.....	77
3.2.1 – Perfil socio-demográfico dos brasileiros entrevistados.....	78
3.2.2 – Expectativas temporais e redes sociais no processo migratório.....	93
3.2.3 – Formação familiar e educação dos filhos no Japão.....	104
3.2.4 – Remessas, crise econômica, retorno e circularidade.....	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	123
ANEXOS.....	130
Anexo 1 – Questionário aplicado aos brasileiros no Japão.....	131
Anexo 2 – Tabela de ocupação no Japão por faixa etária.....	138
Anexo 3 – Tabela de ocupação no Brasil por faixa etária.....	139
Anexo 4 – Tabela sobre a concretização da expectativa temporal e os motivos para a migração.....	140
Anexo 5: Tabela de População brasileira registrada no Japão por sexo e idade quinquenal, 1995,2000,2005,2010.....	141

A EXPECTATIVA TEMPORAL E A PERMANÊNCIA DE BRASILEIROS NO JAPÃO ¹

INTRODUÇÃO

O trabalho tem como objetivo abordar o tema da imigração de brasileiros no Japão a fim de compreender a mudança da expectativa temporal do projeto migratório dentro de sua rápida dinâmica em anos recentes. O fluxo migratório de brasileiros ao Japão é decorrente de um processo histórico da imigração japonesa no Brasil do início do século XX.

Busca-se abordar o tema da migração de brasileiros para o Japão, contemplando análises referentes à expectativa temporal desse processo, resgatando por um lado o processo histórico do qual decorre e as características que marcaram o início desse fluxo migratório. Por outro lado, identificando os possíveis fatores de influência para essa mudança na temporalidade do projeto migratório em anos recentes e a maior permanência no destino.

A migração de brasileiros ao Japão tem início em meados da década de 1980 e é fortalecido e ampliado a partir de 1990, com a reforma da Lei de Controle de Imigração Japonesa. A partir dessa reforma, esse fluxo migratório vem apresentando uma reconfiguração e uma rápida dinâmica em seu perfil, que passou de individual à familiar, ou seja, no início os imigrantes viajavam sem as famílias, eram em grande parte homens, filhos e netos de japoneses radicados no Brasil (ROSSINI, 2000); e de temporário à uma indeterminação temporal, em que os planos de migração com prazos pré-estabelecidos para o retorno passaram a ser cada vez mais indefinidos (SASAKI, 2000; HIRANO, 2008). Essas mudanças também se apresentam sob a forma de uma maior visibilidade do surgimento e consolidação das redes sociais de brasileiros no Japão em anos recentes (SASAKI, 2000; SUGUIURA, 2009; KAWAMURA, 2011).

¹ Esta dissertação contou com bolsa Capes e faz parte do projeto temático “Observatório das Migrações em São Paulo: fases e faces do fenômeno migratório” FAPESP/CNPq-NEPO/UNICAMP.

Dessa maneira, para compreender a mudança da expectativa temporal dos projetos migratórios (ROBERTS, 1995), ou seja, de que forma e sob quais circunstâncias a temporalidade da migração de brasileiros no Japão começa a apresentar traços de indefinições temporais com tendência à maior permanência, busca-se questionar se, além dos fatores formais de influência e determinações de expectativas temporais (como as políticas de controle migratórias, políticas para imigrantes e mercado de trabalho), também os fatores informais não apresentariam influência nesse processo de alteração da expectativa temporal. Tem-se em vista, principalmente, a atuação das redes sociais e a formação de famílias no destino.

A questão das redes sociais em processos migratórios vem ganhando espaço nos estudos das migrações internacionais e internas. No entanto, no fluxo de brasileiros para o Japão essa questão se apresenta como importante proposta de pesquisa e estudos, por se tratar ainda de uma questão relativamente recente dentro de uma dinâmica de três décadas da imigração de brasileiros no Japão (SUGUIURA, 2009).

Nesse sentido, consideramos a hipótese de que na existência de dificuldades de inserção social de brasileiros no Japão, suas redes sociais poderiam se expandir e se fortalecer, influenciando direta e/ou indiretamente na mudança da expectativa temporal (ROBERTS, 1995).

O trabalho visa, portanto, analisar a mudança na expectativa temporal dos brasileiros residentes no Japão, considerando de que maneira e quais fatores mais influenciariam nesse processo. Para realizar esse trabalho, apresenta-se como ponto de partida uma revisão bibliográfica do fluxo e da população de imigrantes brasileiros no Japão, e uma apresentação da dinâmica dessa população a partir dos dados oficiais do Instituto de Estatísticas do Japão e do *Immigration Bureau* do Ministério da Justiça do Japão. Para qualificar a questão central do trabalho, conta-se com os resultados obtidos em pesquisa de campo entre Dezembro de 2010 e Março de 2011, realizadas em duas cidades na região central do Japão, que apresenta grande concentração de imigrantes brasileiros.

Dessa maneira, a metodologia adotada para a pesquisa abarca tanto a utilização de dados secundários para a caracterização da população estudada e sua dinâmica demográfica, quanto o uso de dados primários para a pesquisa qualitativa, obtidos através da aplicação de questionários a um grupo de brasileiros residentes no Japão.

Seguindo o referencial teórico adotado para a pesquisa, Roberts (1995) considera que há três tipos de ‘durações socialmente esperadas’ (SEDs) – que melhor explicam e compõem a expectativa temporal em processos migratórios. A partir dessa perspectiva, as temporalidades que se cruzam no processo migratório são representadas nessa pesquisa *grosso modo* pelas i) políticas de controle migratórias, apresentando as expectativas socialmente prescritas, ii) redes sociais de brasileiros no Japão, apresentando as expectativas coletivamente esperadas, e iii) composição familiar dos brasileiros no Japão mostrando as expectativas temporais modelo². Essa definição sintetiza um processo que é muito mais amplo e complexo, e com nuances que se mostrará mais detalhadamente na apresentação dos resultados, mas coloca-se nesse momento em guisa de simplificar a compreensão das dimensões através das quais a pesquisa foi pensada e construída.

A dissertação está dividida em três capítulos, o primeiro capítulo do trabalho apresenta uma revisão bibliográfica sobre o tema, resgatando inicialmente o processo histórico da imigração japonesa no Brasil do qual é decorrente, e em seguida, consideram-se as particularidades do fluxo Brasil-Japão no contexto das migrações internacionais contemporâneas. Também, no primeiro capítulo, são apresentados os referenciais teóricos a partir dos quais o tema da expectativa temporal é trabalhado. Desse modo, consideram-se os conceitos sobre redes sociais em processos migratórios (MASSEY et. al, 1990; TRUZZI, 2008; SOARES, 2002; FUSCO, 2002); e as noções de *expectativa temporal* de Roberts (1995) sob o enfoque das redes sociais.

² Os três tipos de durações socialmente esperadas serão melhor explicados no decorrer do capítulo 1.

O segundo capítulo apresenta uma caracterização sócio-demográfica da população de imigrantes brasileiros no Japão, considerando o fluxo histórico e sua dinâmica recente. Esse trabalho é feito a partir de dados do portal do Instituto Oficial de Estatísticas do Japão (*e-Stat*) e de dados publicados pelo *Immigration Bureau* do Ministério da Justiça do Japão. Também são apresentadas as principais alterações nas Políticas de Controle de Imigração, desde sua primeira formulação em 1951, e o papel formal e prescrito que essas políticas têm sobre a migração. Em relação à dinâmica recente, atenção especial é reservada ao período da crise econômica internacional de 2008 para a análise dos dados sobre a permanência dos brasileiros nesse período. Através desse capítulo buscou-se compreender melhor as expectativas socialmente prescritas, com uma macro-análise demográfica sobre os imigrantes brasileiros no Japão e através das reformas das políticas de controle migratórias.

O terceiro capítulo apresenta uma análise qualitativa da questão a partir da coleta de dados primários com um grupo de brasileiros residentes no Japão no período da pesquisa. A pesquisa de campo foi realizada nas cidades de Okazaki e Toyohashi, ambas na Província de Aichi, região central do Japão que concentra grande número de brasileiros. Apresenta-se a descrição da metodologia adotada, bem como as análises, que visam apresentar os fatores de influência da mudança da expectativa temporal desse grupo de imigrantes.

Na primeira parte desse capítulo buscou-se compreender qualitativamente a dimensão prescrita e formal da expectativa temporal, em que foi feita uma caracterização sócio-demográfica mostrando o perfil do grupo entrevistado, bem como os tipos de visto de residência, os tipos de moradia em que residem, questões relativas à previdência social, inserção ocupacional etc.

Em seguida também foram realizadas análises qualitativas referentes às possíveis influências dos fatores informais, relacionados às redes sociais (que delineiam grupos de brasileiros convivendo e reproduzindo práticas e costumes brasileiros no Japão) e questões familiares (como o nascimento de filhos e suas expectativas educacionais e futuras) para verificar as mudanças da expectativa

temporal desses imigrantes brasileiros no Japão. Dessa maneira, foram analisadas as expectativas 'coletivamente esperadas' que tendem a ser imprecisas e apresentam-se como um dos principais componentes da identidade étnica (ROBERTS, 1995). Buscou-se, ademais, analisar as expectativas de retorno ou permanência no destino, ou ainda a indefinição em relação a tais questões. Para tal, foram exploradas questões que abordam as relações de brasileiros e seus compatriotas no destino e suas práticas cotidianas. Essas relações são analisadas a partir de redes de relações pessoais para viagem migratória, a partir do mapeamento das amizades que se configuram no Japão entre os próprios brasileiros ou também com japoneses, nas práticas adotadas através de preferências de consumo de produtos, gêneros alimentícios e de entretenimento brasileiros ou japoneses.

A última parte do capítulo mostra, além das expectativas coletivamente esperadas, também o terceiro tipo de expectativa chamada de 'expectativas temporais modelo' que são relacionadas aos padrões familiares. Esse tipo também tem uma natureza de grupo e é formada por diversos tipos de relações sociais e interpessoais, mas em um âmbito menor do que dos grupos que representam as expectativas coletivamente esperadas, por isso são delineadas ao grupo familiar, são formadas por experiências cotidianas e formam a base das estratégias familiares (ROBERTS, 1995). Para contemplar a análise dessa dimensão da expectativa temporal foram consideradas principalmente as questões relativas à formação familiar, ao tipo de sistema educacional (brasileiros ou japoneses) em que estão inseridas as crianças e adolescentes brasileiras no Japão, à perspectiva de retorno dos filhos e dependentes.

Por último, apresentam-se as considerações finais, em que são explorados os resultados da pesquisa de campo subdivididos pelas três principais dimensões da expectativa temporal, apontando para as conclusões finais do trabalho e novos questionamentos que surgiram no decorrer da pesquisa.

CAPÍTULO 1 – A MIGRAÇÃO DE BRASILEIROS AO JAPÃO

Neste capítulo aborda-se a questão da migração de brasileiros ao Japão no contexto das migrações internacionais; apresenta-se uma perspectiva de pesquisa relacionada à mudança da expectativa temporal (ROBERTS, 1995) do projeto migratório, que visa compreender as dinâmicas recentes desse fenômeno.

A migração de brasileiros ao Japão faz parte do contexto das migrações internacionais contemporâneas, fortalecidas sobretudo a partir da década de 1980 com os processos de reestruturação produtiva e globalização, em que os mercados internacionais de trabalho passaram a receber grande número de imigrantes e o Brasil passou a apresentar processos de emigração em direção aos países desenvolvidos.

Segundo Patarra “os movimentos migratórios internacionais constituem a contrapartida da reestruturação territorial planetária intrinsecamente relacionada à reestruturação econômico-produtiva em escala global” (2009: 1). Entre as quatro principais modalidades de fluxos de emigração do Brasil, consideram-se: o movimento de brasileiros para aos Estados Unidos, para a Europa, a continuação do movimento rumo ao Paraguai e o movimento para o Japão. O fluxo de brasileiros em direção ao Japão além de configurar uma decorrência do processo histórico da imigração de japoneses para o Brasil no início do século XX – apresentando influências de traços culturais e étnicos, da rede de parentesco e da política migratória do Japão para a emigração do Brasil - também é um fluxo movido por estratégias econômicas, característico das emigrações recentes para os Estados Unidos e Europa (PATARRA, 2009).

A emigração de brasileiros em direção ao Japão que se iniciou em meados da década de 1980 era formada principalmente por brasileiros *nikkeis* – palavra do idioma japonês que caracteriza os descendentes de japoneses radicados no exterior. Essa migração ficou conhecida inicialmente como ‘movimento *dekassegui*’. A palavra *dekassegui* (出稼ぎ) é formada pela união de dois verbos japoneses: *deru* (出る) que significa sair; e *kasegu* (稼ぐ) que significa

trabalhar, ganhar dinheiro através do trabalho; em seu sentido literal a palavra significa: sair para trabalhar e ganhar dinheiro em outro lugar. Segundo Litvin (2007) esse termo era originalmente utilizado no Japão fazendo referência às pessoas que migravam a trabalho, provenientes geralmente de zonas rurais e das regiões mais pobres do Japão para as mais desenvolvidas, e dessa maneira, realça a condição de migração por necessidade. Dessa forma, o termo como era utilizado tradicionalmente no Japão carrega uma imagem estigmatizada do imigrante pobre, que busca ganhar dinheiro longe de casa e retornar em melhores condições financeiras.

Esse termo acabou por caracterizar o fluxo migratório de brasileiros ao Japão, pois os brasileiros que emigraram a trabalho tinham como objetivo melhorar sua situação econômica e retornar ao Brasil dentro de um período de tempo pré-determinado (BELTRÃO, SUGAHARA, 2006). Dessa maneira, o grande fluxo de brasileiros ao Japão ficou conhecido como ‘movimento *dekassegui*’ entre a mídia, por grande parte dos estudos acadêmicos, bem como pelas associações brasileiras e japonesas relacionadas a migração de brasileiros no Japão. Devido ao uso recorrente do termo entre os meios de comunicação brasileiros e em estudos sobre o tema, atualmente a palavra consta nos dicionários de língua portuguesa (Aurélio e Houaiss), em que apresenta uma grafia adaptada ao português, sendo escrita como ‘decasségui’³.

Segue-se que, com o grande fluxo da emigração brasileira e latino-americana ⁴ ao Japão no início da década de 90, o termo *dekassegui* sofre uma ressignificação em que passou a corresponder majoritariamente a esses grupos de imigrantes internacionais (TAJIMA E YAMAWAKI, 2003 *apud* RONCATO,

³ Significado atribuído pelo dicionário “Novo Aurélio Século XXI”: [Do jap.] Adj. 2 g. S 2 g. Diz-se de, ou estrangeiro, freqüentemente descendente de japoneses, que vai trabalhar no Japão. (FERREIRA, 1999: 609)

⁴ A migração de outros países latino-americanos em direção apresenta-se em menor escala do que de brasileiros, formada também por *nikkeis* que são descendentes dos japoneses que se fixaram no Peru, Bolívia, Argentina, Colômbia, Paraguai e outros países latino-americanos com números ainda menores (ESTATÍSTICAS DE REGISTROS DE ESTRANGEIROS, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DO JAPÃO, 2011)

2011). O uso da palavra *dekassegui* portanto, vem sendo adotado em trabalhos acadêmicos recentes sobre o tema, e embora seja reconhecido seu significado original e a polêmica em torno de seu uso, a adoção ao uso do termo quase sempre é justificada a partir dos objetivos do trabalho ou mesmo pela opção em não entrar no juízo de valor do sentido original da palavra (LITVIN, 2007; FERREIRA, 2007; SILVA, 2007; RONCATO, 2011; SASAKI, 2011)

Embora no curto período de tempo da história da imigração de brasileiros no Japão o termo *dekassegui* tenha passado por releituras e se tornado uma referência⁵ para esse fluxo migratório, sua conotação pejorativa não perdeu totalmente o sentido, alguns *nikkeis* brasileiros que vão trabalhar no Japão sentem vergonha de sua condição de *dekasseguís*, bem como alguns *nikkeis* que permanecem no Brasil se sentem superiores aos *dekasseguís*⁶ (LITVIN, 2007).

Dessa forma, por se tratar de um termo controverso, e que ainda carrega uma conotação pejorativa (ASARI e YOSHIOKA, 1996; KAWAMURA, 1999), bem como por questões que se colocam coerentes aos objetivos da presente pesquisa, qual seja, problematizar a temporalidade desse fluxo migratório, optou-se por não se referir aos imigrantes brasileiros no Japão através do termo *dekassegui* (ou decasségui).

Considera-se que o uso corrente do termo enquanto conceito explicativo do fenômeno migratório possa ser problematizado, embora o termo tenha sido ressignificado, ainda carrega um estigma que é atribuído aos

⁵ Em presença da autora no “Simpósio Internacional: A crise Japonesa e a Importância do Preparo para a Capacitação Profissional” realizado pelo CIATE (Centro de Informação e Apoio ao Trabalhador no Exterior) em 06/11/2011 foi observado o uso corrente do termo *dekassegui* em âmbito institucional tanto pelos representantes brasileiros como pelos japoneses. No material escrito do Simpósio consta a grafia adaptada à língua portuguesa (decasségui) embora a maior parte dos estudos acadêmicos continuem a utilizar a grafia na forma com que ficou conhecida a palavra no Brasil (*dekassegui*).

⁶ Cabe ressaltar a diferença entre o termo *nikkei* e *dekassegui*, o primeiro corresponde aos descendentes de japoneses que foram radicados no exterior, já o segundo corresponde à uma situação de imigração a trabalho, que embora tenha sido inicialmente designada aos primeiros descendentes de japoneses que foram ao Japão, atualmente há uma grande população de brasileiros não descendentes cônjuges de *nikkeis* que estão no Japão a trabalho e portanto são também rotulados como *dekasseguís* ou *gaijin* (estrangeiro em japonês) .

imigrantes (tanto para os *nikkeis* como para os não descendentes) que viajam ao Japão a trabalho. Além da conotação negativa, o caráter da temporalidade também atribuído ao termo deve ser questionado, uma vez que a temporalidade dessa migração – tema do presente estudo – começa a apresentar modificações entre os migrantes brasileiros em anos recentes. Dessa maneira, opta-se por não utilizar o termo, reconhecendo a necessidade de uma problematização mais aprofundada sobre a questão, o que foge ao escopo do presente trabalho.

1.1 – Migrações entre Brasil e Japão: história e estudos.

Os processos migratórios entre Brasil e Japão datam de mais de um século, quando os primeiros imigrantes japoneses chegaram ao Brasil e tinham intenções de retornar em pouco tempo ao Japão, após juntar rapidamente o dinheiro, que se acreditava conseguir facilmente, como prometido pelas companhias de emigração do Japão. Esse retorno à terra de origem não aconteceu como esperado para grande parte desses japoneses, que constituem atualmente, um gupo de cerca de um milhão e meio de pessoas entre os japoneses e seus descendentes no país (COSTA, 2007).

O processo inverso em que esses descendentes de japoneses começam a emigrar para o Japão, em meados de 1980, apresenta características similares em relação às intenções da viagem e temporalidade. Também com promessas de ganhar muito dinheiro em pouco tempo, (promessas dessa vez feitas pelas empreiteiras e agências intermediárias) os brasileiros viajaram ao Japão com vistas a ficar um ou dois anos, às vezes um pouco mais, e retornar ao Brasil em melhores condições financeiras, no entanto, desde o início dessa emigração passaram-se mais de trinta anos, e há muitas famílias brasileiras que já estão vivendo no Japão há mais de vinte anos ⁷.

⁷ Informações obtidas em pesquisa de campo em 2011 e, através de relatos conhecidos pela autora deste trabalho, que viveu no Japão entre os anos de 1997 à 2003.

Para conhecer um pouco desse processo histórico entre os dois países e explorar a questão da temporalidade, apresenta-se inicialmente um breve relato sobre a imigração japonesa no Brasil e sobre a imigração brasileira no Japão através de uma revisão bibliográfica; passando posteriormente para os referenciais teóricos que nortearam a pesquisa como um todo.

A imigração de japoneses no Brasil comemorou seu centenário no ano de 2008. Embora tenha iniciado formalmente a partir do início do século XX, os primeiros contatos que deram início a esse processo aconteceram já na última década do século XIX⁸, quando tanto o Japão, quanto o Brasil, apresentavam questões internas de ordens socio-econômicas e políticas. No Brasil havia uma crescente demanda por mão-de-obra para as lavouras cafeeiras em expansão, e o Japão apresentava-se sob uma forte crise de abastecimento e superpopulação no campo (KODAMA e SAKURAI, 2008).

A situação do Brasil era de crescimento e expansão das lavouras de café, principalmente no estado de São Paulo, que necessitava de mão-de-obra, devido à instabilidade da imigração européia em direção ao país. Mesmo que a imigração asiática não fosse facilmente aceita pelo Brasil, foi assinado em 1895 o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação com o Japão. No entanto, mesmo com esse tratado continuavam os debates em torno da questão migratória em que ambos os lados travaram dificuldades para a vinda dos japoneses. Pelo lado brasileiro havia a crença de que os imigrantes asiáticos e africanos eram considerados de ‘raças inferiores’ e os japoneses particularmente vistos como os menos assimiláveis e com aspirações imperialistas (KODAMA e SAKURAI, 2008).

No Japão, esse foi um período em que houve grandes reformas, ocorridas desde a Restauração Meiji (1868) com a devolução do poder ao Imperador e que trazia um projeto de modernização do país. Dessa forma, não só

⁸ Sobre as negociações desse período ver: BUENO, C. O tratado de 1895 e o início das relações Brasil-Japão. In: HASHIMOTO, Francisco; TANNO, Janete Leiko; OKAMOTO, Monica Setuyo (Org.). Cem anos da imigração japonesa: História, memória e arte. São Paulo: Editora da Unesp, 2008.

foi inaugurado um governo institucional, como também foram promovidas transformações nos sistemas educacional e econômico, acarretando em uma alfabetização em massa e monetarização de todo o país, inclusive com um sistema de tributação monetária no campo.

Tais reformas geraram o endividamento de grande parte dos pequenos proprietários, e essa população se viu expulsa de suas terras, obrigada a seguir rumo à cidade. Por outro lado, as reformas também geraram melhores condições sanitárias e de vida. Com a liberação dos agricultores do controle feudal, permitiu-se àqueles a posse de terras, o que ajudou no aumento da taxa de crescimento populacional e provocou, num país com limitações de área de cultivo, a escassez de alimentos (KODAMA e SAKURAI, 2008: 17)

Nesse contexto o Japão começava buscar saídas para a pressão da população rural, e a emigração para o Brasil foi uma das alternativas encontradas.

Os japoneses viajaram com o propósito de trabalhar por um período de tempo determinado e depois retornar ao seu país de origem em melhores condições financeiras. Contudo, ao se depararem com a realidade do trabalho e dos ganhos salariais no Brasil, esses propósitos não foram facilmente concretizados e a maior parte dos japoneses que vieram ao Brasil com intenções temporárias acabaram por permanecer no país, constituindo atualmente a maior população de várias gerações de descendentes de japoneses radicados no exterior (GALIMBERTTI, 2002).

Não se abordará aqui de forma aprofundada a imigração japonesa no Brasil ⁹, antes, busca-se entender os contextos históricos em que ambas tiveram início e quais eram as aspirações iniciais dos imigrantes. Dessa forma, em sentido

⁹ Para mais detalhes sobre a imigração japonesa no Brasil ver: HASHIMOTO, Francisco; TANNO, Janete Leiko; OKAMOTO, Monica Setuyo (Org.). Cem anos da imigração japonesa: História, memória e arte. São Paulo: Editora da Unesp, 2008. SAKURAI, Celia; MAGDA PRATES COELHO (org.). Resistência & integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2008.

inverso e em contexto social e histórico distinto, a emigração de brasileiros ao Japão se inicia no final do século XX.

O movimento migratório do Brasil ao Japão, iniciado na década de 1980, é fortalecido sobretudo a partir de 1990 com a reforma da lei japonesa de Controle de Imigração. Essa reforma possibilitou a entrada legal aos descendentes de japoneses radicados no exterior (*nikkeis*), bem como seus cônjuges e dependentes, para exercer qualquer tipo de atividade no Japão. Essa entrada foi viabilizada a partir da obtenção de vistos de residência no Japão, inicialmente com duração de três anos para os *nikkeis* e um ano para os cônjuges não descendentes e dependentes. Os vistos de residência podiam ser renováveis próximo ao período de validade, sem restrição do número de renovações (KONDO, 2002; BELTRÃO e SUGAHARA, 2006).

Nesse período, o Japão passava por um forte desenvolvimento econômico, em que os cidadãos japoneses – que possuíam em média alta escolaridade e qualificação profissional – rejeitavam trabalhos não qualificados; nesse contexto, apresentava-se a necessidade de recrutamento de mão de obra estrangeira. Nesse mesmo período, o Brasil passava por instabilidade econômica, o que impulsionou os descendentes de japoneses a viajarem em busca de trabalho no Japão, preenchendo de certa forma a demanda japonesa de pessoas para realizar os trabalhos não qualificados rejeitados pelos japoneses (SASAKI, 2000).

Embora a modalidade de visto para trabalhos não qualificados não esteja presente na Lei de Controle de Imigração Japonesa, a permissão para a entrada de descendentes de japoneses, com vistos de residência que permitia exercer qualquer tipo de atividade,¹⁰ foi considerada como uma estratégia do

¹⁰ Os outros tipos de visto de permanência no país são expedidos a partir do critério do tipo de atividade (trabalho ou estudo) a ser realizada no Japão. O visto de permanência para descendentes, cônjuges e dependentes não parte desse critério, possibilitando que esses imigrantes venham a exercer qualquer tipo de atividade no destino, incluindo os trabalhos não qualificados. As questões das políticas migratórias serão desenvolvidas no cap. 2.1

governo japonês para a entrada legalizada de trabalhadores estrangeiros não qualificados no Japão. Nesse período também havia uma preocupação com o crescente número de estrangeiros indocumentados e a reforma dessa lei também visava impor maior restrição à entrada desses estrangeiros – oriundos principalmente do Sudoeste Asiático e do Oriente Médio (KONDO, 2002).

Os estrangeiros descendentes de japoneses poderiam, a partir de então, obter vistos de residência para exercer qualquer tipo de trabalho, mascarando a decisão formal do governo japonês de não permissão da entrada de trabalhadores estrangeiros sem qualificação no Japão (TSUDA, 1999; KONDO, 2002). No entanto, ainda que as motivações de ordem econômicas – em uma conjuntura favorável ao processo de emigração de brasileiros descendentes de japoneses ao Japão – apresentem grande peso, as questões de ordem étnica e culturais também são consideradas fatores significativos na motivação desse fluxo de emigração do Brasil (KAWAMURA, 1999; GALIMBERTTI 2002; OCADA, 2006).

Essa nova abertura para a entrada de descendentes de japoneses no Japão também foi considerada uma forma de tentar manter a unicidade étnica do país (TSUDA 1999; KONDO, 2002), estratégia que, como observado por Kawamura (1999), não teve êxito nesse sentido, uma vez que os brasileiros descendentes de japoneses já carregavam consigo traços culturais do Brasil e não eram confundidos com os nativos japoneses, como esperado.

Considera-se, portanto, que a reforma na Lei de Controle de Imigração, teve grande influência no caráter temporal, pois os vistos de um a três anos concedidos a brasileiros *nikkeis* e seus cônjuges e dependentes são renováveis. Além da temporalidade, influenciou também o perfil da imigração, que foi passando de individual – característica do início do fluxo nos anos 80 em que os chefes de famílias viajavam sozinhos e mantinham as famílias no Brasil – para familiar – em que cônjuges e filhos passam a compor também, de forma legalizada, a população de imigrantes brasileiros no Japão (HIRANO, 2008).

Segundo Beltrão e Sugahara (2006), a maior parte dos brasileiros que emigrou para o Japão tinha a intenção de trabalhar durante um período pré-

determinado e após atingir seus objetivos pretendiam retornar ao Brasil; desse modo, os objetivos do projeto migratório estavam calcados, para a grande maioria desses imigrantes (e pode-se dizer que em parte ainda estão) em conseguir recursos financeiros: acumular montantes em dinheiro e retornar ao Brasil em melhores condições econômicas. Assim, o estilo de vida no momento inicial do projeto migratório quase sempre se encontra pautado por questões econômicas e uma rotina quase exclusiva para o trabalho (TSUDA, 1999). O início desse processo migratório é fortemente marcado por objetivos de curto prazo, onde a distância cultural, fortalecida pela barreira do idioma, dificulta uma inserção dos trabalhadores brasileiros na sociedade japonesa.

A dificuldade de comunicação dos brasileiros aliada ao sistema de subcontratação por empresas de pequeno e médio porte para trabalhos temporários apresenta-se como obstáculo para a obtenção de direitos sociais e trabalhistas dos brasileiros no Japão. O sistema de subcontratação acontece através da atuação das agências de intermédio (empreiteiras) que agem muitas vezes explorando os trabalhadores de forma ilegal (TSUDA, 1999; ROSSINI, 2000). O sistema de contratação a partir de vínculos indiretos e informais acarreta em condições precarizadas de trabalho e não assegura aos imigrantes os direitos sociais e trabalhistas vigentes no Japão para todos os trabalhadores, independente da nacionalidade, como por exemplo: os seguros saúde (*kokumin kenkou hoken*), seguro social (*shakai hoken*), aposentadoria japonesa (*kousein Nenkin*), seguro contra acidentes (*rousai hoken*), entre outros (RONCATO, 2011). Segundo Watanabe (2004 *apud* RONCATO, 2011) a maior parte dos imigrantes *nikkeis* encontram-se em condições de contratação a partir de vínculos indiretos, ou seja, por agências intermediárias (empreiteiras).

Diante dessa longa história de mais de um século de relações diplomáticas e de migrações entre o Brasil e o Japão, muitos estudos foram desenvolvidos sobre o tema da imigração japonesa no Brasil, e mais recentemente sobre os brasileiros no Japão.

O tema da imigração de brasileiros no Japão tem sido estudado em pesquisas acadêmicas de diversas áreas do conhecimento, consolidando a produção do conhecimento acerca da história desse fluxo em suas particularidades. Questões relacionadas ao trabalho, ao contexto econômico e político dos países envolvidos (ROSSINI, 1993; YOSHIOKA, 1995; ASARI e YOSHIOKA, 1996; RIBAS, 1998; KOJIMA, 2004; TAKENOSHITA, 2006), bem como questões do cotidiano dos imigrantes e suas famílias no destino, as motivações para a migração, questões de identidade (OLIVEIRA, 1998; KAWAMURA, 1999; OCADA, 2000, 2006; SASAKI, 2000, 2009) foram explorados desde que esse fluxo migratório passou a se destacar pelo seu rápido crescimento e consolidação. Foram desenvolvidas também pesquisas sobre os distúrbios psicológicos relacionados ao processo migratório para o Japão, a rotina de trabalho no destino e sobre o retorno dos imigrantes e sua readaptação no Brasil (GALIMBERTTI, 2002; NAKAGAWA, 2002; MIYASAKA, 2007; UENO, 2008).

Com o crescimento da população de brasileiros no Japão e uma maior permanência no destino, chegando atualmente a uma migração de cerca de três décadas, a realidade dos imigrantes inicialmente temporários começa a apresentar novos dilemas e questões sociais. Surgem questões como a cidadania, direitos e participação política dos imigrantes brasileiros no Japão (KAWAMURA, 2008); a educação dos filhos de imigrantes, crianças e jovens brasileiros que se encontram no Japão acompanhando a família no projeto migratório (LASK, 2000; NAKAGAWA, 2005); o desenvolvimento de redes sociais migratórias bem como redes entre brasileiros em suas vivências no país de destino (SASAKI, 2000; KAWAMURA, 2000,2011; SUGUIURA, 2009) e os desdobramentos dessas redes em relação ao consumo de brasileiros no Japão (FERREIRA, 2007; TANIGUTI, 2009) e ao desenvolvimento dos meios de comunicação feitos por brasileiros e voltados a esse público específico (SILVA, 2007).

Além de outras questões que também fazem parte desse leque de pesquisas voltadas aos imigrantes brasileiros no Japão, me deterei nas perspectivas que dizem respeito à temporalidade do projeto e do processo

migratório; algumas apresentam perspectivas de uma circularidade dos imigrantes temporários, ou seja, considera-se que essa migração tem um caráter temporário, no entanto, a possibilidade de renovação de vistos permite que o retorno ao Brasil e uma nova emigração ao Japão ocorram de forma facilitada em âmbito político-institucional. Dessa maneira, os imigrantes brasileiros acabam por transitar de forma indefinida entre os dois países, marcando uma maior permanência “temporária” no Japão (TSUDA, 1999; ROSSINI, 2008; BELTRÃO e SUGAHARA 2006, KOJIMA, 2009).

No entanto, o trabalho de Costa (2007) apresenta uma perspectiva de que a população de brasileiros no Japão apresenta tendências em se transformar “de decasségui” ressaltando a dimensão de temporalidade do termo, “a emigrante”¹¹ no sentido clássico atribuído à palavra para designar “um deslocamento humano com crescente e real perspectiva de permanência duradoura que se ausenta do país de origem de forma permanente” (COSTA, 2007: 269). Em seu trabalho o autor apresenta análises feitas a partir da perspectiva histórica, em que busca comparar a imigração japonesa no Brasil e sua permanência a despeito de um projeto temporário, como é o caso da imigração de brasileiros ao Japão inicialmente; bem como a partir de dados empíricos das estatísticas oficiais do governo japonês sobre o fluxo e permanência dos brasileiros no Japão, seus argumentos recaem sobre, i) a permanência do fluxo de brasileiros ao Japão a partir de 1994 quando o Brasil apresentou melhora na economia e o Japão passava por um período de crise econômica, ii) aumento na proporção de idosos e crianças e da paridade entre homens e mulheres na composição da população brasileira no Japão, iii) o crescimento de brasileiros com vistos de residência permanente, e iv) o surgimento ainda que pequeno de imigrantes brasileiros que começaram a investir em imóveis no Japão e passam do trabalho nas fábricas para o setor de serviços [e aqui pode se acrescentar brasileiros como empreendedores de negócios para brasileiros] (COSTA, 2007).

¹¹ “De decasségui a emigrante” é o título do trabalho do autor.

O trabalho de Ishikawa (2009)¹² também aponta para a tendência de permanência dos brasileiros que imigraram ao Japão inicialmente com planos temporários. Esse trabalho é decorrente de uma pesquisa realizada em 2007 pelo Governo da Província de Shizuoka em parceria com a Universidade de Arte e Cultura de Shizuoka¹³. Em sua análise, a autora busca qualificar a população de brasileiros que apresenta tendências em permanecer no Japão complementando assim a análise quantitativa feita por Costa sobre a perspectiva da permanência. Ishikawa observa os brasileiros que pretendem se fixar no Japão a partir de alguns atributos, como por exemplo, geração de descendência, estado civil, proficiência no idioma japonês, também em relação a questões como discriminação, satisfação com a vida no Japão, tipos de contrato de trabalho, se tem filhos e se os filhos residem no Japão.

Os resultados dessa pesquisa apontam que as pessoas que apresentam maiores tendências a se radicar no Japão “são as pessoas com filhos nascidos no Japão, as que dominam a língua japonesa inclusive a escrever o *kanji*, e os que têm um contrato efetivo com as empresas em que trabalham” (ISHIKAWA, 2009:83), essas condições conferem uma maior estabilidade de vida no país a esses brasileiros, e a autora ressalta que entre os entrevistados que não se enquadram nesse perfil, apenas 15% têm intenção de retorno dentro de um período de até três anos, o que aumenta a probabilidade de uma extensão da permanência no Japão (ISHIKAWA, 2009).

Em consonância com o trabalho de Ishikawa, o presente trabalho também visa qualificar os indícios de uma maior temporalidade de brasileiros no Japão, a partir da busca de fatores que podem influenciar nessa permanência. Para essa tarefa, porém, a perspectiva das relações sociais que os imigrantes

¹² Agradeço à profa. Eunice Akemi Ishikawa, da Universidade de Arte e Cultura de Shizuoka por viabilizar suas análises dos dados da “Pesquisa Sobre as Condições de Trabalho dos Estrangeiros na Província de Shizuoka”

¹³ Pesquisa Sobre as Condições de Trabalho dos Estrangeiros na Província de Shizuoka realizada com brasileiros maiores de 16 anos residentes nessa província. Mais detalhes sobre a pesquisa ver: http://www.pref.shizuoka.jp/kikaku/ki-140/documents/jittaichousap_1.pdf

constroem no destino foi considerada como possível fator significativo de influência, e portanto, os referenciais teóricos da pesquisa, bem como o foco de nossa análise circunda a questão das redes sociais e os capitais que as constituem, enquanto variáveis que poderiam também influenciar na temporalidade do projeto migratório.

Os estudos sobre os brasileiros no Japão mostram que o surgimento e consolidação de redes sociais entre grupos de brasileiros naquele país têm início a partir de um crescimento dessa população, e sua visibilidade ocorre a partir do momento em que, residindo no Japão, os brasileiros mantêm comportamentos, relações, práticas e costumes típicos do Brasil; que muito diferem e se distanciam das práticas e costumes da sociedade receptora (KAWAMURA, 2000, 2008, 2011; SASAKI, 2000; SUGUIURA, 2009; TANIGUTI, 2009).

Kawamura (2011) considera as redes sociais de brasileiros no Japão enquanto uma configuração de mudança recente desse fluxo, analisando as redes sociais enquanto redes formais e informais; nas primeiras encontram-se as redes empresariais, educacionais, e de comunicações; e as segundas são formadas por familiares e amigos. Suguiura (2009) também explora essa questão na perspectiva da Psicologia Social, e explora a perspectiva de redes que atuam no sentido de apoio e suporte, tanto para a adaptação no Japão quanto para a readaptação no retorno para o Brasil.

1.2 – Questões atuais na migração de brasileiros ao Japão.

Considerando as configurações recentes das redes sociais de brasileiros no Japão citadas acima, o caráter coletivo e familiar da migração e os sinais de mudanças na expectativa temporal ao longo desse processo, busca-se entender de que forma esses elementos podem estar relacionados.

1.2.1 – Perspectiva das redes sociais na imigração de brasileiros no Japão

Em relação às redes sociais, o trabalho de Massey et. al (1990) sobre as redes na organização social da migração entre os mexicanos para os Estados Unidos constituiu um legado para o uso do conceito das redes sociais nos movimentos migratórios. Os autores consideram que as redes sociais não foram criadas pelo processo migratório em si, mas foram adaptadas a esses processos, e assim, são reforçadas em uma experiência comum que é a própria migração. Um aspecto significativo é o desdobramento que essas relações desenvolvem no processo migratório, segundo a definição do autor: “esses laços ligam migrantes e não migrantes em uma rede complexa de papéis sociais complementares e relações interpessoais que são mantidos por um conjunto informal de expectativas mútuas e comportamentos prescritos” ¹⁴ (MASSEY et.al , 1990:139 – tradução livre).

Segundo Massey (et. al , 1990) os principais tipos de redes de relações sociais abordados nos estudos migratórios são as redes formadas por laços de parentesco, de amizade e entre compatriotas. Essas redes sociais têm como importante papel, a possibilidade dos migrantes compartilharem experiências comuns de seus locais de origem, na sociedade receptora, e ao longo do tempo,

¹⁴ No original: “*These ties bind migrants and nonmigrants within a complex web of complementary social roles and interpersonal relationships that are maintained by an informal set of mutual expectations and prescribed behaviors*” (MASSEY et.. al, 1990:139).

com a continuidade da migração, tais experiências e as próprias redes adquirem novos significados e definições a partir de cada contexto migratório.

Truzzi (2008), ao analisar o papel das redes em processos migratórios verifica que a importância desses processos nos fenômenos migratórios se deve principalmente por duas principais razões: i) à capacidade das redes em fornecer informações que podem influenciar o comportamento de migrantes potenciais, ou seja, aqueles que se encontram no local de origem e que têm relações com pessoas que possuem experiências migratórias; nesse sentido, os emigrados têm um forte papel ativo na sociedade de origem, em que essas informações serão veiculadas de modo a estimular ou não projetos e expectativas migratórias. ii) as redes e, principalmente as redes familiares, têm um papel significativo para a viabilidade econômica que o projeto migratório necessita para que possa vir a ser concretizado. No tocante aos recursos para a viagem, além das redes familiares, vale lembrar a importância do agenciador (empreiteiro), que atua como um recrutador de indivíduos e famílias para determinados destinos; essa figura do agenciador também é forte na migração de brasileiros para o Japão, através de agências de viagens e de empregos, uma vez que o fluxo possui o caráter de legalidade entre os dois países.

No trabalho de Sasaki (2000) que aborda a formação de redes sociais entre brasileiros no Japão, embora considere as relações de amizade e de parentesco, a autora mostra também o papel das agências intermediárias e empreiteiras no fluxo de brasileiros ao Japão, muitas vezes essas agências atuavam de forma ilícita e muitos foram os relatos sobre o não cumprimento dos acordos feitos no Brasil, bem como exploração nos preços das passagens financiadas. Além desses fatores, também a questão dos “negócios de *dekasegui* para *dekasegui*” foi entendido por Sasaki a partir do aparato conceitual de Tilly (1990) que observa processos de reconfigurações das redes ao longo do tempo, em que as ‘velhas’ redes poderiam propiciar o surgimento de ‘novas’ redes e essas novas redes são consideradas pela autora, um novo campo de trabalho e

negócios que os brasileiros começaram a desenvolver em meados da década de 1990:

Com a expressiva presença de brasileiros no Japão, há oferta de uma série de serviços voltados para esta população (como lojas e centros de informações e apoio), além de familiares e conhecidos na sociedade hospedeira que proporcionam certa segurança e uma relação de confiança, minimizando as incertezas e os riscos de o empreendimento migratório não dar certo ou não proceder de acordo com o imaginado antes de partir (SASAKI, 2000:45).

Essas dinâmicas das redes sociais – que se apresentam também na imigração de brasileiros no Japão atualmente – são entendidas por Massey (*et. al*, 1990) a partir da perspectiva de que as relações já anteriormente conhecidas de parentesco, de amizade e de compatriotas vão se transformando em construções sociais que promovem recursos de certa forma de adaptação aos imigrantes em ambientes desconhecidos. Considera-se, portanto, que através das redes de conexões interpessoais, pessoas, bens e informações circulam e acabam por criar uma continuidade social entre comunidades de origem e destino. Para Massey, a questão central de redes sociais em processos migratórios encontra-se em sua capacidade de diminuir os riscos e custos da migração, de acordo com o maior desenvolvimento tanto quantitativo, como qualitativo das redes sociais. Dessa maneira, o que pode acontecer é um encorajamento para que mais pessoas venham a migrar para tentar a sorte em locais desconhecidos, e quanto mais pessoas migram, o número de pessoas em conexões de rede aumenta.

Kawamura (2011) apresenta as configurações das redes sociais e culturais na imigração de brasileiros no Japão em anos recentes. A autora destaca que uma das principais mudanças que entram em curso, na medida em que as redes sociais de brasileiros se desenvolvem no Japão, é a diferenciação da inserção de brasileiros no mercado de trabalho, a partir do desenvolvimento de uma infraestrutura voltada para a produção e distribuição de serviços, informações e educação de brasileiros para brasileiros no Japão. No entanto, a autora ressalta que a maioria dos imigrantes brasileiros ainda ocupa os postos de trabalho em

fábricas e serviços japoneses nas posições inferiores do mercado de trabalho japonês e executando os serviços menos desejados (KAWAMURA, 2011).

Entre os tipos de redes de brasileiros que se desenvolveram no Japão nos últimos anos, Kawamura (2011) delimita as diferenças entre redes formais: empresariais, educacionais e de comunicação; e redes informais: formadas por familiares e amigos que atuam no processo migratório desde o início do fluxo. Entre as redes sociais formais estão destacadas as áreas de comércio de produtos brasileiros, produção e fornecimento de matéria prima, atividades de entretenimento, serviços de recrutamento, assistência ao trabalhador migrante, atividades escolares e culturais, e as mídias de comunicação. Dessa forma, Kawamura considera que:

Se por um lado, o aumento do mercado brasileiro possibilitou o crescimento de um segmento empresarial e de serviços técnicos, culturais e educacionais, por outro lado, esse conjunto se tornou uma confortável infraestrutura social e cultural aos migrantes latino-americanos em geral ¹⁵ (KAWAMURA, 2011: 9-10 - tradução livre)

Além da perspectiva de redes com ênfase nos laços de ligação entre países de origem e destino, busca-se compreender, sobretudo, que as redes sociais nesse contexto específico podem se desenvolver também na sociedade de destino, na formação de um campo de relações com a circulação de produtos, serviços e informações do Brasil.

A legalidade do fluxo de brasileiros para o Japão e o papel formalizado das empresas intermediárias, empreiteiras e agências de viagens, faz com que a peculiaridade desse fluxo e de suas configurações de redes sociais seja diferente do que acontece, por exemplo, no caso dos brasileiros que vão para os Estados Unidos com uma rede informal entre parentes e amigos para conseguir

¹⁵ No original: “*Si de una parte, el aumento del mercado brasileiro posibilitó el crecimiento de un segmento empresarial y de servicios técnicos, culturales e educacionales, de otra parte, ese conjunto se tornó en una confortable infraestructura social y cultural a los migrantes latinoamericanos en general.*” (KAWAMURA, 2011: 9-10)

informações sobre empregos e para a primeira viagem (FUSCO 2007). Kawamura mostra que o desenvolvimento de empresas comerciais, produtivas e de serviços culturais e de comunicações; de variados portes (pequenas, médias e grandes), “criam os elementos propícios para a vivência dos migrantes conforme os padrões culturais de seu país. As redes passam a constituir-se em novas condições facilitadoras da vida dos migrantes nos espaços próprios de brasileiros” (KAWAMURA, 2011: 18 – tradução livre¹⁶). Dessa forma, a autora aponta que outra significativa consequência do desenvolvimento das redes sociais, seja um maior distanciamento entre os brasileiros imigrantes e os japoneses, uma vez que os brasileiros mesmo sem conhecer o idioma japonês e os costumes locais, podem viver conforme seus padrões e costumes e utilizar sua própria língua nos espaços brasileiros que se constituíram nos últimos anos (KAWAMURA, 2011)

Dessa maneira, a questão do consumo de produtos “intra-étnicos” dos brasileiros residentes no Japão, foi explorada por Taniguti (2009) a partir da perspectiva das redes sociais nas atividades econômicas dos imigrantes já estabelecidos no país de destino e suas redes no destino.

Assim, considera-se que além do papel de ligação entre origem e destino, que é o mais reconhecido nos estudos de migrações sob a perspectiva das redes sociais, há também um papel estratégico das redes na sociedade receptora (TRUZZI, 2008). Isso ocorre através do valor dos vínculos que se estabelecem no período de integração à nova sociedade, através de padrões residenciais, ocupacionais, matrimoniais e das associações étnicas:

Não são apenas as redes de relações tecidas anteriormente à emigração que desenharão os vínculos étnicos na sociedade receptora: a própria experiência migratória por si só é capaz de propor e redefinir novas identidades e reconhecimentos que podem se traduzir em novas redes (TRUZZI, 2008: 211).

¹⁶ No original: “*crían los elementos propicios a la vivencia de los migrantes conforme padrones culturales de su país. Las redes pasan a constituirse en nuevas condiciones facilitadoras de la vida de los migrantes al lado de los espacios propios de brasileños*” (KAWAMURA, 2011: 18)

Compartilha-se com a visão de Truzzi (2008), ao considerar que o conceito de redes em contraposição a outros paradigmas explicativos do fenômeno migratório recupera o papel do indivíduo e de sua rede de relações enquanto agente mobilizador na tomada de decisões; essa é uma contraposição ao modelo clássico da economia que considera, em geral, questões macro estruturais na explicação dos fenômenos migratórios. No presente trabalho busca-se explorar tanto as condições macro-estruturais que poderiam afetar a temporalidade migratória, bem como as questões de ordem micro-sociais, no que tange às relações familiares dos imigrantes e entre os compatriotas no destino através das redes sociais.

1.2.2 – A expectativa temporal em processos migratórios.

Como objetivo central do presente trabalho busca-se entender a expectativa temporal da imigração de brasileiros no Japão, no tocante à sua mudança ao longo do processo migratório – que se apresenta em rápida dinâmica em cerca de três décadas desde seu início. A noção de expectativa temporal segundo Roberts (1995) corrobora com uma dimensão temporal e espacial para o entendimento dessas relações sociais que se fazem ao longo do projeto migratório.

O autor considera que os processos migratórios se diferenciam basicamente a partir de planejamentos que podem ser de curto ou de longo prazo, e também a partir de níveis individuais ou familiares de planejamento da migração. Salienta que os estudos sobre migração têm dado importância à dimensão espacial e temporal da migração no que tange às fases ou períodos de desenvolvimento econômico e/ou social dos países de origem e destino e no ciclo de vida particular daqueles que migram e de suas famílias, mas justifica que a expectativa temporal que faz parte desses “*timings*” específicos tem sido negligenciada.

A expectativa temporal em fenômenos migratórios é considerada um processo de grupos, que tem em sua constituição noções de identidade e coesão familiar, permeadas e transmitidas através de redes sociais. Uma dimensão relevante dessa perspectiva de grupos através da qual os imigrantes são vistos, é sua influência no comportamento do imigrante a partir de sua expectativa temporal. Ou seja, a expectativa de um imigrante pode ser mais ou menos clara, dependendo do contexto histórico, da expectativa da comunidade e do período em que a migração está sendo analisada.

A influência da expectativa temporal no comportamento dos imigrantes se dá no âmbito das decisões individuais, familiares e dos grupos a que pertencem. Roberts considera que uma expectativa de migração temporária tenha a influência de que os migrantes sejam menos propensos a naturalização e a aquisição de investimentos a longo prazo no destino, como a compra de imóveis por exemplo; já os imigrantes que têm intenção de se fixar no destino estão mais propensos às atitudes citadas acima. Essas intenções em geral são baseadas em uma experiência de grupo e de suas expectativas, as redes sociais carregam essas informações. Por outro lado, as instituições oficiais, os empregadores, também enxergam o indivíduo imigrante como pertencente a um grupo específico (em geral pela etnicidade) que compartilham as mesmas expectativas, reforçando essa “visão de grupo”.

Os imigrantes ao atravessarem esse processo estão construindo uma nova vida que questiona sua identidade coletiva. Essa nova vida muitas vezes requer uma reformulação de metas familiares e novos arranjos de relacionamentos e dessa forma, a expectativa temporal afeta não somente a questão de ‘quanto tempo se levará para passar por esse processo’ mas também afeta a coesão étnica e familiar dos grupos, tanto no destino, quanto na origem.

Roberts ressalta que os vários tipos de expectativas temporais estão interconectados: Expectativas de naturalização ou não, afetam na ‘decisão’ de entrada em um relacionamento de longa duração no destino. Ao passo que a constituição de família no destino é um fator de forte influência na propensão a se

tornar imigrante permanente. O resultado é que as expectativas são reforçadas mutuamente.

Para analisar a expectativa temporal em contextos migratórios, Roberts utiliza o conceito de Merton ¹⁷ que é relacionado ao que será chamado de “Durações Socialmente Esperadas” (*Socially Expected Durations* -SEDs); considera-se que as SEDs são particularmente relevantes para entender os processos migratórios, porque estes são potencialmente expostos a múltiplas, e com freqüência conflitantes, expectativas de duração de sua migração. Pode haver conflito entre a expectativa dos grupos do local de origem com os de destino, e ambas podem ainda ser conflitantes com as expectativas formais governamentais de emigração e imigração dos países envolvidos (ROBERTS, 1995).

As “Durações Socialmente Esperadas” (SEDs) têm suas bases em experiências, considerando que “a precisão que atribuímos ao tempo e nossa confiança na temporalidade são essencialmente produtos da necessidade de coordenação em uma sociedade complexa e interdependente” (ELIAS, 1992 *apud* ROBERTS, 1995: 53). Tal coordenação requer o conhecimento de quanto tempo se leva para fazer algo, isso pode não ser uma certeza, portanto é uma expectativa. Essas avaliações são guiadas por um tempo social, que é definido como um “amplo senso compartilhado do que seja um tempo apropriado, ou melhor, para eventos da vida que envolva transições de um ‘papel ou status’ social para outro, como transições entre estar solteiro e casado¹⁸” (ELDER 1975 *apud* ROBERTS, 1995:53 – tradução livre). Roberts enfatiza, no entanto que, expectativas pessoais são apenas parte de um quadro mais amplo, uma vez que cada planejamento depende de outros e do tempo de outros.

¹⁷ Merton, Robert K. “Socially Expected Durations: A Case Study of Concept Formation in Sociology”, in W.W. Powell and Richard Robins, eds., *Conflict and Consensus: A Festschrift for Lewis A. Coser* (New York: The Free Press, 1984)

¹⁸ No original: “*Widely shared sense that there is an appropriate and likely timing for life events that involve transitions from one status role to another, such as the transition between being unmarried and being married.*” (ELDER 1975 *apud* ROBERTS, 1995:53)

Os três tipos principais de SEDs são: 1) Socialmente Prescritas; 2) Coletivamente Esperadas; 3) Expectativas Temporais Modelo. O uso desse conceito para a análise das migrações é interessante, pois a migração é uma experiência de vida total, e esses três tipos principais de expectativas correspondem às três principais áreas em que os imigrantes estão envolvidos:

As expectativas 'Socialmente Prescritas' são de alta precisão e formais, tipicamente prescritas e protegidas por lei, são as menos sujeitas às mudanças contingentes e no caso da migração o exemplo são as Leis de Migração. Apresentam um caráter dual intrínseco, ao passo que oferecem um quadro temporal seguro que facilita o planejamento de acordo com suas prescrições, cria também desvantagens para aqueles que não estão conforme tais prescrições.

As expectativas 'Coletivamente Esperadas' tendem a ser imprecisas (incertas), raramente são formalizadas e dependem da interação do grupo. Apresenta-se como um dos principais componentes da identidade étnica, mas traz consigo ambivalências, pois os imigrantes tendem a criar enclaves ao se fecharem em grupos étnicos na sociedade receptora. No caso das migrações elas são representadas pelas expectativas dos grupos, em geral grupos étnicos.

As 'Expectativas Temporais Modelo' são formadas por experiências cotidianas, por vários tipos de relações sociais e interpessoais, têm uma natureza de grupo, mas no sentido de grupos menores, em âmbitos familiares, diferente dos grupos correspondentes às expectativas *coletivamente esperadas*. As expectativas temporais modelos são as bases das estratégias familiares; no caso das migrações são essenciais no sentido de que facilitam o planejamento e têm o papel de ajudar a identificar com quais relações familiares os migrantes podem contar, para quais propósitos e por qual período (ROBERTS, 1995). Significa que esses tipos de expectativas estão menos sujeitos às contingências do que expectativas individuais, sua força provém de que são expectativas compartilhadas de comportamento, representam papéis sociais.

Dessa maneira, considera-se que os três tipos de expectativas correspondem à proposta de análise do presente trabalho. Compreender as

questões formais que podem alterar a expectativa temporal – nesse caso consideram-se as expectativas socialmente prescritas – com a análise das políticas de controle migratório e a conjuntura econômica recente que teve a crise de 2008 com uma implicação na temporalidade da imigração; e também as questões informais – no sentido das expectativas coletivas e modelos - que poderiam influenciar na alteração do projeto migratório. Busca-se dessa forma adotar uma perspectiva que compreenda o grupo de brasileiros residentes no Japão a partir do contexto social e histórico ao qual estão inseridos e também a partir de sua experiência individual, familiar e de grupo, através da pesquisa de campo adotada para essa etapa do trabalho.

Analisar as migrações a partir da perspectiva da expectativa temporal apresenta sua contribuição na medida em que as expectativas influenciam comportamentos em cada campo de atividade que requer persistência no tempo. “Expectativas de duração” promovem certa antecipação de resultados e de certa forma os determinam, em níveis individuais e com mais força quando as expectativas são compartilhadas por um grupo, embora ela não explique completamente a coesão de grupos migrantes; considera-se como limite dessa perspectiva, o fato de que as SEDs só estão presentes em grupos que compartilham uma cultura comum e transmitem isso através de interação.

CAPÍTULO 2 – DINÂMICA E CARACTERIZAÇÃO ATUAL DA POPULAÇÃO DE IMIGRANTES BRASILEIROS NO JAPÃO.

Este capítulo do trabalho tem como característica que o define, a apresentação do processo migratório e suas mudanças ao longo do tempo, a partir de uma perspectiva formal. Ou seja, apresentar-se-á as diretrizes e as estatísticas oficiais do Japão sobre o tema da imigração e em particular da imigração de *nikkeis*. Na parte que trata sobre a crise econômica internacional de 2008, também as diretrizes oficiais do governo brasileiro foram tomadas como ponto de partida para análise e compreensão do contexto de crise; que tornou grave a situação dos imigrantes no Japão e delicada a relação diplomática entre os dois países, relação consolidada há mais de um século.

Essa visão do fenômeno migratório a partir da perspectiva formal e governamental dos países envolvidos traz uma significativa colaboração para a análise da expectativa temporal em sua dimensão das expectativas socialmente prescritas, como dito anteriormente essas são de alta precisão e formais, tipicamente prescritas e protegidas por lei (ROBERTS, 1995). Dessa maneira, segue-se que em um processo de migração internacional oriundo do Brasil que tem como peculiaridade a questão da legalização do fluxo¹⁹, torna-se uma vantagem e um privilégio poder caracterizar quantitativamente essa migração, seu fluxo e sua população, a fim de compreender também a partir dessa perspectiva como a mudança da temporalidade pode se manifestar através do alargamento das permissões, ou a despeito dos constrangimentos legais dessa dimensão do fenômeno.

Dessa forma, para essa etapa do trabalho conta-se com fontes de dados estatísticos e publicações documentais do *Immigration Bureau* ligado ao

¹⁹ Embora as estatísticas formais do governo japonês seja correspondente ao número de imigrantes registrados, e portanto documentados no Japão, reconhece-se a existência de uma parcela de imigrantes que se mantêm no Japão de forma indocumentada, no entanto o número de brasileiros não chega a formar uma parcela significativa da população estrangeira indocumentada (ESTATÍSTICAS DE REGISTRO DE ESTRANGEIROS, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DO JAPÃO, 2011)

Ministério da Justiça do Japão, também do *National Institute of Population and Social Security Research* e do Ministério da Saúde, Trabalho e Bem Estar Social do Japão. Os dados estatísticos disponibilizados por essas instituições são consultados através da base de dados do *e-stat (Portal Site of Official Statistics of Japan)*. Também foram consultadas publicações do CNIg (Conselho Nacional de Imigração) ligado ao Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil, além de documentos oficiais publicados pelos ministérios governamentais, embaixadas e consulados dos dois países envolvidos.

Assim, apresenta-se uma revisão das políticas de controle de imigração japonesas, considerando suas peculiaridades e mudanças ao longo de um processo histórico de maior abertura do Japão à imigração. Em seguida, atenção particular é voltada a como essas políticas tiveram reflexo para a migração de brasileiros ao Japão e como o fluxo de entradas e saídas desses imigrantes se apresentou nas últimas décadas.

A composição da população brasileira no Japão em anos recentes é apresentada com os dados de 2006 a 2010²⁰ sobre a população brasileira registrada no Japão por sexo e idade quinquenal. Essa caracterização tem como intuito destacar as principais diferenças dessa população entre o momento inicial desse fluxo migratório, a partir de meados da década de 1980, e o momento presente.

Para finalizar esse capítulo, que busca trazer um panorama do fluxo, da situação legal e da composição dos brasileiros no Japão, tanto em seu momento inicial mas, com ênfase ao momento presente, aborda-se uma questão que teve grande repercussão sobre esse fluxo migratório nos últimos anos, qual seja, a crise econômica internacional de 2008.

²⁰ Os dados disponíveis online na base do *e-stat* vinculado ao *Immigration Bureau* do Ministério da Justiça do Japão são os mais recentes, de 2006 a 2010. Dados anteriores a esse período não estão disponível no web site das instituições e considerando portanto essa limitação, optou-se por trabalhar com esse intervalo para essas variáveis específicas e ter como base outras publicações sobre o tema que trazem as informações sobre a composição da população brasileira no Japão em anos anteriores a 2006.

2. 1 – Políticas de Controle de Imigração do Japão

O Japão apresenta uma história de migração que passa de um período de isolamento, chegando aos dias atuais com uma gradual abertura e maior flexibilização das políticas de migrações do país.

Kondo (2002) considera que o diferencial das políticas de imigração japonesas está em sua restrição à admissão de trabalhadores não-qualificados e a não recorrência à imigração mesmo em períodos que foram de grande desenvolvimento econômico, como aconteceu nos países desenvolvidos da Europa. Kajita (1994 *apud* KONDO, 2002) apresenta uma possível explicação para a questão, que se divide em quatro principais fatores: i) a grande migração interna entre áreas rurais para áreas urbanas em desenvolvimento no período de grande crescimento econômico que foi de 1955-73, ii) o desenvolvimento de tecnologias de automação que dispensa parte da mão-de-obra humana não qualificada, iii) o regime de horas parciais de trabalho para mulheres donas de casa, idosos e adolescentes e, iv) seu regime de muitas horas trabalhadas.

Outra justificativa para a restrita imigração no Japão, representando uma outra visão e talvez mais formal e representativa do governo japonês nesse período foi a de Kuroda (1988 *apud* KONDO, 2002); para ele que foi oficial do Ministério da Justiça japonês, três principais fatores recaem sobre as decisões de não abertura para imigração de trabalhadores não qualificados no Japão : i) a densidade populacional do Japão, que seria capaz de suprir a demanda de trabalhadores, ii) a questão de seu território estreito, que não abarcaria grande número de estrangeiros e, iii) o mito de um estado monoétnico, que não apoiaria uma maior entrada de estrangeiros ao país.

Nosso país é estreito, tem muitas montanhas, recursos escassos, além disso, a população é densa e constitui um estado 'monoétnico', portanto, há muita preocupação em se admitir estrangeiros, e geralmente, as pessoas consideram que isso seja

contrário aos interesses nacionais (KURODA, 1988: 217-18 *apud* KONDO, 2002: 2)²¹

O fluxo migratório no Japão, segundo Kondo (2002), pode ser dividido entre seis principais períodos que vai de 1639 até a o último período que se inicia a partir de 1990²². Na análise do autor, o primeiro período seria o de isolamento, entre 1639-1853; o segundo com uma abertura e grande emigração e imigração coloniais entre 1835-1945; o terceiro com um estrito controle da emigração e da imigração entre 1945 -1951, fase da Segunda Guerra Mundial e a partir da qual as principais mudanças começam a acontecer no Japão, tanto em termos econômicos, quanto nos aspectos demográficos, sociais, políticos, etc.

A partir do quarto período, o que o autor observa é um restrito controle da imigração mesmo em um período de grande desenvolvimento econômico, entre 1951 e 1981, o que é visto como uma peculiaridade das políticas de controle de imigração do Japão em relação aos outros países desenvolvidos que em períodos de forte desenvolvimento econômico, recorreram a trabalhadores imigrantes. Logo em seguida, o quinto período é marcado por uma pequena flexibilização das políticas entre 1981 e 1990, que continuava com as diretrizes de uma imigração restrita, mas com abertura para aceitação de refugiados e uma melhora ao acesso de direitos sociais para os estrangeiros.

A última e sexta fase que o autor analisa é essa que prossegue a partir de 1990 e vai até próximo ao ano 2000, em que houve uma emenda na Lei de Controle da Imigração e reformas das políticas para imigrantes.

As políticas de controle de imigração são as diretrizes do governo japonês em relação aos períodos descritos acima. Tais políticas ora os definem e

²¹ Tradução livre, no original : “*our country is narrow, has a lot of mountains, has scarce resources, moreover, population is dense and constitutes a ‘monoethnic state’, therefore, there is much anxiety about admitting foreigners’ settlement, and generally, people consider it is contrary to the national interest*” (KURODA, 1988: 217-8 *apud* KONDO,2002: 2)

²² Serão apresentadas as definições e características dos períodos delineados por Kondo (2002) até esse período (próximo ao ano 2000) e as atualizações mais recentes a partir dos novos Planos Básicos de Controle de Imigração com as publicação da 3ª e 4ª edições em 2005 e 2010 respectivamente.

os desenham, ora os acompanham e são desenhadas, em uma relação de controle e flexibilização, de acordo com a realidade econômica, social, política, cultural, demográfica, etc. Dessa maneira, segue-se que o primeiro plano de controle de imigração foi estabelecido em 1951, intitulado *Immigration Control Order* e influenciado pelos Estados Unidos logo após a Segunda Guerra Mundial, esse plano permitia a entrada de estrangeiros como residentes permanentes, similar às políticas de imigração americanas (KONDO, 2002).

No entanto, o tipo de permissão de residência permanente para estrangeiros nunca fora admitido facilmente pelo Japão, e dessa forma, o primeiro plano foi abolido e em seu lugar foi instituído o novo *Immigration Control and Refugee Recognition Act* em 1982. Essa primeira reforma se caracteriza pela não permissão do estabelecimento de residência permanente para estrangeiros no Japão e pela não admissão de força de trabalho não qualificada, os direitos sociais para estrangeiros eram limitados, e a política permaneceu sem muitas alterações até sua seguinte reforma em 1990 (KONDO, 2002).

A terceira reforma de 1990 foi uma das mais significativas em termos de impacto no volume da imigração para o Japão. Sua formulação foi estimulada em grande parte para restringir o grande número de imigrantes oriundos de países asiáticos, que entravam no Japão com vistos temporários (de turista em geral) e começavam a trabalhar irregularmente em serviços que não exigiam qualificação e quando o período de permissão desses vistos expirava, esses imigrantes permaneciam indocumentados no Japão (ISHIKAWA, 2003).

Embora a reforma tenha deixado mais restrita a entrada e permanência de imigrantes oriundos de países asiáticos, ela passou a permitir a entrada e permanência de estrangeiros descendentes de japoneses até terceira geração (*nikkeis*) e seus cônjuges e filhos, com um tipo de visto especial para descendentes, que os permitiam exercer qualquer tipo de atividade, inclusive trabalhos sem qualificação profissional (ISHIKAWA, 2003).

Dentre os descendentes de japoneses radicados no exterior os de segunda geração podiam entrar e permanecer no Japão com o tipo de visto de

“cônjuge ou filho de japonês”, já os descendentes de terceira geração e seus cônjuges²³ entravam e permaneciam no Japão com o visto de “residente de longo prazo”²⁴, renovável a cada período de um ou três anos.

A terceira reforma também permitiu a entrada legalizada de ‘estagiários’ (*trainees*), esse tipo de status de entrada e permanência²⁵ no Japão visa a transferência de tecnologias para os países em desenvolvimento, através do treinamento técnico desses imigrantes; no entanto, esses imigrantes passaram a compor também a mão-de-obra em trabalhos não qualificados (KONDO,2002). Essas mudanças na política de controle de imigração responderam sobretudo à uma necessidade nas questões do desenvolvimento econômico do Japão que parecia estar se abrindo um pouco mais à imigração internacional em um contexto de globalização.

Dessa maneira, segue-se que essa revisão do *Immigration Control and Refugee Recognition Act* ²⁶ apresentou uma demanda ao Ministro da Justiça japonês, para que fosse criado um Plano Básico para Controle da Imigração (*Basic Plan for Immigration Control*) com os objetivos de "definir as diretrizes de controle da imigração e outras medidas, esclarecendo a situação dos estrangeiros que entram e que residem no Japão"²⁷ (ARTIGO 61-9 DO *IMMIGRATION CONTROL ACT* *apud* 2ND BASIC PLAN FOR IMMIGRATION CONTROL, 2000: 1).

²³ Cônjuges dos imigrantes de segunda geração que entraram com o status de “Cônjuge ou filho de japonês” também obtêm o status de “residente de longo prazo” (KONDO, 2002)

²⁴ ‘*Long-term resident*’, em japonês entendido como ‘residente’

²⁵ Sob esse status de permanência, é permitido um ano para estagiários e dois para técnicos, totalizando o máximo de três anos de permanência no Japão sob esse tipo de visto.

²⁶ Ordem no. 319 de 1951, alterada em 1989, a partir de então referida como *Immigration Control Act*.

²⁷ Tradução livre, no original: “*to set forth immigration control guidelines and other measures, after clarifying the situation of foreigners entering and residing in Japan (ARTICLE 61-9 OF THE IMMIGRATION CONTROL Act* *apud* 2ND BASIC PLAN FOR IMMIGRATION CONTROL, 2000: 1)

O Plano Básico foi criado para estabelecer as diretrizes básicas do Japão sobre o controle de imigração e aumentar a transparência dessa administração tanto para o próprio Japão, como para os países estrangeiros além de implementar medidas coerentes com essas diretrizes (2nd BASIC PLAN FOR IMMIGRATION CONTROL, 2000).

O Ministério da Justiça do Japão formulou em 1992 o Plano Básico para Controle de Imigração, que passou a ser considerado o '1º Plano Básico de Controle de Imigração' após a publicação de sua segunda edição no ano 2000, em 2005 uma terceira edição foi publicada, e a quarta edição em 2010.

A primeira edição do Plano Básico tinha como objetivos “facilitar a aceitação de estrangeiros” ao mesmo tempo em que propunha a “recusa dos estrangeiros desfavoráveis” (2nd BASIC PLAN FOR IMMIGRATION CONTROL, 2000) sendo consideradas essas duas tarefas a missão dos Planos Básicos. Dessa maneira, a segunda edição mantém inalteradas essas diretrizes, mas propõem flexibilizações e medidas a serem propostas por questões relativas: i) ao rápido processo de internacionalização e globalização provocada pelo avanço das telecomunicações, transporte e liberalização dos sistemas econômicos, ii) ao processo de rápido envelhecimento da população com a queda da fecundidade e com a previsão de que a população japonesa começaria a decrescer na década de 2000, iii) a partir dos dois pontos anteriores, lidar com a questão de uma maior abertura do Japão à imigração como parte de um processo de maturidade social, mas considerando também seu histórico de percepção do povo japonês à essa questão, iv) à segurança nacional que pode ser colocada em risco com o grande número de estrangeiros indocumentados²⁸, pois os crimes cometidos por estrangeiros no Japão foi considerado um sério problema para a sociedade japonesa (2nd. BASIC PLAN FOR IMMIGRATION CONTROL, 2000).

A terceira edição do Plano Básico, publicada em 2005 traz como novidades em relação à segunda edição: i) propor medidas visando estabelecer o

²⁸ Em 2000 havia cerca de 270 mil estrangeiros indocumentados residentes no Japão, se forem somados os que entraram clandestinamente no Japão, esse número pode ser muito maior (2nd. BASIC PLAN FOR IMMIGRATION CONTROL, 2000)

Japão como um país turístico, incentivando viajantes estrangeiros a visitar o país, ii) aceitar de forma mais aberta os estrangeiros que são bem-vindos ao país, ou seja, os trabalhadores altamente qualificados e os de campos profissionais ou técnicos, considerando que a população produtiva no Japão já começava a diminuir e o papel da administração de controle da imigração em período de declínio populacional era colocado sob reflexão, iii) o estabelecimento de uma meta em reduzir pela metade o número de estrangeiros indocumentados no Japão até o ano de 2008, uma vez que esse número se manteve alto no Japão, causando problemas sociais e de segurança (3rd. BASIC PLAN FOR IMMIGRATION CONTROL, 2005).

A quarta edição publicada em 2010 mantém os objetivos iniciais dos Planos Básicos, qual seja, promover uma recepção adequada e facilitada de estrangeiros que sejam bem vindos ao país, e por outro lado, impedir a entrada e permanência de estrangeiros que representem uma ameaça para a segurança do Japão, como terroristas e criminosos. Nessa edição, as mudanças observadas e medidas propostas foram relativas: i) às condições sociais do Japão e fora dele, em particular era de declínio populacional e principalmente o declínio da população em idade produtiva, e as instabilidades econômicas acarretadas pelas crise econômica internacional de 2008, que trouxeram problemas de desemprego dos residentes estrangeiros, a maioria *nikkeis*; ii) à dificuldade em lidar com as questões de fraudes relativas aos estrangeiros indocumentados que permanecem no Japão sob status de residência legal (cônjuges ou estudantes), embora o número de estrangeiros indocumentados no Japão nos últimos anos tenha diminuído; iii) à introdução de um novo sistema de gestão de residência aos estrangeiros, uma vez que há um crescimento dessa população no Japão e maior diversidade de suas atividades, bem com a tendência crescente de estrangeiros permanecendo no país²⁹; iv) à questão dos refugiados, tendo-se em conta um

²⁹ Para tratar dessas questões, alguns atos de alterações no *Immigration Control and Refugee Recognition Act* (agora chamado "*Immigration Control Act*") foram promulgados incluindo uma grande revisão do sistema de gestão de residência. As alterações devem ser executadas num prazo de três anos após a data de promulgação.

aumento do número de pedidos de reconhecimento; visa-se, assim, promover a proteção legal e rápida dos refugiados, sendo o Japão membro da comunidade internacional (4th BASIC PLAN FOR IMMIGRATION CONTROL, 2010).

O que pode se observar é que algumas modificações nas políticas migratórias japonesas se encontram justificadas também a partir de uma preocupação com o envelhecimento e declínio da população japonesa, uma leitura geral das últimas diretrizes sobre as políticas migratórias japonesas mostrou essa tendência. Dessa maneira, as políticas de controle de imigração no Japão vêm apresentando reformas graduais no sentido de uma maior abertura do país aos estrangeiros. Uma das preocupações adicionais dessas reformas foi o controle da criminalidade que começou a aumentar no Japão nos últimos anos, a reforma visava monitorar melhor a ‘qualidade’ da entrada no país (3rd BASIC PLAN FOR IMMIGRATION CONTROL, 2005).

Os Planos Básicos são desenvolvidos com a perspectiva de indicar diretrizes para cinco anos futuros, mas considera-se ao final de todas as publicações, que de acordo com a dinâmica da sociedade tais planos podem ser reformulados em um período inferior a cinco anos. Já os Relatórios de Controle da Imigração (*Immigration Control Report*) que apresentam as tendências sobre o controle de imigração e foi publicado pela primeira vez em 1959, tinha uma periodicidade quinquenal para acompanhar essas tendências, no entanto, com as rápidas mudanças nos processos sociais e políticos relativos à imigração no Japão, os relatórios passaram a ser anuais a partir de 2004 (IMMIGRATION CONTROL REPORT, 2005).

Os objetivos dessas reformas indicam para melhorias nas condições de vida dos estrangeiros residentes no país a partir de uma maior cobertura de direitos sociais e civis para a população não japonesa. As políticas continuam com seu caráter de seletividade de ascendência japonesa e qualificação da força de trabalho, no entanto, procuram alargar o número de entrada desses imigrantes potenciais para o Japão com facilidades para retirada de vistos de permanência e

estabilização no país, além de procurar manter no Japão os estrangeiros imigrantes que já residem no país.

No limiar de uma era de um sério declínio populacional, a partir da perspectiva de manter a vitalidade da nossa sociedade, bem como apoiar o desenvolvimento sustentável e incorporar a vitalidade da região asiática para o Japão, a administração de controle da imigração promoverá a política de receber estrangeiros efetivamente (4ht BASIC PLAN OF IMMIGRATION CONTROL, 2010: 3).³⁰

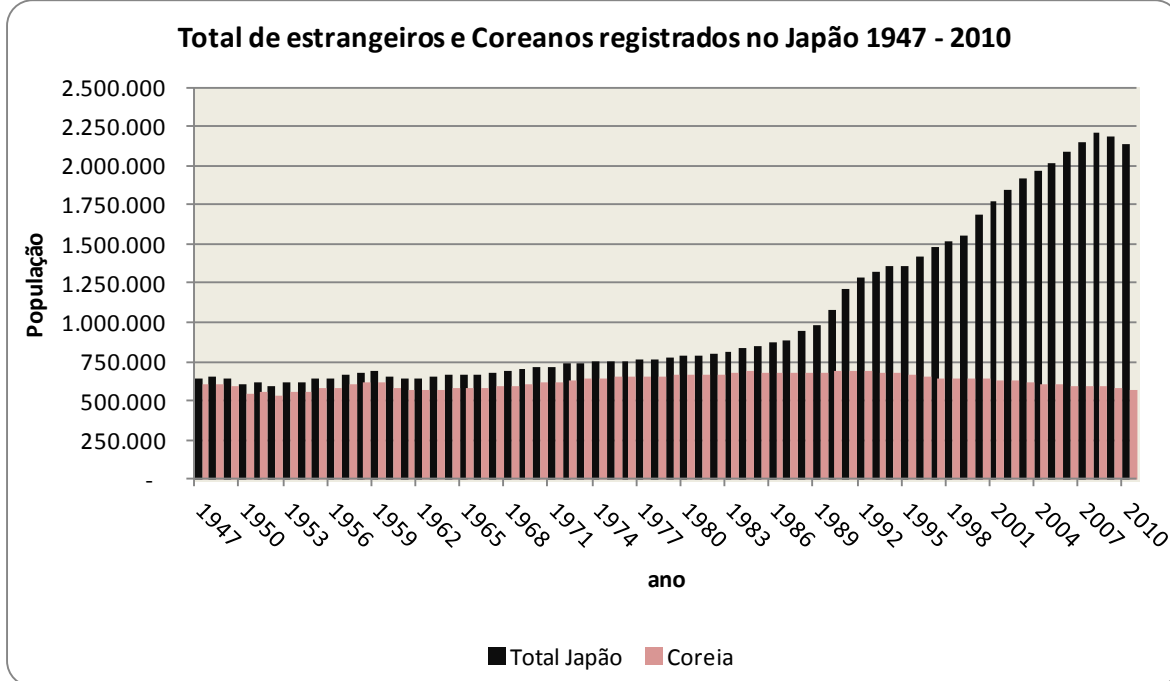
2. 2 – População e fluxo de brasileiros no Japão

O número de imigrantes no Japão tem crescido consideravelmente nos últimos 30 anos. Entre os migrantes que se encontram no Japão, a maior população estrangeira é formada por coreanos, descendentes da geração da colonização, esses são chamados de “*old comers*” e seu fluxo e número de residentes não varia significativamente ao longo do período até os anos recentes, (Gráfico 1), pois à medida que a população antiga diminui, estão entrando no Japão novos imigrantes coreanos (KONDO,2002). Os ‘novos imigrantes’, ou conhecidos como “*new comers*”³¹, constituem-se de brasileiros, filipinos, chineses, peruanos, entre outros. Esses imigrantes apresentam um maior fluxo a partir da década de 1980 e esse volume cresce significativamente a partir da reforma de 1990 do *Immigration Control and Refugee Recognition Act* . (Gráfico 2)

³⁰ Tradução livre, no original: “*At the very threshold of an era of a serious population decline, from the perspective of maintaining the vitality of our society as well as supporting sustainable development and incorporating the vitality of the Asian region into Japan, the immigration control administration will promote the policy of actively accepting foreign nationals*” (4ht BASIC PLAN OF IMMIGRATION CONTROL, 2010:3).

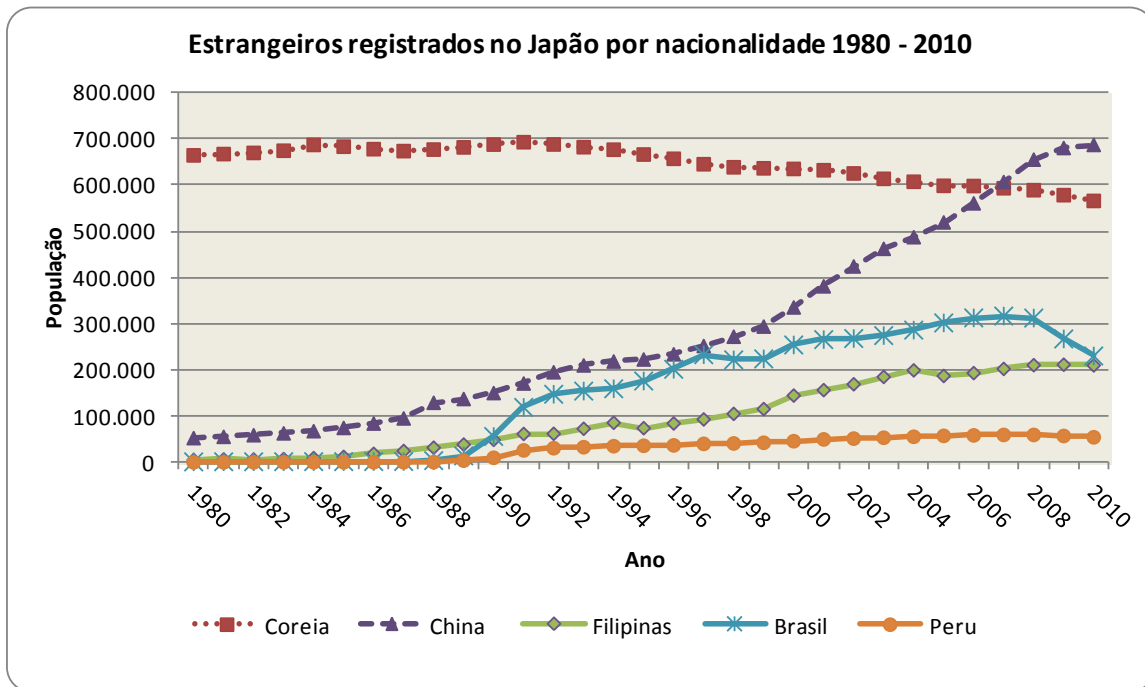
³¹ O termo ‘*new comers*’ é usado amplamente em publicações japonesas, tanto oficiais do governo japonês como por publicações acadêmicas, para se referir aos novos imigrantes a partir da década de 1990.

Gráfico 1



Fonte: *Historical Statistics of Japan* - Ministry of Internal Affairs and Communication, 2010; *Alien Registration Statistics* - Ministry of Justice of Japan, 2011

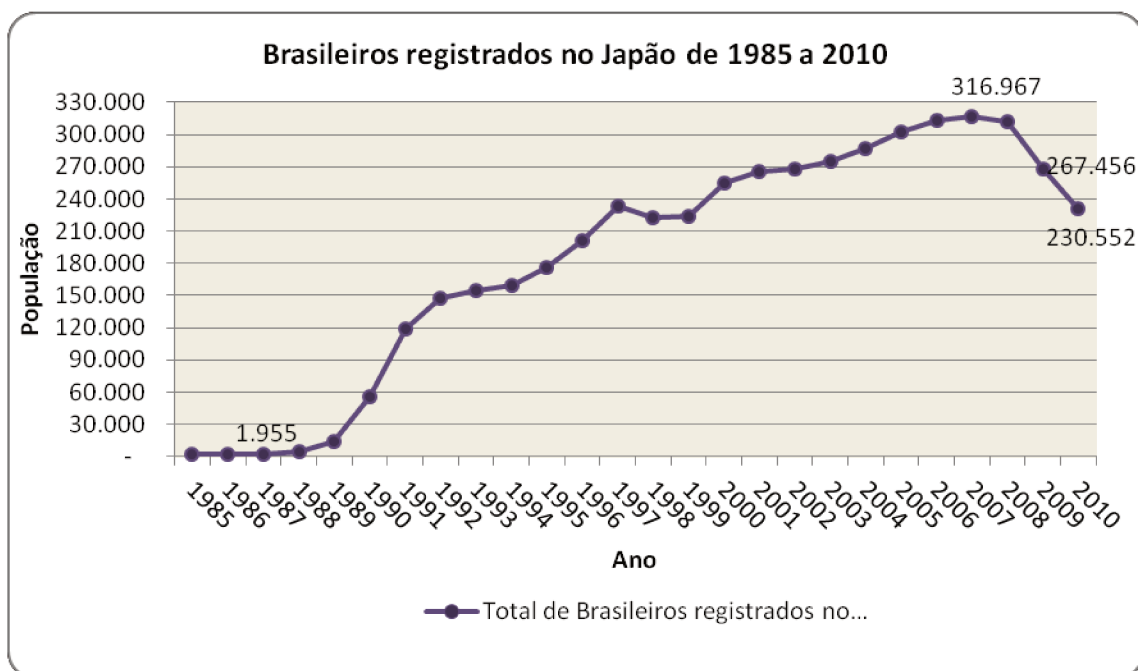
Gráfico 2



Fonte: *Historical Statistics of Japan* - Ministry of Internal Affairs and Communication, 2010; *Alien Registration Statistics* - Ministry of Justice of Japan, 2011.

A migração de brasileiros ao Japão torna-se significativa apenas em meados da década de 1980, ganha força em 1990 e atinge seu pico em 2007 com cerca de 317 mil brasileiros registrados no país. Logo após esse período, começa um declínio dessa população com a crise econômica internacional que iniciou no segundo semestre de 2008; nesse ano a população brasileira teve um pequeno declínio para cerca de 312 mil registrados, e em 2009 com as consequências geradas pela crise, principalmente o desemprego nos setores que mais empregam os trabalhadores imigrantes, houve uma significativa queda da população brasileira para cerca de 267 mil, e 230 mil em 2010, ou seja, entre 2008 e 2010 a população brasileira registrada no Japão reduziu cerca de 26%³² (Gráfico 3).

Gráfico 3

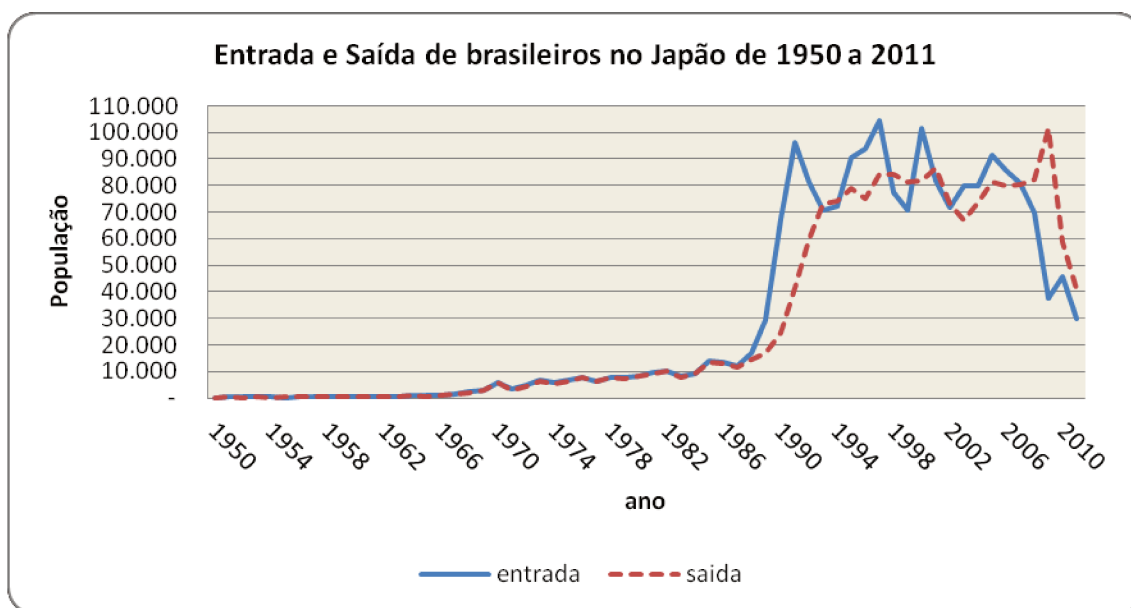


Fonte: *Historical Statistics of Japan* - Ministry of Internal Affairs and Communication, 2010; *Alien Registration Statistics* - Ministry of Justice of Japan, 2011

³² O tema da crise econômica de 2008 é abordado no subitem 2.3 desse capítulo.

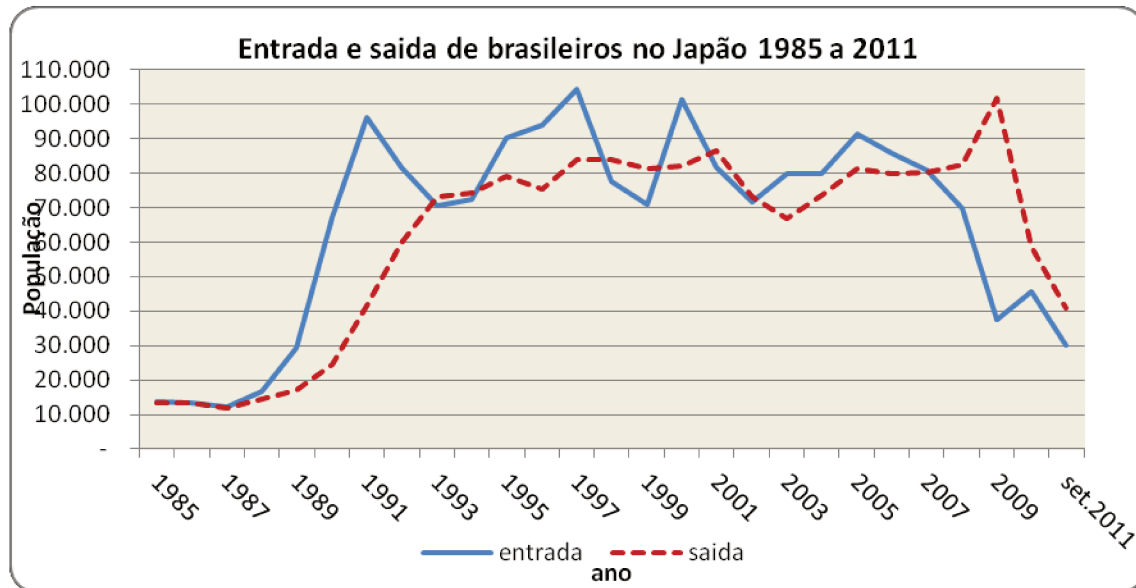
Os fluxos de entradas e saídas de brasileiros no Japão são apresentados pelos gráficos 4 e 5 a partir de uma série histórica, desde 1950 até 2011. Como já dito anteriormente, antes do período que marca o início do fenômeno migratório de brasileiros ao Japão em meados da década de 1980, essa migração era muito pequena. Os últimos dados da série são referentes às somas mensais de entradas e saídas até o mês de setembro de 2011, portanto, ainda não representam as estatísticas oficiais de entrada e saída completas desse ano, mas sua utilização buscou observar as tendências do fluxo de brasileiros no período mais recente. O período da crise econômica marca uma grande queda nas entradas e significativo aumento nas saídas de brasileiros do Japão. No Ano de 2011, em relação às entradas há uma diferença de 34% inferior a 2010, embora ainda faltante três meses para completar a série anual, e em relação às saídas, estão 31% inferiores a 2010.

Gráfico 4



Fonte: *Immigration Statistics* – Ministry of Justice of Japan, 2011

Gráfico 5

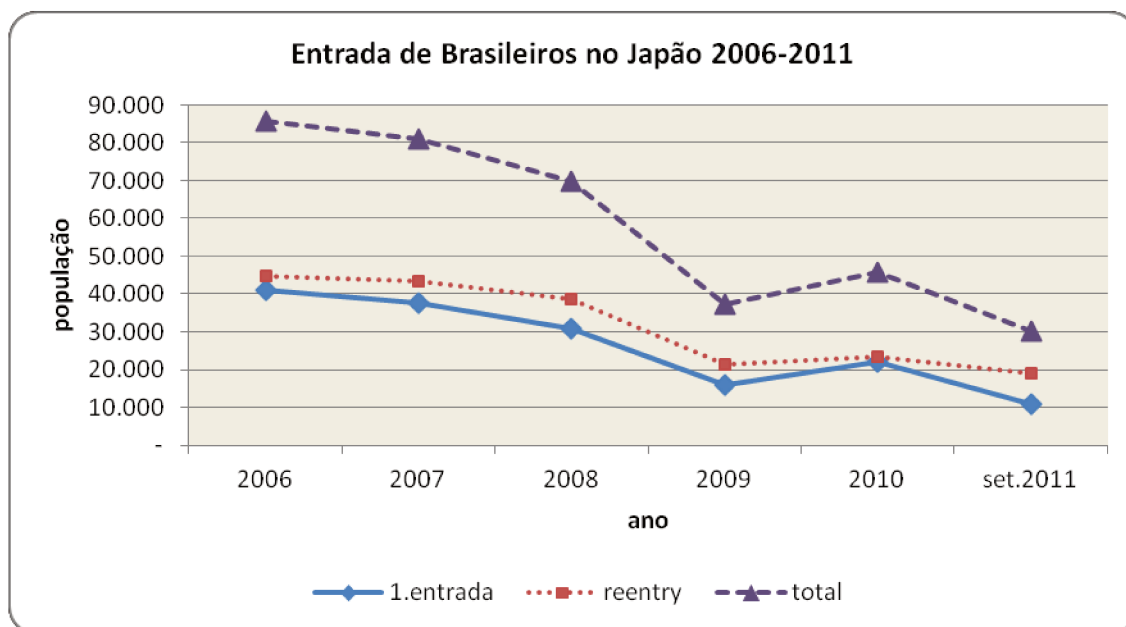


Fonte: *Immigration Statistics* – Ministry of Justice of Japan, 2011

Ao comparar o padrão de entradas dos brasileiros no Japão nos últimos anos entre a primeira entrada e a reentrada, ou seja, se o brasileiro está entrando no Japão pela primeira vez ou a partir da segunda vez (e muitos já estão entrando até pela quinta vez no Japão³³), com as entradas de estrangeiros sob esse mesmo critério (Gráfico 7), podemos perceber que o padrão de várias reentradas não é o padrão de entrada de estrangeiros no Japão:

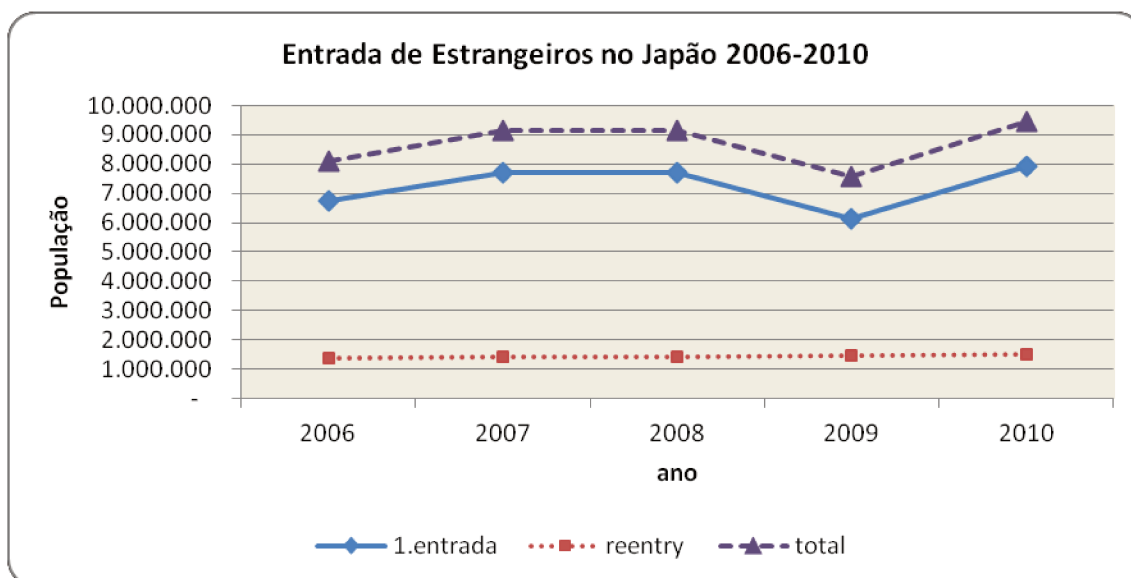
³³ Informações obtidas em trabalho de campo, ver Cap. 3 desse trabalho.

Gráfico 6



Fonte: *Immigration Statistics* – Ministry of Justice of Japan, 2011

Gráfico 7

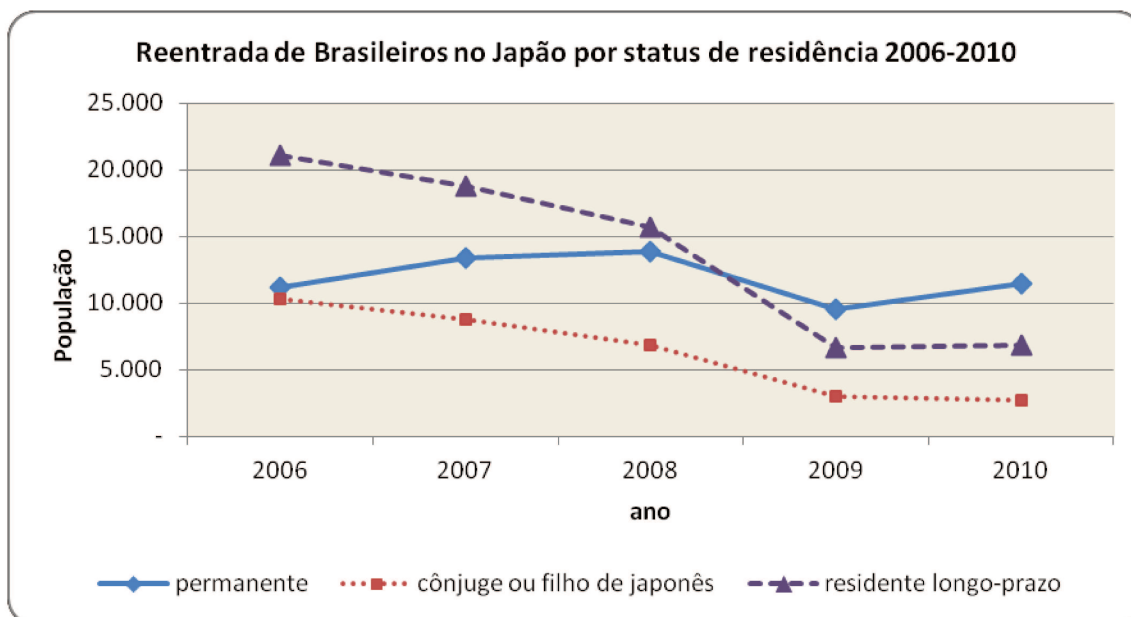


Fonte: *Immigration Statistics* – Ministry of Justice of Japan, 2011

O gráfico 6 apresenta dados dos últimos anos e em todo o período o número de reentradas foi um pouco superior ao de primeiras entradas, mas o que se apresentou a partir de 2011 até o mês de setembro, foi que as reentradas chegam a cerca de dois terços do total de brasileiros que entraram no Japão. Com isso poderíamos questionar se o número elevado de reentradas não esteja ligado ao retorno para o Japão de parte dos brasileiros que voltaram para o Brasil durante o período da crise econômica de 2008 e agora estariam tentando se reestabelecer no Japão.

Ao analisar as reentradas por *status* de residência (Gráfico 8) o que se observa é a diminuição esperada dos que entram com visto de cônjuge ou filho de japonês, a partir da diminuição da população de imigrante descendentes de japonês de segunda geração, decorrente de seu envelhecimento; e a partir de 2008 há uma diminuição da reentrada dos que possuem vistos de residente de longo prazo ao passo que as reentradas de imigrantes com visto de residência permanente aumentam:

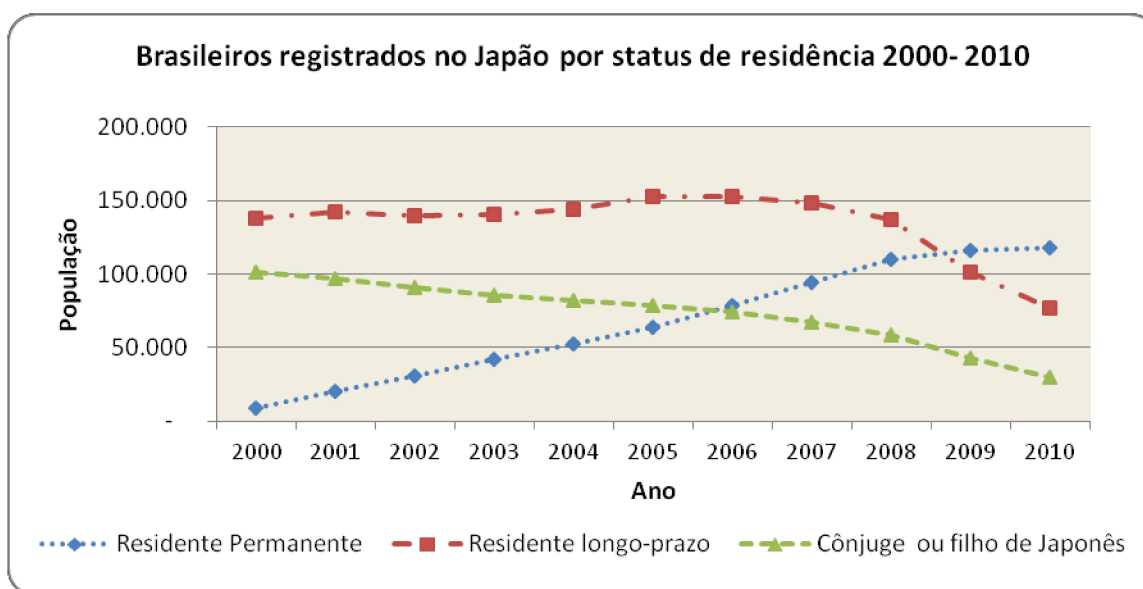
Gráfico 8



Fonte: *Immigration Statistics* – Ministry of Justice of Japan, 2011

Essa mudança pode ser em parte entendida através da crescente troca de status dos imigrantes registrados no Japão e que compõe a população residente. Os brasileiros que possuíam vistos de residência de longo prazo passaram a obter com maior facilidade – a partir das reformas das políticas de controle migratório dos últimos anos – o visto permanente, esses imigrantes têm em comum uma residência de mais de cinco anos no Japão sem ter retornado ao Brasil durante esse período, entre outros requisitos para a obtenção do visto de residência permanente³⁴ (Gráfico 9):

Gráfico 9



Fonte: *Alien Registration Statistics*, Ministry of Justice of Japan, 2011

A partir do ano de 2006 inicia-se uma diminuição de brasileiros registrados sob o status de cônjuge ou filho de japonês e residentes de longo prazo, ao passo que o número de registrados como residentes permanentes aumenta, essa transferência decorre de uma maior temporalidade de brasileiros

³⁴ Os requisitos são variados de acordo com a condição de residência do estrangeiro no Japão, para detalhes ver: “**Diretrizes para a Permissão de Residência Permanente**” disponível online em língua portuguesa no portal do *Immigration Bureau* do Ministério da Justiça do Japão: http://www.immi-moj.go.jp/portuguese/keiziban/happyou/guide_residence.html

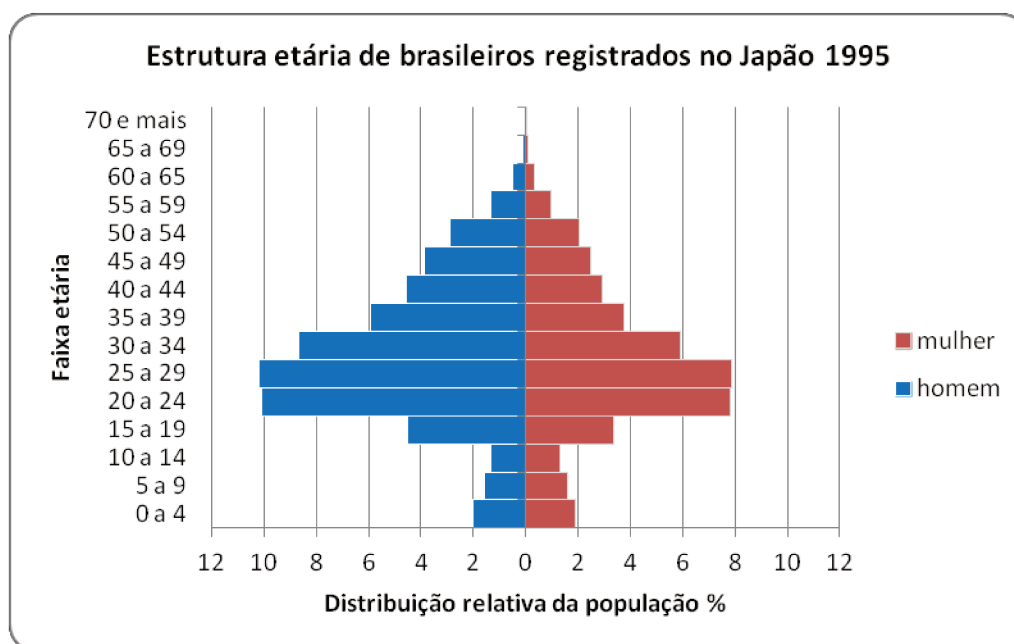
residindo no Japão e mostra-se como um reflexo das políticas de controle migratórios japonesas, que tem claramente a intenção de manter os imigrantes considerados “desejáveis” num contexto de envelhecimento e declínio populacional do Japão, inclusive da população em idade produtiva, como foi mostrado anteriormente.

Sob essa perspectiva, a dimensão socialmente prescrita das expectativas temporais (ROBERTS, 1995), relacionada às prescrições formais e sobretudo governamentais, visa incentivar os imigrantes brasileiros no Japão a estender de forma indefinida sua residência no país, salvo o período da crise econômica de 2008 que será abordado a seguir.

Para compreender a mudança da expectativa temporal, não apenas sob perspectiva das dimensões consideradas formais (governamentais), mas também das informais (grupos étnicos, familiares) apresenta-se em seguida uma caracterização da população residente no Japão em anos recentes.

A população de brasileiros no Japão cresceu significativamente a partir da década de 90 (Gráfico 3). A partir desse período a população que inicialmente era formada em sua maioria por homens em idade ativa e produtiva, passa a apresentar transformações na estrutura etária e por sexo. O gráfico 10 mostra o início dessa mudança na composição dessa população em 1995, quando o número de brasileiros era de 176.440 pessoas, sendo 101.684 homens (correspondente a 57, 63% da população) e 74.756 mulheres (correspondente a 42,37%):

Gráfico 10



Fonte: Estatísticas sobre estrangeiros residentes no Japão, *Japan Immigration Association (JIA)*, 1996 *apud* Sasaki (2011).³⁵

A razão de sexo em 1995 era de 136 homens para cada 100 mulheres, marcando ainda uma predominância masculina na população brasileira residente no Japão. Em relação à estrutura etária, as análises serão apresentadas a partir dos três grandes grupos etários (de 0 a 14 anos³⁶; 15 a 64, 65 e mais) , sendo que o primeiro grupo de idade (0 a 14 anos) , representava 9,8% da população, proporção de filhos dos imigrantes que se encontravam fora do mercado de trabalho. O grande grupo de 15 a 64 anos representava a proporção de 90% do total da população brasileira no Japão em 1995, , e o grupo de idosos, acima de

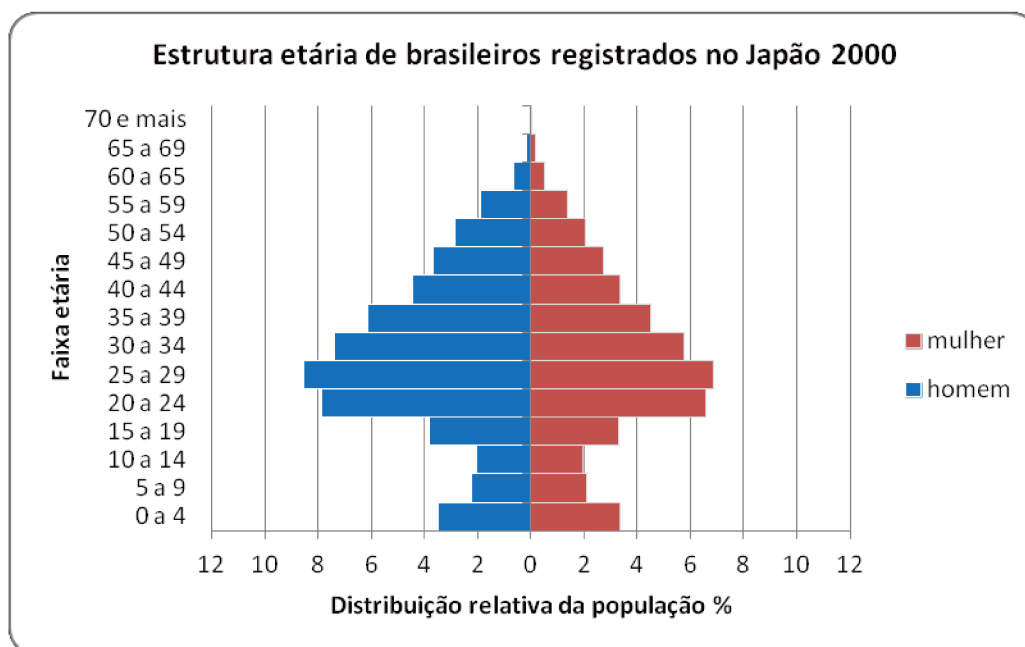
³⁵ Agradeço à Profa.Dra. Elisa Massae Sasaki por disponibilizar os dados da *Japan Immigration Association* (Ministério da Justiça do Japão) referente aos anos de 1995, 2000 e 2005 para a construção das pirâmides etárias.

³⁶ A idade de corte de 14 anos para o primeiro grupo etário foi escolhida para representar a população de filhos de brasileiros no Japão, que se encontram fora do mercado de trabalho. Embora na pesquisa de campo (cap.3) o grupo de 15 a 19 anos ainda se encontrava quase que inteiro no sistema escolar (ver anexo 2). reconhece-se que há muitos jovens menores de 19 anos que já se encontram inseridos no mercado de trabalho japonês (que permite trabalhos em regime parcial a partir de 16 anos de idade e por intermédio das empreiteiras esses jovens podem até trabalhar em regime integral, burlando o sistema de leis trabalhistas japoneses).

65 anos apenas 0,2% dessa população. As faixas etárias com maior concentração foram aquelas entre as idades de 20 e 34 anos, que correspondia a 50,64% do total, caracterizando uma população predominantemente jovem.

No ano 2000 essa composição apresenta algumas mudanças, a população total de brasileiros era de 254.394, sendo 140.485 homens (55,22%) e 113.909 mulheres (44,78%):

Gráfico 11



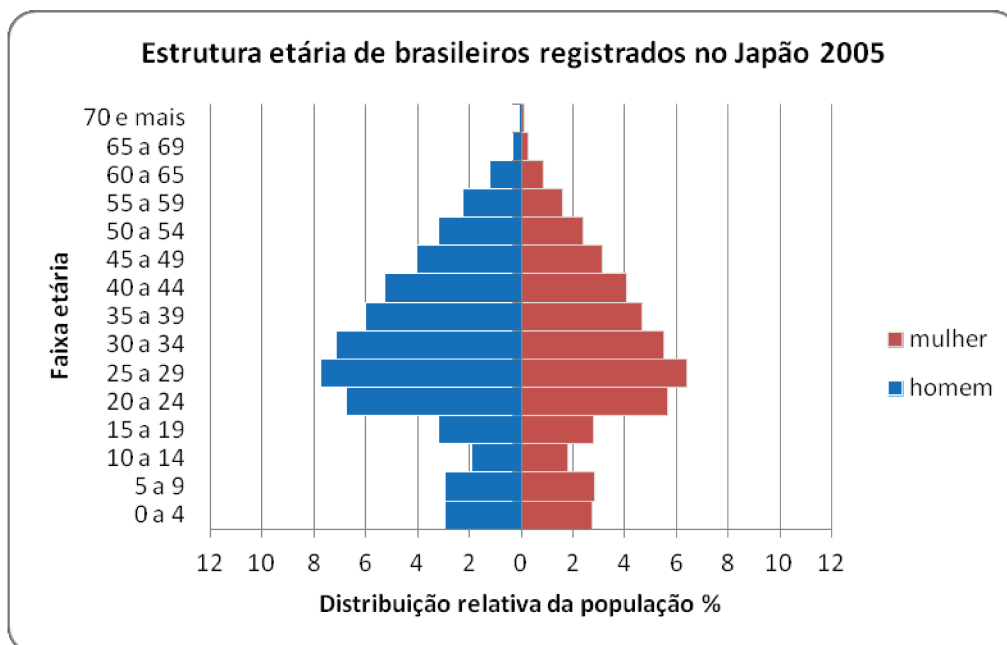
Fonte: Estatísticas sobre estrangeiros residentes no Japão, *Japan Immigration Association (JIA)*, 2001 *apud* Sasaki (2011)

A razão de sexo no ano 2000 era de 123 homens para cada 100 mulheres, mostrando que houve uma diminuição dessa razão com o aumento relativo no número de mulheres compondo a população brasileira no Japão, distribuídas por todas as faixas etárias. A estrutura etária mostrou um aumento na proporção de jovens e crianças até os 14 anos de idade, em 2000 esse grupo representava 15,2% da população brasileira no Japão, nesse grupo a faixa etária de 0 a 4 anos foi a que mais cresceu (de 3,9% em 95 para 6,8% em 2000),

apontando para um grande número de nascimentos (cerca de 17 mil crianças) no último quinquênio. O grande grupo em idade ativa de 15 a 64 anos apresentou uma diminuição relativa na proporção da população total, com uma participação de 84,4% , e houve um pequeno aumento do grupo idoso, sendo 0,4% acima de 65 anos, apontando para um envelhecimento relativo da população.

A estrutura etária da população brasileira entre 2000 e 2005 não apresentou diferenças significativas entre os grandes grupos, embora a população tenha chegado a 302.083 brasileiros, dos quais 166.250 eram homens (55,03%) e 135.833 mulheres (44,97%):

Gráfico 12



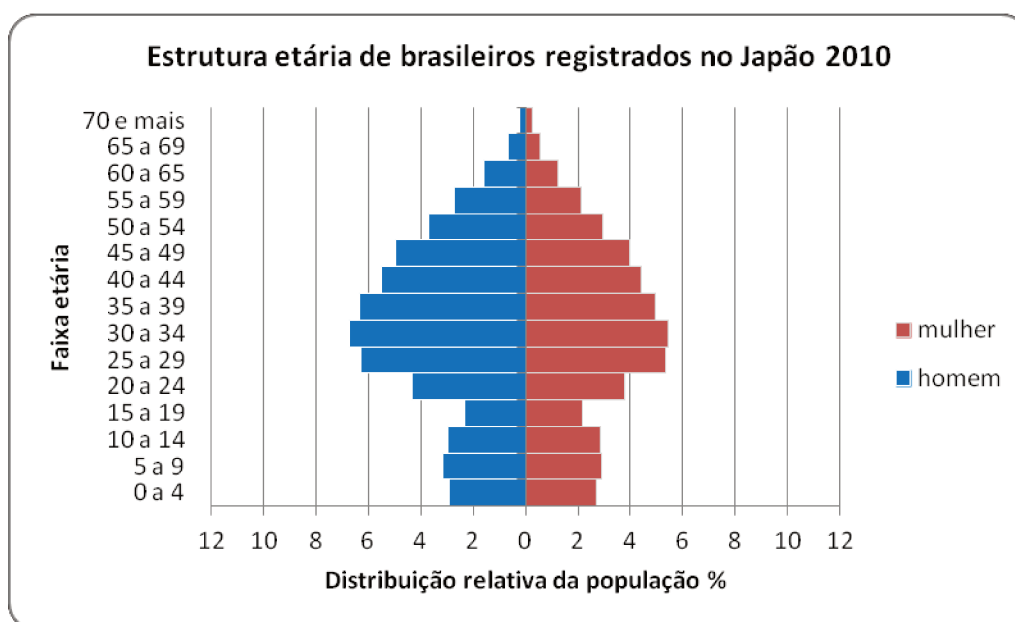
Fonte: Estatísticas sobre estrangeiros residentes no Japão, *Japan Immigration Association (JIA)* , 2006 *apud* Sasaki (2011)

A razão de sexo em 2005 era de 122 homens para cada 100 mulheres, embora tenha diminuído desde 1995, ainda apresenta uma população com maior participação masculina. Entre o grupo de 0 a 14 anos, a proporção continuou como em 2000, representando 15,2% da população total, embora o grupo de 5 a 9 anos

tenha crescido, decorrente da inércia demográfica do período anterior. O grupo de 15 a 64 anos de idade apresentou uma leve diminuição na proporção da população total, representando 84,4% e com um aumento relativo da população idosa que chegou a 0,8%, computando um total de 2.443 brasileiros acima de 65 anos de idade residentes no Japão.

Embora após o período da crise econômica de 2008 (que será analisado a seguir) a população brasileira no Japão tenha apresentado uma diminuição, sendo em 2010 uma população de 230.552 brasileiros, dos quais 125.291 homens (54,34%) e 105.261 mulheres (45,66%), a tendência de aumento relativo da população até 14 anos e da população idosa continuou se apresentando, como segue:

Gráfico 13



Fonte: *Alien Registration Statistics*, Ministry of Justice of Japan, 2011

A razão de sexo em 2010 foi de 119 homens para cada 100 mulheres, mostrando a tendência de maior equiparação entre homens e mulheres ao longo desses últimos 15 anos analisados. O grupo de idade até 14 anos teve um crescimento na proporção da população, representando 17,5% do grupo, o que se

observa através do formato das pirâmides, é que em anos recentes, o grande grupo de 15 a 64 anos de idade (80,8% da população total), apresenta tendência de envelhecimento, uma vez a população está mais distribuída entre todas as faixas etárias, com um grande número de adultos acima de 35 até 65 anos (44,4% da população total). O grupo acima de 65 anos dobrou sua participação na proporção da população total, passando de 0,8% em 2005 para 1,7% em 2010.

Considera-se que a estrutura etária da população brasileira no Japão, ao apresentar sinais de envelhecimento relativo da população, aponta para uma migração que se apresenta de maior permanência, uma vez que o envelhecimento pode ser compreendido a partir da inércia demográfica da população, embora trate-se de uma população imigrante, é reconhecido que o fluxo migratório é mais intenso entre as idades jovens e adultas, e que portanto um envelhecimento da população imigrante possa ser compreendido antes pela inércia demográfica do que pelo aumento no número da entrada de imigrantes em idades mais avançadas.

Além do envelhecimento relativo, a maior paridade entre o número de homens e mulheres, bem como o crescimento relativo da população até 14 anos, apontam para um processo migratório que se apresenta de caráter familiar, com tendências a uma longa permanência no destino, contrariando as expectativas temporais iniciais desse fluxo migratório.

2. 3 – Brasileiros no Japão durante a crise econômica de 2008

A crise econômica que eclodiu no trimestre final de 2008, trouxe novamente ao relevo a temática do papel do Estado e do mercado na dinâmica econômica capitalista. No entanto, não se abordará aqui extensivamente as questões essencialmente econômicas relacionadas à crise (tais como sua origem ou natureza), antes, busca-se examinar como e em que medida ela impactou nos países centrais, sobretudo no Japão, e, quais foram as implicações mais

significativas para a população imigrante que vive naquele país em razão do tipo de intervenção dos Estados brasileiro e japonês diante do contexto de crise.

De acordo com o Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH) publicado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) em 2009, a crise que teve início em 2008 causou consequências significativas para grande parte das migrações contemporâneas. Isso porque essa crise não diz respeito a uma recessão típica, seus alcances são, certamente, mais profundos e, provavelmente, diz o relatório, seria experienciada de maneira distinta nos países desenvolvidos e naqueles em desenvolvimento (RDH, 2009). Diferente das crises assistidas nas décadas de 1980, 1990 e 2000, cujos alcances se limitavam a determinadas regiões, a crise de 2008 assumiu uma dimensão global, incidindo tanto sobre países considerados desenvolvidos como sobre os não-desenvolvidos ou subdesenvolvidos (SINGER, 2009).

Diante do cenário de aguda descapitalização dos bancos, tornados de repente em instituições zumbis, nas palavras de Paul Singer, porque não fecharam as portas, mas, tornaram-se, em grande medida inoperantes, já que não mais detinham forças para fazer girar o capital financeiro, optou-se pela nacionalização das instituições bancárias. Nos países de governos mais conservadores a medida foi encarada como provisória, isto é, tal condição seria revisada assim que a crise fosse superada, por isso, seriam mantidas à frente do comando de tais bancos, agora estatizados, as mesmas pessoas que os coordenavam anteriormente (SINGER, 2009).

Governos mais progressistas, por sua vez, substituem a direção dos bancos nacionalizados por pessoas de sua confiança, que se dispõem a reativá-los, desde que depósitos e empréstimos passem a gozar de garantia contra inadimplência por parte do Estado. Tudo isso, nos Estados Unidos, na Europa e no Japão, onde a hecatombe bancária foi séria (SINGER, 2009: 94-95).

Tanto nos casos de governos conservadores como no caso daqueles mais progressistas, o que ocorreu, foi uma consensual mobilização por parte dos

governos nacionais, “que desde o primeiro momento resolveram abandonar qualquer pressuposto de que os mercados financeiros se autorregulam e tratar de resgatar os bancos de seus países, quase que a qualquer custo” (SINGER, 2009: 94). Isso significa, resumidamente, que os governos nacionais despenderam de seus tesouros quantias bilionárias³⁷, em alguns casos, para obtenção dos chamados títulos podres. Em outras palavras, trata-se do que Celso Furtado (2007) chamara de “socialização dos prejuízos”, na interpretação da intervenção do Estado brasileiro diante das iminentes perdas do setor cafeeiro após a crise de 1929. A análise que faz José Carlos Braga acerca do tipo de intervenção dos Estados nacionais mais afetados corrobora com o entendimento de Celso Furtado. Segundo Braga, o padrão de atuação estatal assistido durante a crise revela uma face singular do tipo de liberalismo vigente no contexto de globalização, qual seja, liberalização das barreiras para que os mercados produzam riquezas ao redor do mundo. Mas, assim que esse tipo de valorização perde sua força, recorre-se ao poder e ao dinheiro públicos.

Nos momentos críticos de desvalorização dessas riquezas, plena liberdade aos poderes públicos – ao Banco Central e ao tesouro nacional – para a defesa dos patrimônios privados, ainda que o custo disso seja expansão monetária indesejada, ônus fiscais, desemprego elevado, cessão do poder decisório a instâncias internacionais. Na hora da euforia valem os mercados; na hora da queda valem as providências estatais (BRAGA, 2009: 92).

Trata-se, portanto, de um contexto no qual se tem, de um lado, um processo significativo de aumento do desemprego na maioria dos países centrais e, por outro, uma situação na qual os Estados nacionais se concentraram em

³⁷ Quantias pensadas em dólares. “Nos Estados Unidos, [por exemplo] o total do comprometimento governamental com o resgate das instituições financeiras e seguradoras, como a AIG, a qual se mostra um verdadeiro poço sem fundo nas exigências de recursos governamentais, atinge impressionantes 7,4 trilhões de dólares até o momento [maio de 2009], sendo que US\$ 2,836 trilhões já foram efetivamente despendidos” (LIMA, 2009: 84).

resgatar as instituições financeiras afetadas pela crise³⁸. O RDH/2009 indica, por exemplo, que houve aumento do desemprego em países considerados significativos no interior dos fluxos migratórios internacionais.

A crise financeira transformou-se rapidamente numa crise do emprego. A taxa de desemprego da OCDE atingiu 8,2% em 2009, 8,3% em 2010 e apresenta pequena recuperação com a estimativa de 7,9% para 2011. A taxa geral de 2009 foi ultrapassada nos Estados Unidos (9,3%), onde, em Maio de 2009, se havia perdido quase seis milhões de postos de trabalho desde Dezembro de 2007, com um número total de desempregados a ascender aos 14,5 milhões. Na Espanha, a taxa de desemprego atingiu 18% no país e 28% entre os migrantes em 2009, nesse país o desemprego aumentou a 20,1% em 2010 e atingiu 20,3% em 2011. Os locais mais afetados pela crise foram os países desenvolvidos – o relatório produzido em 2009 pelo PNUD afirmava que, uma crise dessa magnitude que gera, também, uma crise do emprego, é uma má notícia para a população migrante. “Tal como as economias tendem a invocar os estrangeiros quando enfrentam uma escassez de emprego, também tendem a despedir primeiro os migrantes durante o tempo de recessão” (RDH/2009: 41-42). Isso porque o perfil do trabalhador migrante é um perfil relativamente vulnerável às condições de crise, ou seja, são trabalhadores pouco qualificados, inseridos de forma precária etc.

Diante desse cenário, busca-se compreender como se deram as intervenções dos governos japonês e brasileiro e, de que modo isso pode ter afetado o fluxo migratório de brasileiros ao Japão. Tal crise gerou, como consequência imediata para esse fluxo em específico, o grande número de retorno de brasileiros do Japão entre final de 2008 e meados de 2009.

³⁸ Em visita ao CNlg em Novembro de 2010, o Sr. Noguchi - Diretor da Divisão de Política dos Trabalhadores Estrangeiros no Japão ligado ao Ministério do Trabalho japonês – informou que o Japão estava com uma taxa de cerca de 5% de desemprego, equivalente a cerca de três milhões e trezentas mil pessoas. Considerou que esse número seria ainda maior se o governo japonês não estivesse colocando verbas governamentais de cerca de 730 bilhões de ienes nas empresas para assegurar emprego para cerca de 1.200.000 pessoas. (Ata, CNlg 10/11/2010)

Para entender como o governo brasileiro acompanhou o fluxo de retorno desde o início da crise econômica de 2008, foram analisadas – através das atas de reuniões realizadas mensalmente – as discussões realizadas no âmbito do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), órgão colegiado ligado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) responsável, entre outras coisas, por formular os contornos institucionais principais da política de imigração brasileira. Esse conselho realiza reuniões periódicas, produzindo documentos através dos quais se puderam examinar o tratamento político-institucional dado pelo órgão brasileiro com relação aos problemas envolvendo o cenário migratório. Foi acompanhado o período de 16 de setembro de 2008, um pouco antes dos impactos da crise econômica começar a apresentar seus sinais, até 16 de março de 2011, data em que já era possível uma leitura mais precisa dos resultados da crise.

Nas reuniões realizadas em outubro e novembro de 2008 foram discutidas pautas relativas à situação dos brasileiros no Japão concernentes às questões trabalhistas, educacionais e criminais, principalmente; mas ainda não havia tornado centro de enfoque os possíveis impactos da crise que se desenhava à frente, apesar de ter sido registrada a preocupação do embaixador do Japão no Brasil em discutir a inserção dos desempregados brasileiros no sistema público de empregos, tema que seria retomado após as consequências econômicas da crise.

Na última reunião do ano de 2008, realizada em 03 de dezembro, no entanto, o presidente do Conselho inicia a discussão com a questão da crise econômica e os brasileiros emigrantes, considerando que o retorno desses brasileiros que se encontravam nos países desenvolvidos mais afetados pela crise poderia se intensificar em um futuro próximo. Nessa ocasião, o presidente do CNIg sr. Paulo Sérgio de Almeida considerou que, quando de sua visita ao Japão em novembro desse mesmo ano, a crise já apresentava os primeiros sintomas, no sentido de redução da jornada de trabalho para os brasileiros e os outros estrangeiros residentes naquele país. Ou seja, o país já apresentava sinais da crise, mas nada alarmante a ponto de mobilizar o governo japonês. Mas, reitera

que as notícias recentes apresentaram um quadro mais alarmante, e principalmente pelo fato de muitas empresas empregadoras também oferecerem moradia, e os imigrantes que dependiam dessas empresas e perderam os empregos estavam também sem moradia. Dessa forma, já no final de 2008, o CNlg considerava que essa situação poderia ocasionar um retorno em grande escala de brasileiros e que, portanto, seria responsabilidade do conselho providenciar a facilitação ao retorno e reinserção no mercado de trabalho brasileiros (CNlg, 2008).

Frente às projeções da profundidade da crise, foram discutidas, no interior do CNlg, algumas sugestões de ações imediatas, tais como, envio de cestas básicas, criação de fundos financeiros, entre outras. Examinou-se, ainda, a gravidade das atitudes de algumas empreiteiras que continuavam recrutando trabalhadores para o Japão, mesmo a situação se mostrando cada vez mais crítica. Essa última reunião do ano de 2008 contou ainda com a presença do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Sr. Carlos Lupi que pediu que o mantivesse informado em relação à situação dos brasileiros no exterior, a fim de tomar atitudes proativas, para que no caso de um retorno em grande escala, muitos trabalhadores que ficaram muito tempo fora, tivessem um período de readaptação no Brasil (CNlg, 2008).

Com a intensificação da crise e o impacto na economia japonesa no final de 2008, começaram a ser veiculadas notícias nas mídias impressas, digitais e televisivas sobre a situação dos brasileiros no Japão³⁹, alarmando sobre a situação de desemprego e falta de moradia para aqueles que dependiam da moradia da empresa ou empreiteira. A reunião do dia 10 de Março de 2009 contou

³⁹ O Globo: “Japão vive pior crise econômica desde a Segunda Guerra Mundial”: http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1003514-9356,00-JAPAO+VIVE+PIOR+CRISE+ECONOMICA+DESDE+A+SEGUNDA+GUERRA+MUNDIAL.html

O Globo: “Crise faz brasileiros virarem sem-teto no Japão”: http://oglobo.globo.com/economia/mat/2008/11/26/crise_faz_brasileiros_virarem_sem-teto_no_japao-586557314.asp

Folha de São Paulo: “Crise financeira faz sua primeira vítima no Japão”: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u454740.shtml>

com a participação do presidente da Associação Brasileira de Hamamatsu (ABRAH) Sr. Etsuo Ishikawa para trazer informações qualificadas sobre o que estava acontecendo com os brasileiros no Japão, face às informações obtidas através da mídia brasileira.

Em sua apresentação, o presidente da ABRAH informou sobre a situação dos brasileiros no Japão de agosto de 2008 até março de 2009, em primeiro lugar fez uma crítica a divulgação da mídia, especificamente uma matéria do Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão brasileira, dizendo que ficou ‘entristecido e chocado’ pela forma com foi mostrada a situação dos brasileiros no Japão:

[...] era uma matéria de cerca de três minutos, que começou falando sobre economia japonesa e terminou falando da crise, enfocando os brasileiros sendo demitidos, brasileiros desempregados com a iminência de ter que retornar ao Brasil, transmitindo a impressão de que todos os trezentos mil brasileiros estão passando a mesma necessidade, quando, na verdade, estima-se que tenha cerca de cinquenta mil brasileiros desempregados. Da maneira como foi colocada – opinou o Sr. Ishikawa –, a matéria causou péssima impressão para os expectadores, tanto os que residem no Brasil quanto os que moram no Japão (CNlg, 2009a: s/n).

Ishikawa relatou que desde o começo do ano de 2009 tinham sido repatriados cerca de 30 brasileiros, que muitos estavam retornando por conta própria, mas que os casos de repatriação eram casos pontuais, de assistência consular e assistência social, que não poderia ser passada a impressão de que os 300 mil brasileiros no Japão estavam passando necessidades.

No Japão, o que estava sendo colocado em prática pelo governo do país era a facilitação de recorrer ao seguro desemprego, que pode variar de três a seis meses, podendo o imigrante recolher o correspondente de 60% a 70% do salário com base na média salarial dos últimos seis meses de trabalho; além disso, as prefeituras municipais passaram a oferecer uma linha de crédito a todos os trabalhadores que se encontravam desempregados, essa ajuda incluía ‘ajuda-

sobrevivência' e 'auxílio-moradia'. O auxílio moradia era feito através de imóveis da Prefeitura Municipal, ou da Província e que estavam sendo alugados para os desempregados por um valor equivalente a cerca de R\$300,00, que poderia ser pago facilmente com o seguro desemprego, ou no caso de não conseguirem pagar nem esse valor, havia possibilidade de negociação.

Informou, ainda, sobre a existência da Agência Nacional de Empregos (*Hello Work*) que a comunidade brasileira veio a conhecer mais amplamente somente a partir daquele momento de crise, porque, até então, os trabalhos eram conseguidos majoritariamente através das empreiteiras de mão-de-obra, substituindo a Agência oficial de emprego. No contexto de crise econômica, os trabalhadores estrangeiros temporários começaram a descobrir o que significa o *Hello Work* porque as empreiteiras não possuíam mais postos de empregos a serem oferecidos. O relatório de 2009 do Ministério da Saúde, Trabalho e Bem-Estar do Japão ressalta essa alteração:

Novos estrangeiros candidatos a emprego procuraram escritórios da *Hello Work* nas regiões com alta densidade de residentes estrangeiros: 9.296 entre novembro de 2008 e janeiro de 2009 (cerca de 11 vezes o número relativo ao mesmo período do ano anterior) (MINISTRY OF HEALTH, LABOUR AND WELFARE , 2009: 32 – tradução livre)⁴⁰.

Diante desta constatação, o relatório apresentava algumas ações de combate, entre as quais, destacam-se, o oferecimento de treinamento, inclusive com relação ao idioma japonês, para aqueles que optassem por permanecer no Japão e o aprimoramento do atendimento das agências *Hello Work* inseridas nos territórios de alta densidade de estrangeiros, através do atendimento no idioma nativo do estrangeiro.

⁴⁰ No original: “*New foreign job seekers having visited Hello Work offices in regions with a high density of foreign residents: 9,296 between November 2008 and January 2009 (about 11 times the number in the same period a year ago)*” (MINISTRY OF HEALTH, LABOUR AND WELFARE , 2009: 32). Até março de 2009 esse número subiria para 14.760 pessoas, o que significa, de acordo como ministério, um aumento de 13 vezes em relação à 2008.

A respeito das estratégias de sobrevivência dos brasileiros no Japão, também o Sr. Etsuo comentou a existência de grande solidariedade entre os compatriotas, em que se encontravam “famílias inteiras – de sete, oito pessoas – morando no mesmo apartamento, se virando, recebendo o Seguro Desemprego para tentar, com ele, comprar passagem e retornar” (CNIg, 2009a: s/n).

Diante do relato do presidente da ABRAH, outro ponto destacado foi a questão do impacto que a crise teve sobre a situação escolar dos filhos de imigrantes brasileiros, sobretudo aqueles matriculados em escolas brasileiras. O Ministério das Relações Exteriores (MRE) e os Consulados do Brasil no Japão têm detectado um grande número de crianças e adolescentes fora da escola. A sugestão do presidente do CNIg seria, assim, facilitar o ingresso dessas crianças em escolas japonesas. Apesar de ser uma sugestão que colocaria as crianças e adolescentes nas escolas novamente, é reconhecida a dificuldade de adaptação das crianças estrangeiras no sistema escolar japonês (Kawamura, 1999; Nakagawa, 2005).

A representante do MEC presente no conselho explicou o acordo que o Ministério da Educação mantém com o Japão, com um sistema de escolas para brasileiros reconhecidas pelo governo brasileiro em território japonês; explica que a vantagem desse sistema é que as crianças e adolescentes que estudam em escolas brasileiras no Japão, ao retornarem ao país de origem, têm reconhecido seus estudos como se tivessem estudado no Brasil. A dificuldade encontrada nesse sistema, é que no Japão as escolas brasileiras são todas privadas, portanto, em período de crise econômica, os pais que perderam os empregos tem dificuldades em pagar as escolas para seus filhos continuarem estudando.

O Embaixador Eduardo Gradilone informou, ainda, que na visita ao Japão em novembro de 2008 entrou em contato com o governo japonês em âmbitos locais, regionais e nacionais, através das prefeituras municipais, dos governos de províncias e dos ministérios japoneses, a fim de que duas questões que dizem respeito às comunidades de brasileiros no Japão, fossem, também,

consideradas pelo governo japonês. A primeira sobre a educação e cultura, com o pedido de contratação de professores bilíngues:

Para fazer a adaptação do brasileiro, que é colocado na escola japonesa e não entende o japonês, lugares nas escolas japonesas para que pudesse ter cursos de português usando as instalações da rede escolar japonesa, mecanismos para facilitar a transformação das escolas privadas brasileiras em *miscellaneous schools* (que pagam menos tributos) e evitaria que as escolas cobrassem caro dos decasségus. E a segunda mensagem foi com relação ao trabalhador brasileiro: que não fosse o primeiro a ser dispensado, pedindo que o Governo Japonês, inclusive em retribuição ao tratamento que foi dado aos japoneses no Brasil, fizesse algo nesse sentido (CNIg, 2009a: s/n).

Entre as medidas mencionadas, que seriam vigoradas a partir de 1º de abril de 2009, o Embaixador destacou, no tocante a educação, o atendimento às reivindicações demandadas, entre elas:

[...] lugar para que as famílias estrangeiras possam deixar seus filhos enquanto trabalham ou procurem empregos, medidas para facilitar a adaptação dos estudantes que têm que aprender o japonês, medidas para ensinar o idioma local. Foi criado um escritório especialmente para tratar desses assuntos (CNIg, 2009a: s/n)

Sobre o pacote de medidas anunciado pelo governo japonês em janeiro de 2009 para entrar em vigor em 1º de abril desse mesmo ano, a ‘Assistência de Retorno à Pátria’ ou ‘auxílio retorno’ estava como última alternativa caso as outras medidas – relacionadas à educação dos filhos, busca por empregos e auxílio moradia – não fossem capazes de manter os brasileiros no Japão. Embora não estivesse prevista inicialmente, a medida de ‘auxílio retorno’ veio acompanhando o pacote quando este entrou em vigor. Dessa maneira, além de incluir os programas já mencionados anteriormente, esse pacote também incluía um auxílio de retorno no valor equivalente a U\$3.000,00 para os estrangeiros descendentes de japoneses que se encontrassem desempregados e U\$2.000,00 para seus

dependentes, que quisessem retornar ao seu país de origem, mas com a condição de não retornarem ao Japão por tempo indeterminado.

Essa medida de ‘auxílio retorno’ do governo japonês teve uma recepção negativa pelo governo brasileiro; Carlos Lupi, Ministro do Trabalho e Emprego do Brasil se colocou fortemente contrário à decisão do governo japonês⁴¹. As discussões internas do CNlg tiveram a preocupação em ressaltar as medidas de apoio que estavam sendo tomadas pelo governo japonês para a população de brasileiros residentes naquele país, e o presidente do conselho ponderou que o governo brasileiro deveria se manifestar de forma tranquila, mas enfatizando que essa medida é inadequada e que deveria ser revista pelo governo japonês. O pedido de revisão era relativo ao impedimento de reingresso ao Japão que estava vinculada ao ‘auxílio retorno’ do governo japonês. O governo brasileiro queria que esses brasileiros no futuro tivessem a possibilidade de novamente reingressar ao Japão se assim o decidirem. Dessa forma, o governo brasileiro se manifestou através de uma carta enviada pelo Ministro Carlos Lupi (MTE) à Embaixada do Japão, pedindo que a medida que impede o retorno dos brasileiros que usufruírem da ajuda do governo japonês para retornar ao Brasil fosse revista⁴².

Do lado do governo japonês, após manifestações formais por parte do governo brasileiro e das instituições ligadas às comunidades brasileiras no Japão, a medida que proibia o retorno ao Japão foi revista em 11 de maio de 2009. O novo prazo de impedimento para o retorno ao Japão agora seria de três anos após

⁴¹ Notícia publicada em 24/04/2009 no site do Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil: “Ministro Carlos Lupi protesta medida do governo japonês para trabalhadores brasileiros” disponível em : <http://portal.mte.gov.br/imprensa/ministro-carlos-lupi-protesta-medida-do-governo-japones-para-trabalhadores-brasileiros/palavrachave/imigracao-cnlg-japao.htm>

Notícia publicada em 28/04/2009 no site da imprensa desenvolvida por brasileiros para brasileiros no Japão IPC Digital: “Ministério do Trabalho protesta contra medida que incentiva volta de dekasegui” disponível em : <http://www.ipcdigital.com.br/Noticias/Brasil/Ministerio-do-Trabalho-protesta-contra-medida-que-incentiva-volta-de-dekasegui>

⁴² Acesso online a carta enviada em 23/04/2009 pelo MTE à Embaixada do Japão: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A8181FA2C136B7A012C143088A42C75/CartadoMTEaogove,39953,3801041667.pdf>

ter deixado o país através do recurso do governo japonês. Nesse contexto foi esclarecido pelo vice-secretário de Imprensa do Ministério das Relações Exteriores do Japão, Yasuhisa Kawamura, que a princípio a medida não pretendia impedir o retorno definitivo, mas pelo fato de ainda não terem determinado o prazo de um retorno possível, e por urgência em implementar as políticas de auxílio aos estrangeiros – por um problema de comunicação – a medida saiu com esse caráter de ‘impedimento de retorno por prazo indeterminado’ o que causou uma imagem negativa e distorcida⁴³. Logo após ser revista para o prazo de três anos de impedimento de retorno ao Japão, em 18 de Maio de 2009, o Embaixador do Japão no Brasil, senhor Ken Shimanouchi enviou resposta formal ao Ministro do MTE, esclarecendo que a restrição ainda poderia ser diminuída de acordo com a recuperação da economia japonesa⁴⁴.

Uma proposta advinda das reuniões do CNlg foi a constituição de um Grupo de Trabalho para analisar a relação entre a crise econômica e o movimento migratório, tanto para observar o retorno dos emigrantes brasileiros, como a entrada de imigrantes estrangeiros, acompanhando de perto esses movimentos para viabilizar as resoluções adequadas em nível de políticas migratórias e políticas públicas para os retornados. Foi designado para o Grupo, assim, o acompanhamento do contexto internacional e o impacto nas migrações de trabalhadores.

Esse grupo de trabalho foi criado em fevereiro e atuou até dezembro de 2009. A primeira reunião do grupo trouxe como resultado reflexões acerca de principalmente dois aspectos de repercussão da crise nas migrações: a situação dos brasileiros no exterior e seu possível retorno, e a situação dos imigrantes estrangeiros no Brasil. Em relação aos imigrantes no Brasil, a preocupação foi em não adotar políticas protecionistas, mas manter uma observação sobre as

⁴³ Conferência de Imprensa do Ministério das Relações Exteriores do Japão em 14/05/2009, disponível em <http://www.mofa.go.jp/announce/press/2009/5/0514.html>

⁴⁴ Acesso online a carta enviada em 18/05/2009 pelo Embaixador do Japão ao MTE: http://portal.mte.gov.br/data/files/8A8181FA2C136B7A012C143088B32C8D/Carta_Japao_Lupi,39953,3809722222.pdf

estatísticas de movimentação de estrangeiros no Brasil de periodização mensal – ao invés de trimestralmente como eram feitas – para saber se haveria alguma alteração nesse momento decorrente da crise internacional que afetou principalmente os países desenvolvidos.

O grupo de trabalho foi responsável também por dar andamento e acompanhar as medidas a serem tomadas por parte do governo brasileiro referentes ao fluxo de retorno dos brasileiros que estavam no exterior. Dessa forma, ao longo do ano de 2009 foram adotadas medidas que visavam auxiliar a situação dos brasileiros, principalmente os residentes no Japão. Em 28 de abril o Ministro Carlos Lupi assinou esse conjunto de medidas encaminhadas pelo CNlg, que consistia entre outras em regulamentar as agências de recrutamento e seleção privadas; estabelecer um canal formal de consulta bilateral entre Brasil e Japão em relação ao emprego; acelerar a implementação do projeto “Casa do Trabalhador Brasileiro” em Hamamatsu; possibilitar o saque do FGTS, sem que o trabalhador tenha que vir ao Brasil; e a criação de núcleos de atendimento a brasileiros retornados do exterior (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2009)⁴⁵

Em setembro de 2009 o grupo registrou que já haviam retornado 40.000 brasileiros do Japão, embora esse número fosse menor do que o esperado no início da crise: A expectativa inicial do CNlg estimava que poderiam voltar cerca 70.000 pessoas até meados de 2009. No final do ano de 2009 o Grupo de Trabalho concluiu através de observações mensais que a questão da imigração no Brasil não era preocupante e que seu crescimento acompanhava o desenvolvimento e investimentos no país. Até outubro, mais de 50 mil brasileiros já haviam retornado, representando mais de 10% da população brasileira residente no país; 13 mil vieram inscritos no programa de apoio do governo japonês, a maioria para São Paulo e municípios do Estado de São Paulo.

⁴⁵ Acesso ao Despacho do Ministro em:
http://www.fiesp.com.br/sindical/pdf/port%20694_09%20mte.pdf.

O programa de Assistência de Retorno à Pátria (auxílio retorno) teve duração de um ano, entre 01 de Abril de 2009 e 31 de Março de 2010, registrou o atendimento de 21.675 requisitantes, dos quais 20.053 eram brasileiros⁴⁶ e residentes principalmente na Província de Aichi (5.547 pessoas) e Shizuoka (4.387 pessoas) (MINISTRY OF HEALTH, LABOUR AND WELFARE, 2011). Em relação ao retorno de brasileiros, os Estados Unidos também apontavam tendência de retorno, mas na migração com esse país não há dados oficiais como no Japão. O acordo bilateral entre Brasil e Japão para assuntos de trabalho sofreu um atraso decorrente de mudanças no quadro político japonês.

Na última reunião de 2009 o Grupo de Trabalho sobre o acompanhamento do cenário internacional e o impacto nas migrações teve seu trabalho encerrado, uma vez que do ponto de vista da imigração, não era mais necessário o monitoramento permanente, pois o crescimento da imigração para o Brasil estava em conformidade com o esperado; em relação aos trabalhadores brasileiros no exterior, as medidas que foram lançadas em maio de 2009 seguiam sendo implementadas.

O Projeto Casa do Trabalhador Brasileiro em Hamamatsu estava em trâmite em março de 2009. O projeto consistia de uma parceria entre o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) do Brasil para ser executado por uma associação, ou entidade ligada às comunidades de brasileiros no Japão. O plano inicial era de que a Casa atuasse com cerca de sete funcionários brasileiros, contratados no Japão, que seriam treinados com apoio do Governo Japonês para transmitir orientações sobre a questão trabalhista no Japão, bem como sobre o acesso ao SINE (Sistema Nacional de Emprego) para se informar da situação do mercado de trabalho no Brasil. A previsão era de que começasse a funcionar em julho de 2009, embora se soubesse da morosidade do trâmite a ser percorrido.

⁴⁶ Os outros atendimentos foram entre peruanos (903 pessoas) e outras nacionalidades (713 pessoas) (MINISTÉRIO DA SAÚDE, TRABALHO E BEM-ESTAR SOCIAL DO JAPÃO, 2011)

Em razão de adequações no novo Consulado do Brasil em Hamamatsu e tramitações entre o MRE e o TEM sobre questões orçamentárias, a inauguração da Casa do Trabalhador Brasileiro no Japão foi realizada somente no dia 31 de julho de 2010, durante as comemorações da “Semana do Trabalhador Brasileiro no Japão”, a Casa começou operando com cinco funcionários e a coordenação provisória do Diplomata Paulo Amado. No primeiro mês de funcionamento a Casa realizou 145 atendimentos, sendo que 75% desses atendimentos eram relacionados às dúvidas acerca da legislação trabalhista no Japão e os demais, principalmente sobre o Acordo Previdenciário entre o Brasil e o Japão. Em Novembro de 2010 foi inaugurado o site da Casa do Trabalhador Brasileiro em Hamamatsu⁴⁷. Nos três meses de atuação, a Casa do Trabalhador Brasileiro em Hamamatsu chegou realizar 745 atendimentos (CNIg, 2010a; 2010b; 2010c).

No entanto, apesar de grande procura no período que sucedeu a crise de 2008, em Dezembro de 2010 o projeto chegou ao final da fase experimental, momento que seria feito uma interrupção das atividades para avaliação dos resultados obtidos durante esse período, com o objetivo de aperfeiçoar o projeto, mas, com previsão para que voltasse a funcionar em janeiro ou fevereiro de 2011. Contudo, na primeira reunião de 2011 em fevereiro, foi informado que as atividades do projeto ainda se encontravam suspensas, aguardando nova definição para o modelo da Casa. Até meados de 2011 a Casa ainda se encontrava fechada e sem atendimento presencial, apesar do web site estar mantido na página do MTE do Brasil⁴⁸

A ‘Semana do Trabalhador Brasileiro no Japão’ comemorou os 20 anos da comunidade brasileira no Japão, a partir da data oficial de alteração da Lei de Controle de Imigração em 1990, contou com seminários e consultorias de temas trabalhistas. A jornada aconteceu entre 30 de Julho e 08 de Agosto de 2010, com a participação da delegação do Brasil através de representantes do CNIg e dos Ministros de Estado do Ministério do Trabalho e Emprego e do Ministério da

⁴⁷ <http://casadotrabalhador.mte.gov.br>

⁴⁸ Informação obtida por intermédio de contatos no Japão em Julho de 2011

Previdência Social. Nessa ocasião também foi assinado no dia 29 de Julho o Acordo de Seguridade Social entre Brasil e Japão, que passou a possibilitar que os brasileiros utilizem o tempo trabalhado no Japão em adição ao trabalhado no Brasil para aposentadoria.

A assinatura do convênio para a criação do Núcleo de Atendimento e Informação aos Brasileiros Retornados do Exterior (NIATRE) foi realizada em Setembro de 2010 com o Instituto de Solidariedade Cultural e Educacional – ISEC, com o objetivo de atender os emigrantes retornados do exterior, principalmente os brasileiros retornados do Japão⁴⁹.

No final de 2010 o CNlg recebeu a visita da comitiva japonesa, com a presença do representante do Ministério da Saúde, Trabalho e Bem-Estar Social do Japão, o Sr. Noguchi que é o Diretor da Divisão de Política dos Trabalhadores Estrangeiros no Japão. Essa Divisão havia sido criada fazia pouco tempo, para determinar uma política de atendimento aos estrangeiros de ascendência japonesa. O sr. Noguchi informou que o governo japonês fez uma suplementação de verba com a finalidade de contratar consultores e intérpretes falantes da língua portuguesa e espanhola, com o intuito de atender a demanda dos estrangeiros que buscam as agências governamentais à procura de emprego. Relatou que os brasileiros têm dificuldades em conseguir emprego no Japão, principalmente pelo desconhecimento da língua. Dessa maneira, o Ministério do Trabalho japonês passou a oferecer cursos gratuitos para o seu aprendizado. Em 2009, 6.290 pessoas haviam recebido esse curso.

O período que sucede a crise de 2008 apresenta uma queda significativa no número de brasileiros no Japão. De 2008 até 2009, houve uma redução de cerca de 45 mil brasileiros residentes no Japão. Podemos observar que o retorno foi uma das estratégias de enfrentar a situação de crise em contexto migratório, mas ele aconteceu em proporções menores do que o esperado pelo governo brasileiro: Entre o ano de 2009 até 2010 os dados registraram uma

⁴⁹ No primeiro mês de funcionamento, em Janeiro de 2011 o NIATRE realizou cerca de 220 atendimentos.

redução de cerca de 36 mil brasileiros, apresentando a diminuição do total de 82 mil brasileiros que viviam no Japão entre 2008 e 2010 (ver Gráfico 5).

Apesar da significativa queda nesse período, a entrada de brasileiros no Japão não se estagnou; em 2008 – dado o contexto de crise ter se iniciado apenas no último trimestre do ano – entraram cerca de 31 mil brasileiros apresentando uma pequena redução da entrada de brasileiros no Japão em relação a 2007 em que entraram 37 mil brasileiros no Japão. Já o ano de 2009 apresentou a queda de 50% da entrada de brasileiros no Japão em relação a 2008, registrando 16 mil pessoas. Embora a crise tenha ocasionado uma diminuição significativa na entrada de brasileiros no Japão, no ano de 2010 observa-se um novo crescimento da emigração de brasileiros para o Japão, com o registro da entrada de 45 mil brasileiros, dos quais 23 mil não estavam entrando no Japão pela primeira vez, pois entraram registrados como *reentry* (ver Gráfico 6)

A situação dos imigrantes brasileiros no Japão durante o período de crise teve como principais impactos imediatos o desemprego e retorno ao Brasil em grande escala; no entanto, o aumento recente no fluxo de entrada de brasileiros ao Japão mostra uma tendência de continuidade da migração. O crescimento de brasileiros com status de residência permanente também mostra uma tendência de maior permanência no destino.

Embora este capítulo tenha apresentado sobretudo dados quantitativos correspondentes à situação dos brasileiros registrados no Japão e seu fluxo, este trabalho apresenta-se sob a característica de pesquisa qualitativa, uma vez que busca aprofundar um conhecimento específico sobre uma determinada característica do fenômeno estudado, qual seja, a expectativa temporal da imigração de brasileiros no Japão. Essa busca se faz a partir de um grupo selecionado intencionalmente para responder às questões pertinentes a pesquisa, e, portanto não tem representatividade estatística e nem objetiva generalizar o estudo para a toda população de brasileiros no Japão. Dessa maneira, a seguir apresentam-se os resultados obtidos em pesquisa de campo no Japão.

CAPÍTULO 3 – CONFIGURAÇÕES DA EXPECTATIVA TEMPORAL DE BRASILEIROS NO JAPÃO

Se no capítulo anterior buscou-se compreender melhor as expectativas socialmente prescritas, através de uma macro-análise demográfica sobre os imigrantes brasileiros no Japão e através das reformas das políticas de controle migratórias; nesse capítulo busca-se compreender qualitativamente como o grupo entrevistado se insere nesse contexto enquanto imigrantes.

Desse modo, apresentam-se os resultados da pesquisa de campo realizada no Japão entre dezembro de 2010 e março de 2011. Inicialmente foi feito um relato sobre a trajetória da pesquisa, os critérios através dos quais ela foi desenhada e executada, as possibilidades de aplicações de entrevistas no Japão e os obstáculos encontrados nesse percurso. Em seguida serão expostos os resultados finais em concordância com o referencial teórico adotado para a pesquisa.

3.1 Relatos sobre a pesquisa de campo

A pesquisa de campo realizada para o presente trabalho foi desenvolvida com algumas particularidades que justificam um relato mais detalhado sobre esse processo⁵⁰. Por se tratar de uma temática que visa compreender a expectativa temporal dos brasileiros imigrantes no Japão, o interesse maior era obter informações de brasileiros que estavam residindo no Japão e não os que já haviam retornado ao Brasil. Dessa maneira, buscou-se formas de obter tais informações mesmo com as limitações geográficas que separam Brasil e Japão.

⁵⁰ Considera-se importante um grau minucioso de detalhamento da pesquisa de campo tanto para os leitores do trabalho compreenderem em que condições as informações foram obtidas, quais suas limitações e possibilidades, como para explicitar os caminhos possíveis para futuras pesquisas que pretendam adotar procedimentos similares, por limitações de deslocamento, ou por limitações de outras ordens que a justifiquem.

A possibilidade em realizar a pesquisa no Japão com os brasileiros residentes naquele país foi iniciada a partir de um processo que teve início em agosto de 2008 através da pesquisa em iniciação científica⁵¹ desenvolvida pela autora deste trabalho naquele ano. Naquele contexto, seu pai que reside no Japão atualmente ocupava o cargo de secretário da Associação Brasileira de Okazaki (ABO) ligada à Prefeitura Municipal de Okazaki, e viabilizou o apoio dessas instituições, bem como da Associação Internacional de Okazaki (*Okazaki International Association* -OIA) e do Consulado Geral do Brasil em Nagoya; o que contribuiu para dar visibilidade à pesquisa, tanto para encontrar pessoas interessadas em ser entrevistadores, como para a recepção das pessoas que poderiam ser entrevistadas.

O apoio também de organizações não-governamentais, as quais nosso principal contato no Japão (o sr. Luiz Massato Shishito, então secretário da ABO) atua e é co-fundador, também foram primordiais ao desenvolvimento da pesquisa, pois trata-se de duas instituições de grupos voluntários. A primeira é nomeada como “GAV - Grupo de Ajuda Voluntária” e tem como principal atividade ajudar aos *homeless*⁵², como são chamados os moradores de rua no Japão; a segunda chamada Unireiki é uma instituição de ensino e aplicação da terapia reiki; os membros de ambas fazem parte do grupo de entrevistadores que tiveram o trabalho de aplicar os questionários, de forma voluntária (o questionário pode ser visualizado no anexo 1).

⁵¹ Pesquisa: *A Expectativa temporal na imigração de kassegui: uma tentativa de identificar fatores que contribuem para a mudança dessa expectativa na experiência migratória* (Fases 1 e 2) - Projeto de pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) de Agosto de 2008 a Janeiro de 2010.

⁵² Os *homeless* que recebem ajuda desse grupo formado desde 2002 por brasileiros e mais recentemente também por japoneses, vivem principalmente nas estações de trem de Okazaki e região, são sobretudo japoneses idosos que não vivem mais com as famílias por motivos variados, recebem ajuda do grupo regularmente com a entrega de chá e onigiri (bolinho de arroz) e agasalho e cobertores quando necessário: <http://gav.orgfree.com/>

Dessa forma, ainda no processo inicial no âmbito da iniciação científica, foi passado um treinamento⁵³ ao secretário da ABO sobre a forma de preencher o questionário e as condutas para o momento da entrevista, bem como sobre os critérios de realização das entrevistas, e o treinamento foi então passado a esse grupo de voluntários que aplicariam os questionários aos brasileiros residentes no Japão. As entrevistas da iniciação científica foram feitas em quatro diferentes cidades: Hamamatsu (na província de Shizuoka), Toyota, Nagoya e Okazaki (na província de Aichi); todas na região central do Japão, que é o local onde mais se concentram brasileiros devido à grande atividade do setor de produção manufatureiro. No início de 2009 foram aplicados 9 questionários pré-testes e após algumas alterações do questionário relacionadas ao contexto da crise econômica internacional de 2008, foram feitas mais 20 entrevistas com a aplicação dos questionários entre outubro e novembro daquele mesmo ano,.

Considera-se que esse período de iniciação científica, tenha sido uma forma de ‘abrir o caminho’ para que a atual pesquisa no âmbito do mestrado em Demografia se tornasse possível, com a aplicação de 80 questionários, dos quais foi possível a utilização de 78⁵⁴ e com isso, a obtenção de informações de um grupo de 195 brasileiros residentes nos domicílios entrevistados no total. Os critérios para a aplicação dos questionários (que serão relatados a seguir) e as

⁵³ O treinamento com os critérios de entrevista e forma de preencher o questionário foram passados através de comunicação online por computador (e-mail, messenger—comunicador instantâneo) e por telefone na primeira etapa. Para a segunda etapa um treinamento mais detalhado foi passado pessoalmente pela autora do trabalho ao seu pai (secretário da ABO) enquanto este esteve no Brasil entre dezembro de 2009 a março de 2010.

⁵⁴ O grande aproveitamento dos questionários foi possível devido a esse processo anterior da pesquisa em iniciação científica, com a existência de dois momentos anteriores ao campo da pesquisa de mestrado (pré-teste e entrevistas realizadas em 2009 por parte do mesmo grupo que foram os entrevistadores da atual pesquisa). Embora o preenchimento dos questionários não tenha sido completo em todos os casos, foi possível a utilização dos 78 questionários pois as respostas em branco de algumas variáveis não comprometeram as análises da pesquisa. Os dois casos inválidos se referem a um entrevistado que relatou muitas incoerências de datas e que comprometiam o módulo das expectativas temporais, e outro entrevistado, embora casado com brasileira, era o responsável pelo domicílio e foi respondente, mas não era de nacionalidade brasileira, por isso não foi utilizado na pesquisa.

formas de treinamento e apoios institucionais continuaram os mesmos que foram utilizados na iniciação científica.

O que mudou do processo anterior para a presente pesquisa foi a restrição espacial do campo, de quatro para duas cidades. Continuaram constituindo o campo da pesquisa as cidades de Okazaki e Toyohashi. A restrição foi adotada devido à viabilidade em coordenar melhor o campo e conseguir pessoas para serem entrevistadas através do método *network*, ou “bola de neve” que fora adotado para a escolha da amostra.

Foram adotados os seguintes critérios para a realização da pesquisa como uma forma de controlar o viés e de maneira que fosse possível explicitar as potencialidades e limitações do método, segue-se então que:

- i) os questionários deveriam sempre ser preenchidos pelo entrevistador, através de uma entrevista realizada com o informante;
- ii) o informante deveria ser de nacionalidade brasileira (com ascendência japonesa ou não) e residente no Japão com o visto de residência para descendentes ou cônjuges;
- iii) o informante deveria ser o responsável pelo domicílio e fornecer informações sobre os outros residentes do domicílio;
- iv) a entrevista deveria ser feita sempre no domicílio do entrevistado, a fim de facilitar a memória do respondente sobre informações de outros moradores e manter um padrão para a aplicação do questionário.

O grupo de entrevistadores que realizou a aplicação dos questionários foi formado por oito pessoas, algumas das quais já haviam participado das etapas anteriores da pesquisa em iniciação científica. Foram quatro pessoas em Okazaki e quatro pessoas em Toyohashi. Cada pessoa foi responsável pela realização de dez entrevistas para aplicar os questionários no período de dezembro de 2010 a março de 2011. O método adotado para a escolha dos entrevistados, por se tratar de pesquisa de cunho qualitativo e de uma amostra intencional, foi o método “bola de neve”, em que foram utilizadas várias portas de entrada, onde cada

entrevistador tinha um contato de entrada que desencadeou os contatos para os próximos entrevistados, completando assim o quadro de 80 questionários.

O questionário (anexo 1) é formado por doze módulos que contemplam questões sobre: I – Identificação, II – Característica dos residentes no domicílio, III – Histórico migratório individual, IV – Redes sociais, V – Expectativas temporais, VI – Remessas, VII – Trajetória ocupacional, VIII – Permanência no Japão, IX – 2º geração de brasileiros no Japão, X – Educação, XI – Fundo de pensão e XII – Questões abertas.

Dessa maneira, os questionários foram aplicados pelos entrevistadores no domicílio do respondente, as entrevistas tiveram durações entre 30 minutos e uma hora. Uma das dificuldades encontradas no percurso foi a de se realizar a entrevista no domicílio do informante. Essa dificuldade fez com que o campo tivesse uma duração maior do que a prevista; inicialmente deveria ter duração de 2 a 3 meses e foi completada somente com 4 meses, a dificuldade em receber os entrevistadores no domicílio fez com que vários respondentes indicados não aceitassem fazer a entrevista⁵⁵, no entanto, por se tratar de um dos critérios para a aplicação do questionário, todos os questionários foram respondidos pelo responsável, no domicílio de residência, mesmo que isso tenha ocasionado um prolongamento do campo.

No período da pesquisa de campo também aconteceu o grande terremoto seguido do tsunami em 11 de março de 2011, e que acarretou também em uma crise nuclear no Japão (Grande Terremoto de *Tohoku*). As cidades em que estavam acontecendo as entrevistas não foram afetadas diretamente pela catástrofe, embora tenha ocorrido racionamento de energia e água e todas as pessoas no Japão foram orientados a armazenar alimentos e água. Diante desse cenário, as entrevistas prosseguiram e terminaram antes do final do mês de março

⁵⁵ Nem todos os indicados que não quiserem responder aos questionários declararam abertamente que o problema era receber o entrevistador no domicílio, mas essa foi a principal impressão e interpretação realizada pelos entrevistadores quando percebiam que o indicado não aceitava tranquilamente em responder ao questionário.

de 2011; portanto, optou-se por utilizar os questionários respondidos após o grande tsunami⁵⁶, controlando e comparando as respostas de algumas variáveis que poderiam ser afetadas após essa mudança de conjuntura no Japão como será exposto adiante.

A escolha em utilizar o questionário como instrumento de coleta de dados foi uma estratégia adotada para que as entrevistas pudessem ser feitas à distância, no Japão, por pessoas que não estavam, inicialmente, diretamente envolvidas com a pesquisa. Dessa forma, ao adotar a metodologia de uso de questionários para uma pesquisa de cunho qualitativo, buscou-se construir um questionário mais detalhado em questões pertinentes ao presente trabalho, existindo inclusive questões com respostas não excludentes entre si, em que mais de uma opção poderia ser escolhida para algumas questões, a fim de apreender melhor a situação do grupo pesquisado. Embora se reconheça o critério em construir questões com respostas excludentes entre si em metodologias que utilizam questionários que são, sobretudo utilizados para pesquisas quantitativas e com objetivos de análises estatísticas (QUIVY e CAMPENHOUDT, 2005).

Nesta pesquisa, por se tratar de um trabalho qualitativo que não pretende generalização para toda a população e, portanto, sendo de menor porte (em número de questionários), esse critério foi forjado para que se pudesse apreender mais detalhes de algumas questões. Dessa maneira, a partir de questões que contemplavam mais do que uma resposta possível, foram construídas diversas categorias de respostas que foram codificadas *a posteriori* para a construção de um banco de dados⁵⁷. Uma vez apreendido o grau de detalhamento dessas variáveis, algumas puderam ser novamente sintetizadas de acordo com a similaridade dos grandes grupos de respostas existentes,

⁵⁶ Embora no presente trabalho estejamos considerando a totalidade dos questionários (78), nos trabalhos realizados durante o ano de 2011 para congressos (ALAS ,SBS, XIX *Workshop Brazil Japan*) foram utilizadas somente análises das 50 entrevistas realizadas antes de 11 de Março de 2011.

⁵⁷ O banco de dados foi construído inicialmente no programa Excel 2007 e posteriormente importado ao programa PASW Statistic 18 (antigo SPSS) , a partir do qual as novas variáveis e índices foram construídos, o que possibilitou a análise dos dados apresentados neste capítulo.

possibilitando em alguns casos a construção de alguns índices, simplificando assim a exposição dos resultados, sem que se perdesse todavia, a diversidade de informações encontradas na pesquisa.

3. 2 – O projeto migratório e o tempo de permanência

A questão central deste trabalho transita entre a noção de um projeto migratório pré-determinado e o tempo de permanência que de fato esses migrantes ficam no destino. O projeto migratório é entendido aqui no sentido de que as pessoas planejam emigrar de seu país de origem, com algumas expectativas iniciais, sejam expectativas de ir para outro lugar sem intenção de retorno, como com intenções de retorno em um tempo predefinido, ou mesmo sem expectativas pré-determinadas. Ocorre que nem sempre, ou dificilmente, um planejamento anterior à uma experiência totalmente desconhecida, se realiza como esperado.

A imigração de brasileiros no Japão ficou conhecida inicialmente pelo termo *dekassegui*, que, como justificado anteriormente decidimos não adotar neste trabalho, mas retomo o termo para lembrar que seu significado original que carrega uma noção de migração de temporalidade predefinida e com intenção de retorno ao local de origem após acumular o dinheiro pretendido com o trabalho no local de destino. Portanto, a própria terminologia que caracterizou o fenômeno migratório de brasileiros ao Japão a partir de meados da década de 1980 a define enquanto migração temporária, a trabalho e em busca de melhores condições econômicas.

Para compreender de forma mais detalhada o que os dados quantitativos de certa forma apontam como tendência para esse fluxo, a saber: uma migração de caráter familiar, com crescente número de brasileiros no Japão com visto de residência permanente, migração circular com proporção de reentradas superior à de primeira entrada. Apresentam-se os resultados obtidos na pesquisa de campo a partir da perspectiva da expectativa temporal em suas

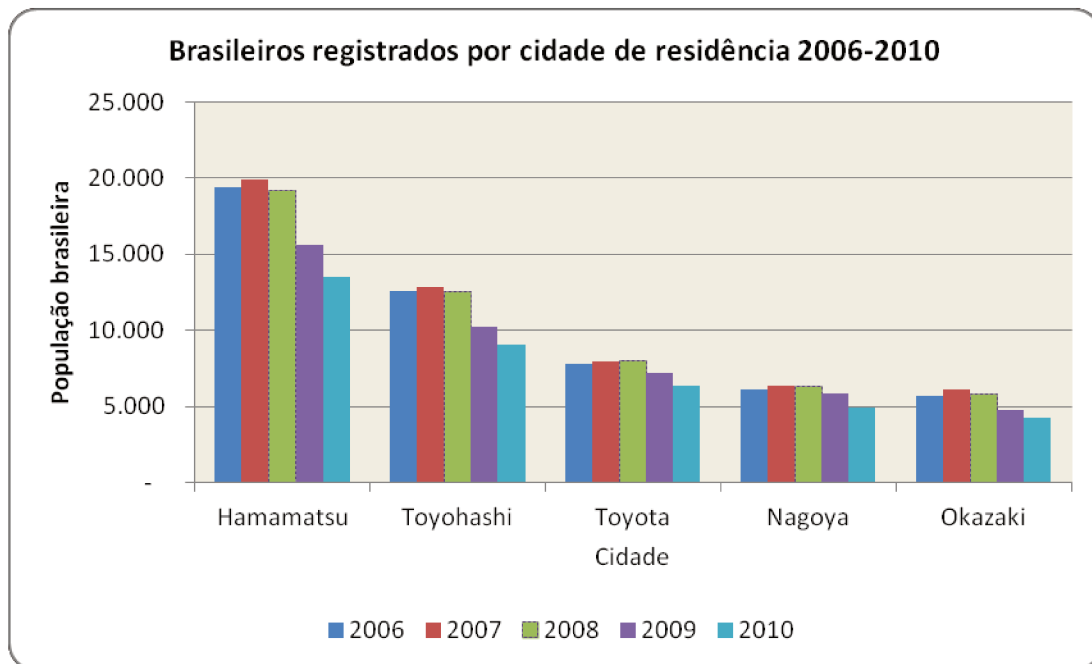
três principais dimensões: i) formais e prescritas, ii) coletivamente esperadas, iii) temporais modelo.

3.2.1 – Perfil socio-demográfico dos brasileiros entrevistados

O grupo de brasileiros entrevistados no Japão é formado por 195 pessoas, das quais 78 são os informantes responsáveis pelo domicílio. Embora o perfil socio-demográfico possa ser realizado para o total do grupo (N=195), a maior parte do questionário traz informações correspondentes ao informante e, portanto, as análises mais detalhadas serão feitas a partir das respostas diretas do informante (N=78)

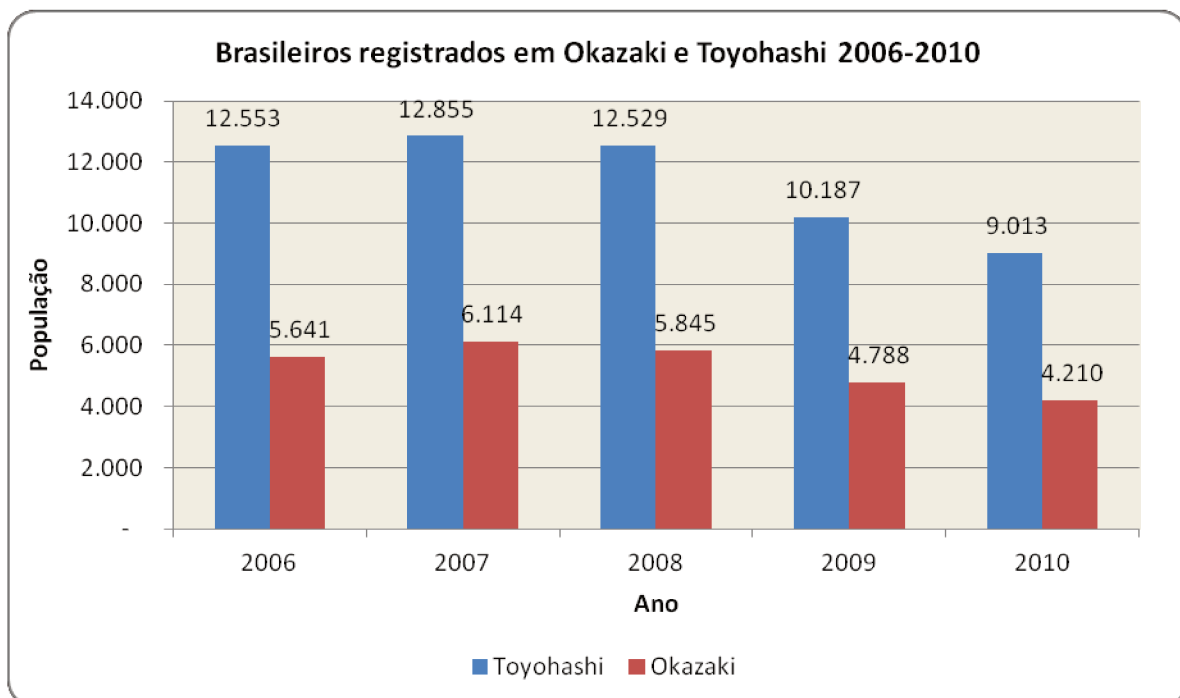
As duas cidades escolhidas para as entrevistas, como explicado anteriormente, se encontram entre as cidades com maior número de brasileiros no Japão e situadas na Província de *Aichi*. O gráfico 14 apresenta a população de brasileiros de cinco principais cidades com brasileiros registrados de 2006 a 2010 e que formaram o campo inicial dessa pesquisa em sua etapa de elaboração, e o gráfico 15 apresenta a população brasileira entre 2006 e 2010 das cidades que foram campo da atual pesquisa:

Gráfico 14



Fonte: *Alien Registration Statistics*, Ministry of Justice of Japan, 2011

Gráfico 15



Fonte: *Alien Registration Statistics*, Ministry of Justice of Japan, 2011

Observa-se que tanto em Okazaki como em Toyohashi, houve uma redução do número de brasileiros a partir do ano de 2008, acompanhando a tendência da população brasileira no Japão que diminuiu no período da crise econômica de 2008.

A cidade de Toyohashi é a segunda cidade do Japão com maior número de brasileiros⁵⁸, em 2010 eram 9.013 brasileiros registrados entre uma população total de 376.861 pessoas, ou seja, a população brasileira representa 2,39% da população da cidade. Okazaki tem o mesmo porte da cidade de Toyohashi, com 372.472 habitantes, dos quais 4.210 são brasileiros, representando 1,13% da população total da cidade em 2010⁵⁹ (ALIEN REGISTRATION STATISTICS, 2011 e JAPAN STATISTICS YEARBOOK 2012,2011).

Dentre o grupo de 195 brasileiros que fizeram parte da pesquisa, 103 pessoas são residentes em Toyohashi e 92 residem em Okazaki. Em relação ao país de nascimento, 157 (80,5%) nasceram no Brasil, enquanto 36 (18,5%) nasceram no Japão, ao olhar esses locais de nascimento por estados (UF ou província), 56,9% são nascidos no estado de São Paulo, 11,8% no Paraná e 17,9% em Aichi, outros estados do Brasil tiveram presentes embora com menor participação:

⁵⁸ Embora a cidade com maior população brasileira atualmente seja Hamamatsu, com 13.501 brasileiros, representando 1,69% da população total de 800.912 pessoas residentes naquela cidade em 2010, a cidade de Toyohashi apresenta uma maior proporção de brasileiros do que a cidade de Hamamatsu: 2,39% da população de Toyohashi é brasileira enquanto 1,69% é a proporção em Hamamatsu. (ALIEN REGISTRATION STATISTICS, 2011 e JAPAN STATISTICS YEARBOOK 2012, disponível em <http://www.stat.go.jp/english/data/nenkan/index.htm>)

⁵⁹ A proporção de estrangeiros registrados no Japão em 2010 foi de 1,67% quando a população total do Japão era 128.056.000 (IMMIGRATION CONTROL REPORT, 2011 disponível em http://www.moj.go.jp/nyuukokukanri/kouhou/nyuukokukanri06_00018.html)

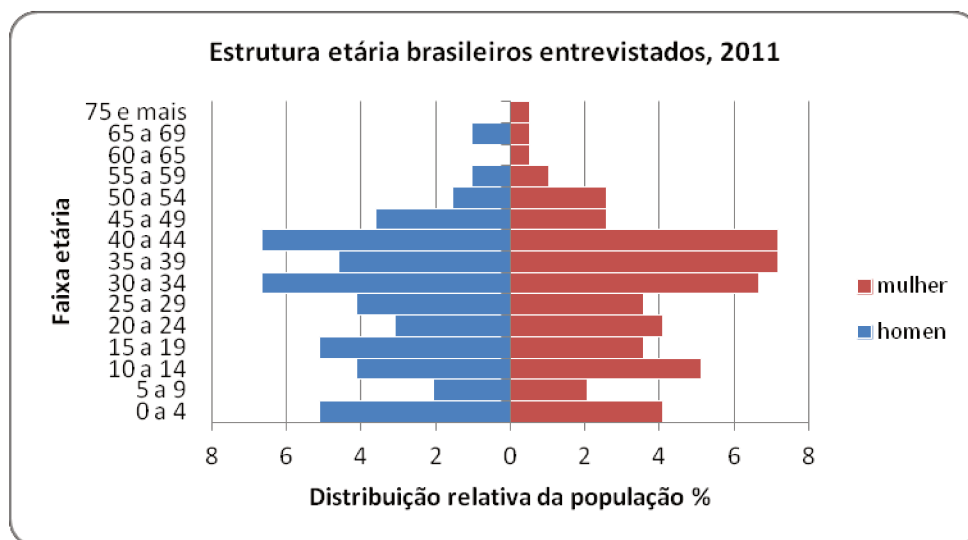
Tabela 1: Local de Nascimento dos residentes por UF (Brasil) ou Província (Japão), 2011.

País	UF/Província	N	%
Brasil	RO	1	,5
Brasil	PA	3	1,5
Brasil	PB	1	,5
Brasil	PE	2	1,0
Brasil	BA	1	,5
Brasil	MG	4	2,1
Brasil	ES	1	,5
Brasil	SP	111	56,9
Brasil	PR	23	11,8
Brasil	RS	1	,5
Brasil	MS	4	2,1
Brasil	MT	5	2,6
Japão	AICHI	35	17,9
Japão	HYOGO	1	,5
	não resp.	2	1,0
Total		195	100,0

Fonte: Pesquisa Brasileiros no Japão– NEPO/Unicamp – CAPES/Fapesp-CNPq, 2011

A composição desse grupo por sexo e idade quinquenal é apresentada no gráfico 16:

Gráfico 16



Fonte: Pesquisa Brasileiros no Japão– NEPO/Unicamp – CAPES/Fapesp-CNPq, 2011

A distribuição do grupo mostra um equilíbrio em relação ao sexo, sendo 51,3% composto por mulheres e 48,7% por homens, esse perfil mostra que também no grupo a característica atual da migração de brasileiros no Japão com caráter familiar se apresenta de forma acentuada. A idade média das mulheres é de 29 anos e dos homens 28 anos.

Ao observar a distribuição etária, é significativa a proporção de crianças de 0 a 4 anos de idade e também dos grupos de 10 a 19 anos, se considerarmos a parcela do grupo com até 19 anos de idade como a parcela não economicamente ativa, temos que cerca de 31% são dependentes em idade escolar. Embora o grupo de 15 a 19 anos, esteja em um período de transição entre a saída do sistema escolar e a entrada no mercado de trabalho, ao observar a ocupação por faixa etária (anexo 2), esse grupo etário quase inteiro encontra-se estudando, tendo apenas duas pessoas de até 19 anos de idade trabalhando (um como operário e outro como técnico em informática). Em relação ao grupo acima de 20 anos, pode-se considerar que há uma proporção maior de mulheres (36%) do que de homens (32%) e que todo o grupo até as idades mais avançadas, se encontrava em atividades remuneradas, a não ser seis mulheres que declararam

ser “do lar” (dentre as quais duas acima de 60 anos de idade) e dois homens desempregados (anexo 2).

Em relação à composição domiciliar a tabela 2 mostra boa parte dos domicílios com apenas um residente, mas apresenta caso de domicílio com até seis residentes, esse caso específico de seis residentes em um mesmo domicílio, foi o único caso com mais de uma família morando na mesma casa:

Tabela 2 : Número de residentes por domicílio, 2011

numero de residentes	domicílios
um	25
dois	15
três	18
quatro	15
cinco	4
seis	1
Total	78

Fonte: Pesquisa Brasileiros no Japão– NEPO/Unicamp – CAPES/Fapesp-CNPq, 2011

A posição (relação entre os residentes) dos residentes no domicílio por sexo é apresentada na tabela 3, mostrando uma predominância de responsáveis do sexo masculino com um número aproximado de cônjuges mulheres; no entanto, ao comparar a relação entre responsáveis mulheres e cônjuges homens, observa-se que as mulheres que são responsáveis pelo domicílio provavelmente são separadas ou solteiras e vivem sozinhas ou com filhos. Os filhos representam quase 35% do grupo:

Tabela 3: Posição no domicílio por sexo do residente, 2011

		sexo		Total	total %
		homem	mulher		
posição no domicílio	responsável	57	21	78	40,0
	conjuge	1	43	45	23,1
	filhos	35	33	68	34,9
	pai/mãe	0	1	1	0,5
	netos	2	0	2	1,0
	não parente	0	2	2	1,0
Total		95	100	195	100,0

Fonte: Pesquisa Brasileiros no Japão– NEPO/Unicamp – CAPES/Fapesp-CNPq, 2011

Há, portanto um número considerável de domicílios com apenas um morador e os que são coletivos são majoritariamente formados por famílias, ao notar apenas duas pessoas residindo como não parentes.

Para observar o estado conjugal dos residentes foram consideradas apenas as pessoas maiores de 16 anos com o objetivo de diminuir a interferência da estrutura etária na análise⁶⁰:

Tabela 4: Estado conjugal de residentes maiores de 16 anos por sexo, 2011

N= 146 >= 16 anos

		sexo		Total	total %
		homem	mulher		
estado conjugal	casado (a)	42	40	82	56,2
	solteiro (a)	24	22	46	31,5
	união estável	2	2	4	2,7
	separado (a)	0	11	11	7,5
	viuvo (a)	0	1	1	0,7
	não respondeu	2	0	2	1,4
Total		70	76	146	100,0

Fonte: Pesquisa Brasileiros no Japão– NEPO/Unicamp – CAPES/Fapesp-CNPq, 2011

⁶⁰ Embora o IBGE utilize a idade corte de 10 anos para analisar o estado conjugal, optou-se por uma idade mais apropriada para o caso específico, considerando que o número de união estável é muito baixo entre o grupo de respondentes, e que a idade legal de permissão para o casamento nas leis brasileiras é de 16 anos.

Assim, observa-se uma maior proporção de casados, compondo 56,2% dos 146 residentes maiores de 16 anos, 31,5% são solteiros e apenas 2,7% se encontram em união estável. Separadas e viúvas representam 8,2% do grupo são todas mulheres; essa informação faz sentido em relação ao número de mulheres responsáveis pelo domicílio sem uma similaridade no número de homens na posição de cônjuge.

A escolaridade do grupo acompanha a média de escolaridade da população de *nikkei* no Brasil, conhecida por ter uma escolaridade mais alta do que a média brasileira, herança do valor atribuído à educação pelos imigrantes japoneses que chegaram no Brasil no início do século XX e transmitiram essa cultura aos seus descendentes (HASHIMOTO, TANNO, OKAMOTO, 2008). Embora crianças menores de cinco anos de idade possam frequentar a educação infantil (creches), a maior parte delas se encontravam fora do sistema educacional, compondo quase 10% do total da população, cerca de 45% dos residentes tinham alcançado o ensino médio e 26% desses concluído esse nível de escolaridade. Ao observar o diferencial por sexo, as mulheres possuem um maior nível de escolaridade do que os homens.

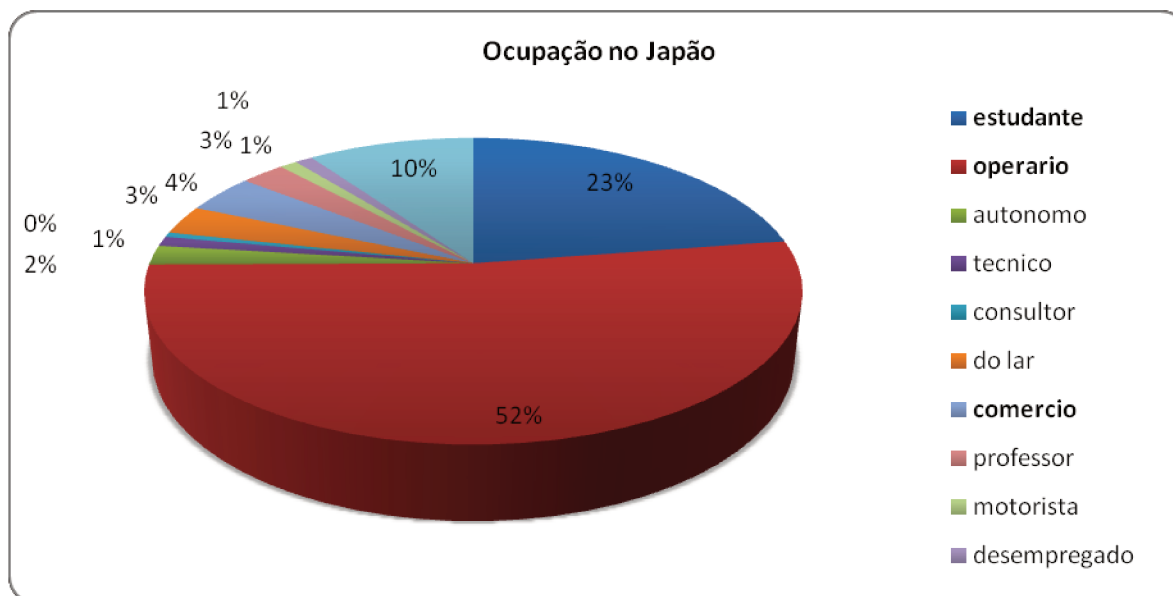
Tabela 5 : Escolaridade dos residentes por sexo, 2011

escolaridade	sexo		Total	Total %
	homem	mulher		
>5 anos fora da escola	9	9	18	9,23
educação infantil	1	0	1	0,51
fundamental incompleto	21	12	33	16,92
fundamental completo	17	15	32	16,41
medio incompleto	16	22	38	19,49
medio completo	21	30	51	26,15
ensino superior incompleto	4	3	7	3,59
ensino superior completo	4	8	12	6,15
pos-graduação	0	1	1	0,51
não resp.	2	0	2	1,03
Total	95	100	195	100,00

Fonte: Pesquisa Brasileiros no Japão– NEPO/Unicamp – CAPES/Fapesp-CNPq, 2011.

A ocupação do grupo entrevistado é bastante variada no Brasil, os que tinham menos de 17 anos quando viajaram representam 20% do grupo e provavelmente estavam estudando antes de emigrar; entre aqueles acima dessa idade 23,6% ainda eram estudantes, ou seja, 43,6% não exerciam ocupação remunerada no Brasil antes de viajar. Entre os ocupados no Brasil há uma grande variedade de ocupações (anexo 3) mas com uma concentração maior no setor de comércio (16,9%). Ao chegar ao Japão a ocupação apresenta concentração em algumas atividades específicas, como na produção manufatureira em fábricas de produtos automobilísticos e eletrônicos, e serviços.

Gráfico 17



Fonte: Pesquisa Brasileiros no Japão– NEPO/Unicamp – CAPES/Fapesp-CNPq, 2011

Embora essa situação ocupacional seja típica em relação a esse fluxo migratório, recentemente houve um crescimento do setor de atividades de brasileiros no Japão voltadas a atender a produção e distribuição de produtos e serviços brasileiros para o consumo intra-étnico (TANIGUTI, 2009) No entanto, entre o grupo entrevistado, ainda há uma predominância dos brasileiros que trabalham como operários, representando 52% do grupo, a segunda maior

proporção por tipo de ocupação está no comércio representando 4% desse grupo. Se considerarmos a parcela que não trabalha, esta representa 33% do grupo, e fica dividida entre estudantes acima de 5 anos de idade (23%) e crianças menores de cinco anos (10%).

O tipo de visto de residência dos informantes caracteriza um aspecto da dimensão formal e socialmente prescrita da expectativa temporal, essa informação é apresentada na tabela 6:

Tabela 6: Modalidade de visto de residência dos informantes, 2011

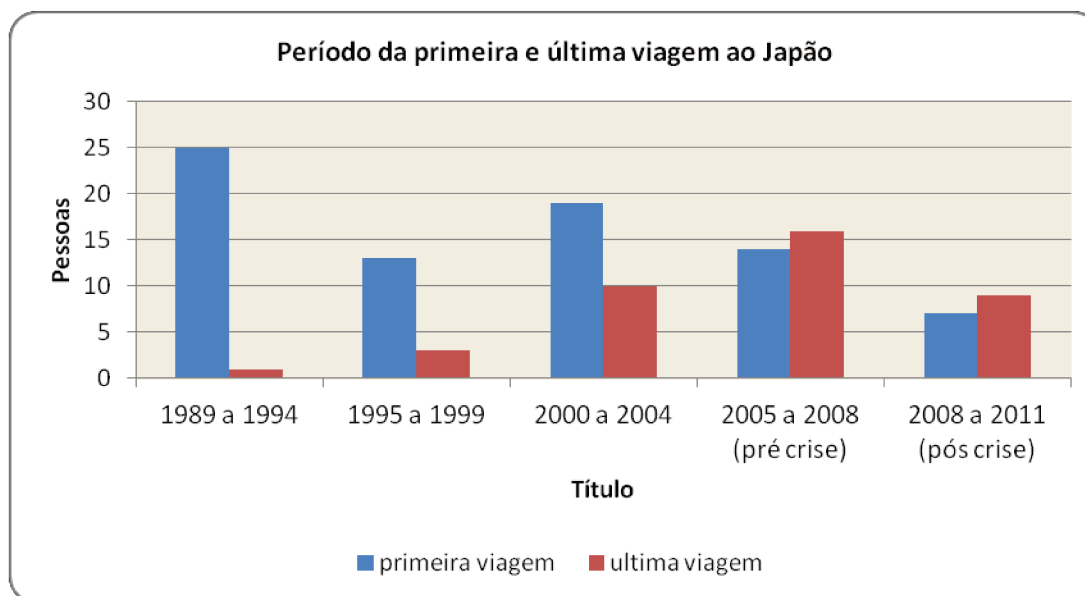
um ano	1
três anos	39
permanente	38
Total	78

Fonte: Pesquisa Brasileiros no Japão– NEPO/Unicamp – CAPES/Fapesp-CNPq, 2011

A distribuição da modalidade de visto de residência apresenta uma tendência similar à que se apresentou através das estatísticas oficiais para os brasileiros no Japão, cerca de metade dos informantes possuem o visto de residência permanente, enquanto a outra metade possui o visto de longa-duração que varia entre um e três anos, dependendo do grau de descendência japonesa e do tempo de residência no Japão.

Essa informação faz sentido em parte se considerarmos a estrutura etária do grupo entrevistado, e em parte pelo tempo de permanência no Japão desde a primeira viagem. O gráfico 18 mostra os períodos em que os informantes viajaram pela primeira vez ao Japão (N=78), e entre os que não estão no Japão pela primeira vez (N=39) é apresentado o período da última entrada no país.

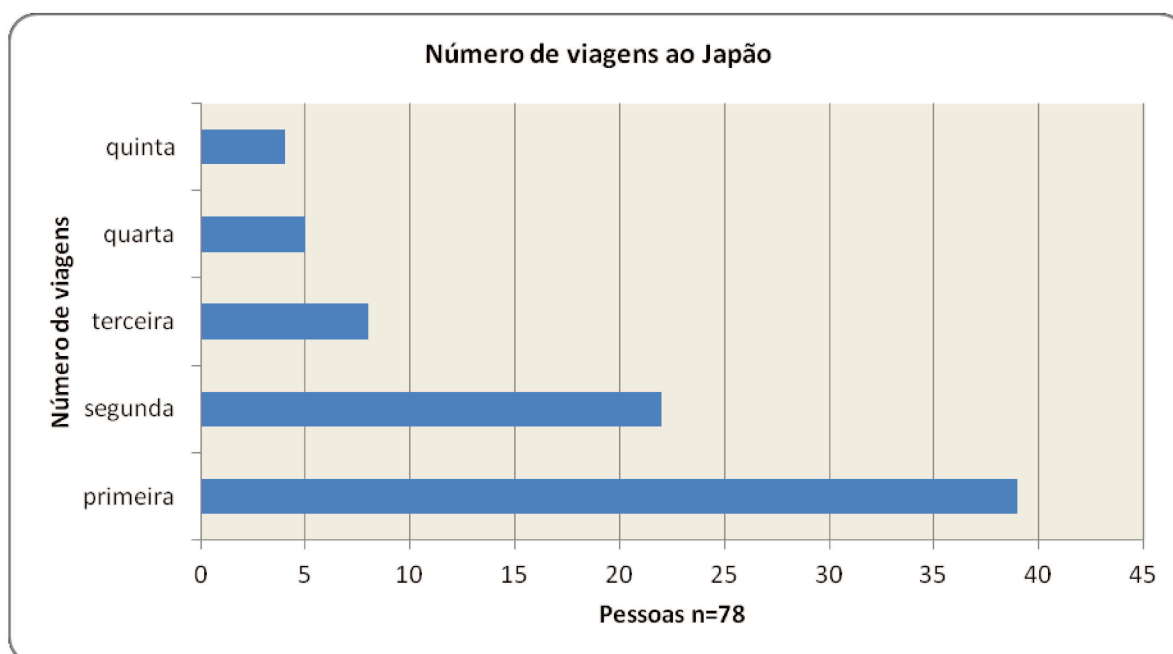
Gráfico 18



Fonte: Pesquisa Brasileiros no Japão– NEPO/Unicamp – CAPES/Fapesp-CNPq, 2011

Observa-se dessa forma, que grande parte dos informantes viajou pela primeira vez ao Japão no início da década de 90, embora uma boa parte tenha entrado pela primeira vez a partir do ano 2000. Alguns entrevistados entraram no Japão pela primeira vez mesmo após a metade do ano de 2008 (período de corte considerado aqui como inicial do período ‘pós-crise’), no entanto, nesse período as entradas no Japão foram maiores para aqueles que já estiveram no país alguma vez. O gráfico 19 mostra que embora existam informantes que estão até pela quinta vez no país, cerca de metade deles encontra-se pela primeira vez no Japão:

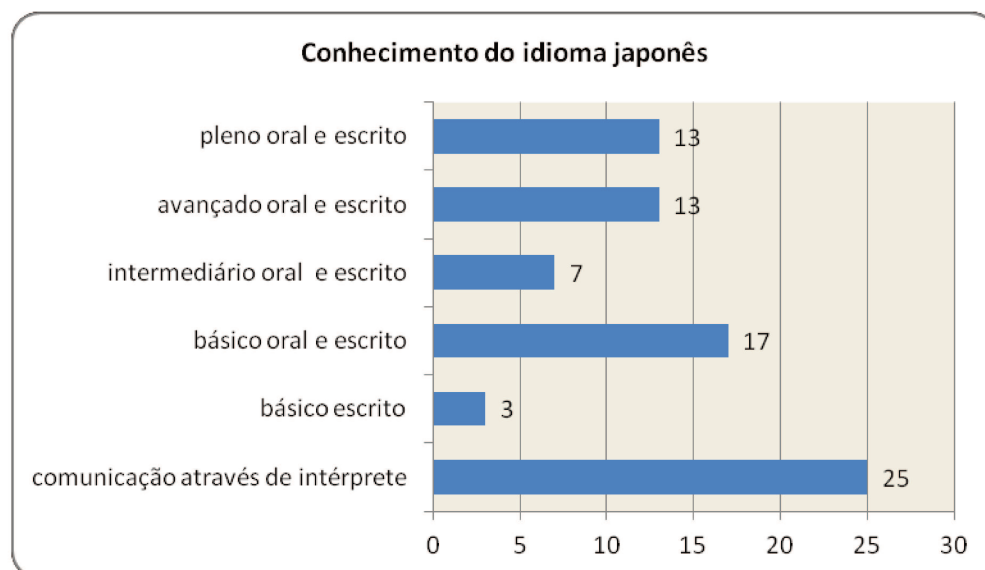
Gráfico 19



Fonte: Pesquisa Brasileiros no Japão– NEPO/Unicamp – CAPES/Fapesp-CNPq, 2011

O conhecimento do idioma japonês também é apresentado a partir de um índice sobre conhecimentos orais e escritos, que foi construído depois de uma categorização das múltiplas respostas obtidas através do questionário:

Gráfico 20



Fonte: Pesquisa Brasileiros no Japão– NEPO/Unicamp – CAPES/Fapesp-CNPq, 2011

O gráfico 18 mostra que, embora boa parte do grupo já esteja no Japão há mais de 10 anos, muitos se comunicam através de interprete (25 pessoas), ou seja, não têm conhecimento suficiente do idioma japonês para se comunicar de forma independente (gráfico 20). No entanto, quando perguntado se estudavam japonês, 59 dos 78 disseram que não, e a maior parte disse que não estuda por falta de tempo, porque não gosta ou não tem interesse, entre outros motivos. Embora quase um terço do grupo não tenha conhecimento do idioma, a outra parcela do grupo apresenta um nível de conhecimento do idioma japonês entre básico e avançado que pode ter contribuído inclusive para a permanência desse grupo no Japão, no período da crise econômica de 2008.

Os brasileiros que fizeram parte da pesquisa apresentam certa estabilidade em relação à moradia, o que também se compreende através do perfil de uma migração mais antiga e estável.

Tabela 7: Tipo de moradia dos informantes e residentes, 2011.

	N
alugada pela Província	28
alugada particular	14
alojamento da empreiteira	10
alugada pela Prefeitura	9
alugada pela empreiteira	9
moradia própria	4
não resp.	4
Total	78

Fonte: Pesquisa Brasileiros no Japão– NEPO/Unicamp – CAPES/Fapesp-CNPq, 2011

A maior parte dos entrevistados reside em moradias pertencentes ao governo japonês (37 pessoas) que são alugadas através da Prefeitura municipal ou da Província, com um valor acessível para os imigrantes brasileiros. A segunda

forma de moradia com maior predominância são as moradias intermediadas pelas empreiteiras (apartamentos alugados ou alojamentos, 19 pessoas), esse tipo de moradia apresenta menos estabilidade para os brasileiros residentes no Japão, pois estão vinculadas ao emprego ocupado através da empreiteira, se o imigrante perder o emprego pode ficar também sem moradia se não conseguir outro emprego pela mesma empreiteira, esse foi o caso dos brasileiros que ficaram em situações mais vulneráveis no período da crise econômica de 2008. No entanto, a outra parte dos informantes apresenta moradia alugada de forma particular, ou seja, diretamente em imobiliárias japonesas, esse tipo de moradia exige a obtenção de um fiador japonês para o contrato do aluguel; e também uma pequena parte possui moradia própria, ou seja, constituíram investimento em imóvel no Japão, apresentando um dos critérios que caracterizam uma migração de caráter permanente (ROBERTS, 1995; COSTA, 2007).

Embora o segundo grupo que depende de moradias da empreiteira seja uma parte significativa da amostra, se considerar que tanto os brasileiros que residem em moradias do governo japonês como os de propriedade privada apresentam maior estabilidade em relação à residência no Japão, pode-se definir que o perfil do grupo de informantes é de um grupo mais envelhecido, de uma migração mais antiga e que, portanto apresenta maior estabilidade tanto na modalidade de visto de residência, quanto no tipo de moradia.

A situação em relação aos direitos previdenciários também foi questionada aos informantes, a tabela 8 mostra que a maior parte dos entrevistados não possui os direitos de previdência social assegurados nem no Japão nem no Brasil⁶¹, quando questionado se seria a favor de reter na fonte um valor do salário para o fundo de pensão, as opiniões ficaram divididas:

⁶¹ A questão sobre aposentadoria no Brasil não pergunta se o informante paga aposentadoria atualmente no Brasil e sim se ele tem ou está próximo a aposentar-se no Brasil. Dessa forma pode ser que a resposta a essa questão específica esteja influenciada pela estrutura etária dos informantes, que em sua grande maioria não está em idade próxima de se aposentar.

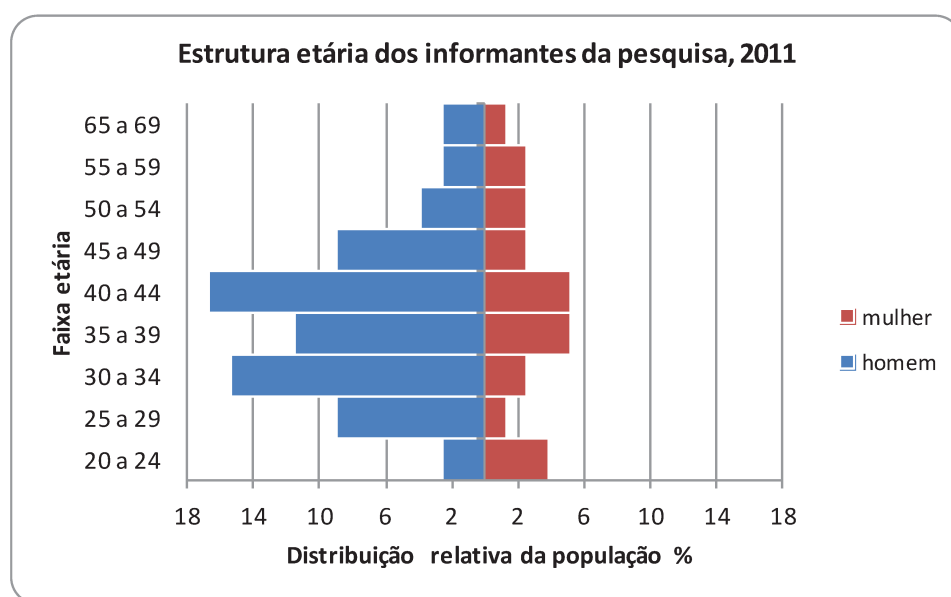
Tabela 8: Situação da previdência social dos informantes n=78, 2011

	sim	não	talvez	não resp.
paga aposentadoria no Japão	36	42	.	.
pretende aposentar-se no Japão	11	65	1	1
esta proximo a aposentar-se no Brasil	14	63	.	1
aceita reter na fonte valor para fundo de pensão	31	39	.	8

Fonte: Pesquisa Brasileiros no Japão– NEPO/Unicamp – CAPES/Fapesp-CNPq, 2011

Para compreender melhor a tabela acima e as análises a seguir, apresenta-se a estrutura etária dos informantes da pesquisa (n=78) que tem características específicas que diferem da totalidade desse grupo:

Gráfico 21



Fonte: Pesquisa Brasileiros no Japão– NEPO/Unicamp – CAPES/Fapesp-CNPq, 2011

O grupo de informantes apresenta-se majoritariamente formado por homens (n=57) e com um número bem menor de mulheres (n=21), esse perfil se explica em parte por um dos critérios da entrevista ser feita com o responsável pelo domicílio, considera-se assim que a maior parte dos domicílios entrevistados era de responsabilidade dos homens.

3.2.2 – Expectativas temporais e redes sociais no processo migratório

Para saber quais eram as expectativas temporais iniciais do projeto migratório do grupo entrevistado, bem como compreender de que forma essas expectativas se concretizaram ou não, por quais motivos, e em que situações, apresenta-se inicialmente as razões, ou, as causas prováveis para a migração ao Japão. Entre os motivos que foram assinalados no questionário (anexo 1), foram categorizadas vinte e quatro combinações diferentes de motivações e depois sintetizadas em onze categorias diferentes formadas também por algumas combinações:

Tabela 9: Fator de motivação para viajar ao Japão, 2011

	N
trabalho	43
trabalho, redes sociais	10
familiares	6
redes sociais	4
insatisfação no Brasil	4
trabalho, culturais	3
culturais	3
trabalho, familiares	2
redes sociais, familiares	1
trabalho, redes sociais,	1
trabalho, familiares e	1
Total	78

Fonte: Pesquisa Brasileiros no Japão– NEPO/Unicamp – CAPES/Fapesp-CNPq, 2011

Dentre os principais motivos, a categoria ‘trabalho’ que aparece com maior frequência, engloba os motivos de ordem financeira (juntar dinheiro e retornar ao Brasil), desemprego e dificuldades no trabalho do Brasil. Além de maior frequência, essa categoria também aparece em combinações com mais cinco das onze categorias. A segunda categoria de maior frequência é uma

combinação entre ‘trabalho e redes sociais’, esta última corresponde ao item que considera o sucesso de amigos/familiares que migraram antes do informante, e trouxeram informações sobre o Japão que motivaram seu projeto migratório, está também em mais três combinações dentre os resultados. A terceira maior frequência correspondente à categoria ‘familiares’, que significa que os informantes migraram para acompanhar a família. ‘Insatisfação no Brasil’ apareceu entre o item “outro” do questionário, e engloba problemas de relacionamentos no Brasil e insatisfação em relação à segurança. A categoria ‘culturais’ é composta pelas motivações relacionada a conhecer a terra dos ancestrais e aprender o idioma japonês.

Dessa forma, observa-se que o projeto migratório foi motivado sobretudo por questões de ordem financeira e de trabalho e de certa forma encorajadas pelo papel das redes sociais, no sentido de que estas trouxeram informações que tornaram mais seguro o processo de tomada de decisões na hora de emigrar.

A expectativa temporal do projeto migratório, ou seja, o tempo de duração que a migração poderia durar é uma preocupação que fez parte do planejamento de quase todos os entrevistados. Antes de emigrar foi feito um planejamento sobre o tempo médio que se desejava permanecer no país de destino, até serem conquistados os objetivos que motivaram a migração. Quase metade do grupo pretendia ficar no máximo até dois anos no Japão, e a outra parte entre dois e quatro anos, ou mais de quatro anos, alguns viajaram sem tempo pré-determinado e apenas uma pessoa viajou com intenção de se fixar no Japão permanentemente.

Tabela 10: Expectativa de permanência antes de chegar ao Japão, 2011.

	N
menos de 1ano	2
1 ano	9
até 2 anos	23
de 2 a 4 anos	24
4 anos ou mais	10
sem tempo determinado	9
para sempre	1
Total	78

Fonte: Pesquisa Brasileiros no Japão– NEPO/Unicamp – CAPES/Fapesp-CNPq, 2011

Dentre os 78 entrevistados, apenas 12 informaram que a expectativa inicial se concretizou como planejado inicialmente e os outros 61 declararam que não conseguiram cumprir a meta que tinham planejado inicialmente, a tabela 11 mostra os motivos que foram indicados para a não concretização da expectativa temporal inicial:

Tabela 11: Motivos para não concretização da expectativa temporal, 2011

Concretização		N
Não	não consegui juntar o dinheiro pretendido	25
	me acostumei a vida no Japão	16
	não consegui juntar dinheiro e me acostumei a vida no Japão	9
	constituí família no Japão	5
	me acostumei e constitui família no Japão	2
	não consegui juntar dinheiro e constitui família no Japão	1
	não consegui dinheiro, me acostumei, constitui família no Japão	1
	constituí família no Brasil	1
	não respondeu	1
Subtotal		61
Sim	consegui emprego e juntar o dinheiro pretendido	6
	não me acostumei a vida no Japão	2
	constituí família no Japão e preferi/prefiro voltar	2
	não consegui juntar dinheiro e constitui família no Brasil	1
	constituí família no Brasil	1
subtotal		12
não resp.	não resp.	5
total		78

Fonte: Pesquisa Brasileiros no Japão– NEPO/Unicamp – CAPES/Fapesp-CNPq, 2011

Entre os principais motivos para a não concretização da expectativa temporal, encontra-se com maior frequência o fato de não ter atingido os objetivos financeiros estipulados para poder retornar ao Brasil, em seguida o fato de ter acostumado-se a vida no Japão e constituído família no Japão foram os principais motivos para não concretização dos planos iniciais. Em relação à concretização da expectativa temporal inicial, ter conseguido juntar o dinheiro pretendido foi o principal motivo, mas também o fato de não ter se acostumado a vida no Japão e ter constituído família, tanto no Japão como no Brasil, foram motivos para o retorno em tempo pré-estabelecido.

Dessa forma, a partir dessas declarações dos informantes, busca-se compreender esses fatores a partir das dimensões que compõem a noção da expectativa temporal de Roberts (1995). Em relação a declaração de 'ter se acostumado com a vida no Japão'; considera-se que essa adaptação ocorra intermediada pelo uso de redes sociais entre os brasileiros, seus costumes, práticas e relações.

A partir dos itens do módulo de redes sociais do questionário, foram construídos dois indicadores de redes, um para redes sociais migratórias, correspondente a informações sobre a rede de relações que ajudaram na primeira viagem; e outro que sintetiza as informações relativas às preferências por gêneros alimentícios, entretenimento e lazer, amizades e relações de confiança entre brasileiros ou japoneses. A tabela 12 apresenta as categorias de respostas em relação às questões sobre formas de arranjos migratórios iniciais (com quem viajou, migrou para viver com quem) e sobre as formas de recursos para concretizar o plano de migrar (quem ajudou com recursos, hospedagem, emprego) bem como uma questão sobre rede de apoio e suporte no projeto migratório (a quem recorre em momentos de dificuldade).

Tabela 12: Redes sociais migratórias, 2011

	<i>viajou com</i>	<i>migrou para viver com</i>	<i>hospedagem</i>	<i>recursos</i>	<i>emprego</i>	<i>difficultades</i>
sozinho, ninguém	31	19	3	14	3	8
amigos	3	5	2	1	6	6
familiares	42	50	24	24	20	34
agência, empresa, empreiteira	.	1	46	37	45	25
amigos, empresa	.	.	.	.	.	1
amigos, família	.	.	.	.	.	1
não respondeu	2	3	3	2	4	3
Total	78	78	78	78	78	78

Fonte: Pesquisa Brasileiros no Japão– NEPO/Unicamp – CAPES/Fapesp-CNPq, 2011

O que se observa a partir desses resultados são dois tipos de redes atuando fortemente nesse processo, considera-se que as redes formais que correspondem às agências de viagem e emprego, empreiteiras e empresas tenham um forte papel para a obtenção de recurso, emprego e moradia nessa etapa do projeto migratório; no entanto, em relação aos arranjos migratórios de companhia para a viagem e para residência no destino, observa-se que a presença das redes informais, com familiares e amigos também se apresentam de forma acentuada; embora alguns tenham viajado sozinhos e para viver sozinhos também inicialmente.

Se analisarmos essa tabela em conjunto com a tabela 9, que apresenta os fatores de motivação para migrar pode-se perceber que as redes sociais na migração de brasileiros ao Japão atuam a partir de duas frentes: no Brasil as redes de familiares e amigos, ou seja, as redes informais atuam circulando informações sobre a migração, representando o papel clássico atribuído às redes sociais em processos migratórios, qual seja, diminuir os custos e riscos da migração, a partir de uma situação previamente conhecida (MASSEY, 1995). No

entanto, no período da transição entre os dois países, quando se preparam as documentações necessárias, a busca por emprego, por recursos e moradia, as redes formais, através das agências e empreiteiras, se apresentam mais fortes, embora alguns respondentes também tenham recebido ajuda de familiares. Uma vez no Japão, há uma continuidade desse processo que tende a reforçar as relações entre os imigrantes no destino.

A tabela 13 apresenta o indicador que sintetiza os resultados sobre: as relações de amizade, as preferências por gêneros alimentícios, entretenimento e lazer, dos informantes. O indicador foi formulado a partir das alternativas de respostas para tais questões entre: “japoneses”, “brasileiros” ou “ambos”. Foi atribuído um peso mínimo para a resposta “japonês”, um peso intermediário para “ambos” e um peso máximo para as respostas “brasileiros”. O intuito era obter um indicador de redes sociais entre brasileiros, em que uma maior pontuação apresentaria grande frequência de respostas “brasileiros” (ver questionário anexo 1). Esses indicadores apresentam-se em um sentido mais geral e como uma aproximação das intensidades de redes sociais entre brasileiros, a partir de relações de amizade, consumo, entretenimento, comunicação:

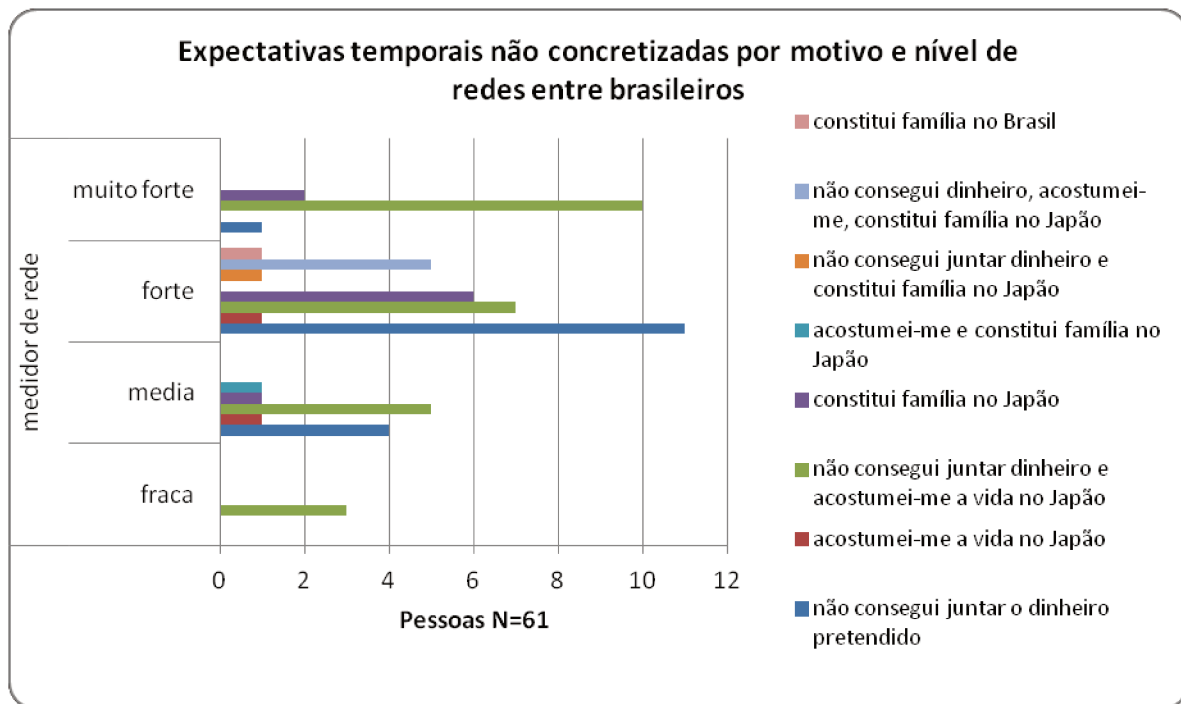
Tabela 13: Redes sociais entre brasileiros residentes no Japão, 2011

	N
fraca	5
média	14
forte	43
muito forte	16
Total	78

Fonte: Pesquisa Brasileiros no Japão– NEPO/Unicamp – CAPES/Fapesp-CNPq, 2011

Com esse segundo indicador foi construído o gráfico 22 que mostra a frequência de respondentes a partir da medida de intensidade de suas redes sociais e costumes brasileiros relacionados aos motivos pelos quais a expectativa temporal inicial não se concretizou:

Gráfico 22

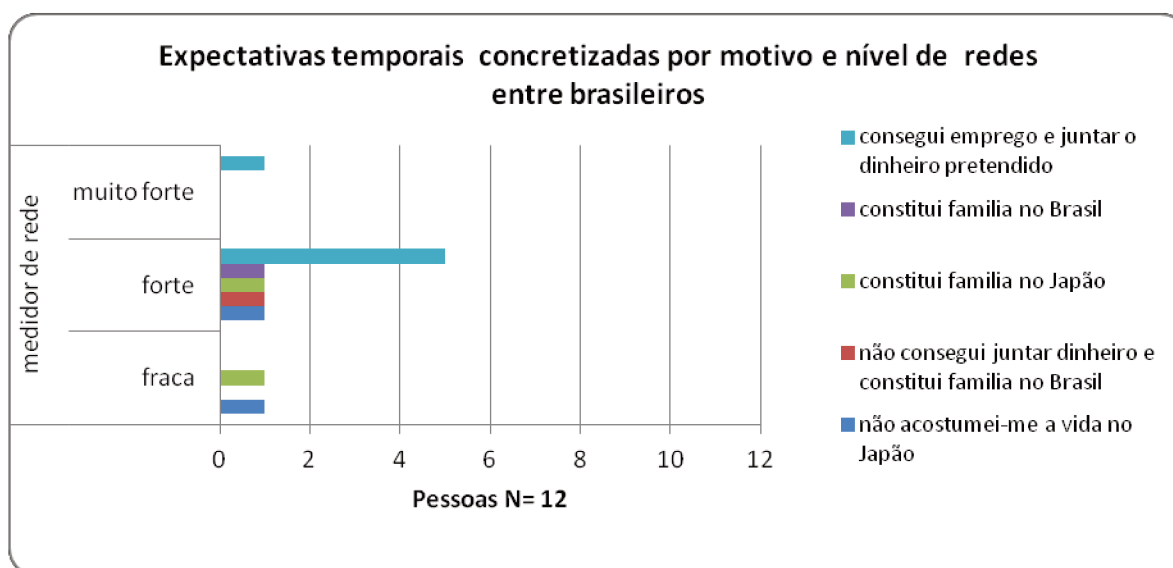


Fonte: Pesquisa Brasileiros no Japão– NEPO/Unicamp – CAPES/Fapesp-CNPq, 2011

Entre os informantes que não concretizaram a expectativa pois se acostumaram com a vida no Japão, observa-se que a maior parte possui forte relação com pessoas e práticas brasileiras, essa relação corrobora com a hipótese de que a adaptação de brasileiros no Japão em anos recentes aconteça intermediada por redes de relações, costumes e práticas entre os brasileiros, sem que haja necessariamente uma inserção na sociedade de destino.

Entre os que concretizaram a expectativa, embora seja um número reduzido de pessoas, a representação gráfica é apresentada para melhor visualizar a mesma relação:

Gráfico 23



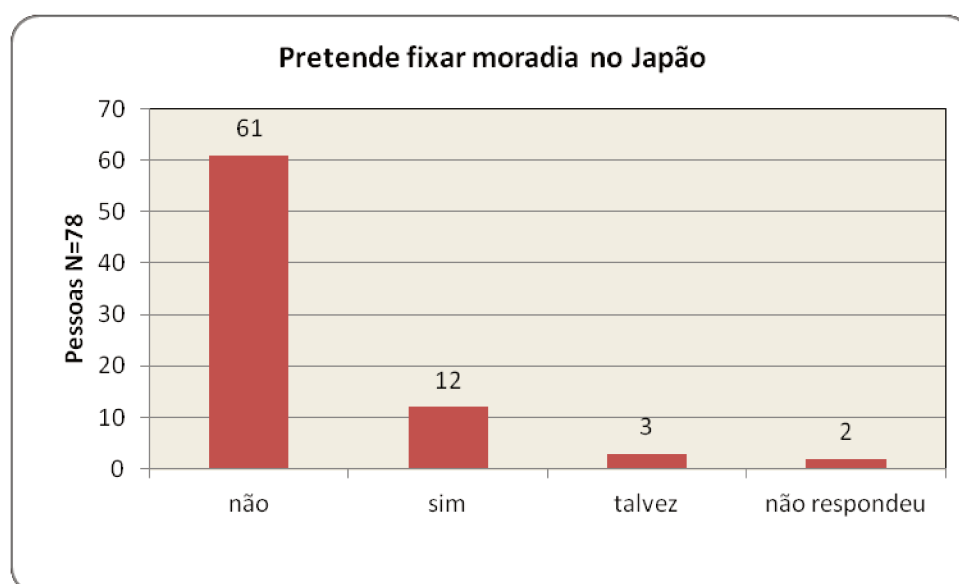
Fonte: Pesquisa Brasileiros no Japão– NEPO/Unicamp – CAPES/Fapesp-CNPq, 2011

Na relação entre os que concretizaram a expectativa temporal e decidem retornar ao Brasil no tempo pré-determinado (exceto um respondente que pretendia ficar no Japão para sempre – anexo 4), os que não se acostumaram com a vida no Japão e constituíram família e por isso resolveram voltar ao Brasil, estão divididos entre redes fraca e forte. No entanto, os que conseguiram emprego e conseguiram juntar o dinheiro que pretendiam possuem rede forte e muito forte. Por se tratar de um grupo muito pequeno que concretizou a expectativa temporal (N=12) e pelos motivos serem muito heterogêneos, seria necessário a realização de entrevistas em maior profundidade para compreender o papel das redes sociais para essa parcela do grupo.

Embora a busca seja por mapear os fatores e motivações para a alteração da expectativa temporal de brasileiros no Japão em anos recentes, considerando que a partir desses fatores essa migração possa vir a ter um caráter de maior permanência no destino, foi feita também uma pergunta direta aos entrevistados, sobre a pretensão de fixar moradia definitiva no Japão. Os resultados para essa questão são apresentados a seguir a partir dos gráficos 24 e

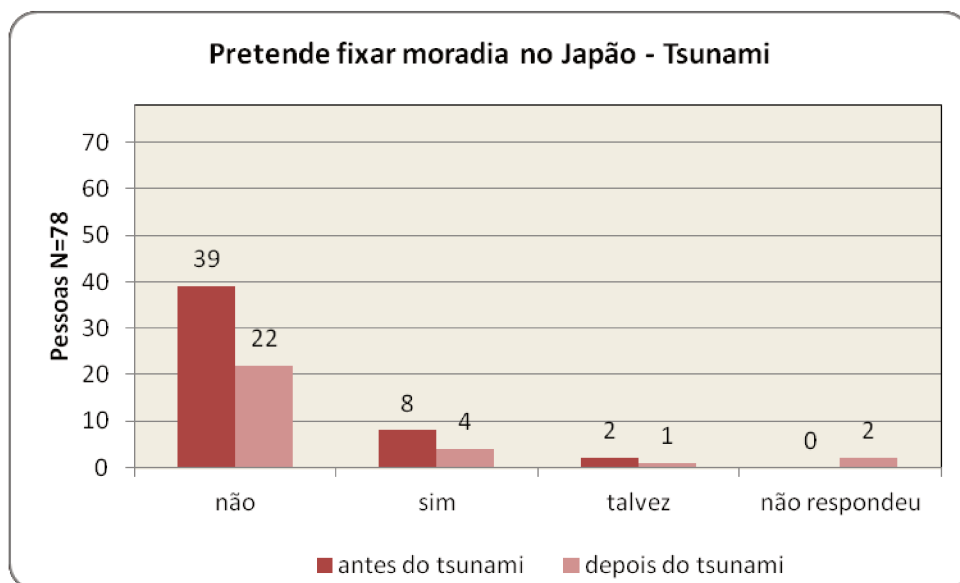
25, em que no primeiro está a representação gráfica do total do grupo (N=78), e no segundo essa mesma relação dividida entre aqueles que responderam a essa questão antes do dia 11 de março de 2011, dia do *Grande Terremoto de Tohoku* (como foi chamado o terremoto seguido de tsunami e de uma crise nuclear no Japão) (N=49) , e os que responderam a mesma questão depois dessa data (N=29):

Gráfico 24



Fonte: Pesquisa Brasileiros no Japão– NEPO/Unicamp – CAPES/Fapesp-CNPq, 2011

Gráfico 25



Fonte: Pesquisa Brasileiros no Japão– NEPO/Unicamp – CAPES/Fapesp-CNPq, 2011

A representação do gráfico 25 mostra que a catástrofe natural, seguida de uma crise nuclear que teve também impactos na economia japonesa, parece não ter influenciado de forma significativa as respostas desse grupo em particular e suas intenções de permanecer definitivamente no Japão. Quando perguntado de forma aberta os motivos para se fixar ou não no Japão, a grande parte dos que não pretendem permanecer no Japão declarou que o principal motivo é por considerarem o Brasil sua terra natal, o melhor lugar para se viver, etc. A segunda maior categoria de respostas foi em relação à questões familiares, muitos pretendem retornar pois parte da família se encontra no Brasil, outros motivos também foram declarados, como insatisfação com a vida no Japão, idade avançada e apenas um respondente disse que não pretendia permanecer por medo das catástrofes naturais (no entanto, essa entrevista foi feita antes do Grande Terremoto de *Tohoku*). Entre os brasileiros que pretendem se fixar no Japão, a questão da segurança, estabilidade financeira, comodidade e educação dos filhos foram os principais motivos declarados para a permanência no destino. Embora grande parte do grupo tenha declarado que não pretende se fixar no

Japão, a proporção entre os que pretendem permanecer e os que não pretendem, se apresenta de forma similar antes e depois do Grande Terremoto de Tohoku.

3.2.3 – Formação familiar e educação dos filhos no Japão

A estrutura etária e por sexo da população brasileira no Japão aponta para uma migração de caráter familiar, tal situação, com o nascimento de filhos no país de destino e escolarização destes na sociedade receptora pode também trazer influências na temporalidade do processo migratório. Nessa sessão será apresentada a situação familiar e educacional dos brasileiros que participaram da pesquisa em Okazaki e Toyohashi, com vistas a qualificar essa situação que se apresenta de forma geral através das estatísticas oficiais.

Dentre os 78 respondentes, 30 deles não tinha filhos e 47 tinha entre um e três filhos, sendo que um informante não respondeu a essa questão:

Tabela 14: número de filhos por informante, 2011.

número de filhos	N	total de filhos
nenhum	30	.
um filho	21	21
dois filhos	20	40
três filhos	6	18
não respondeu	1	.
Total	78	79

Fonte: Pesquisa Brasileiros no Japão– NEPO/Unicamp – CAPES/Fapesp-CNPq, 2011

Dos informantes que tinham filhos (n=47), somaram-se um total de 79 filhos, dos quais 48 nascidos no Brasil e 31 nascidos no Japão. Esta informação mostra uma grande proporção de crianças nascidas no Japão entre o grupo entrevistado, um perfil que também se apresenta na população brasileira no Japão de modo geral. Segundo o trabalho de Chitose (2006) a grande proporção de crianças de 0 a 14 anos foi considerada uma das principais características

demográficas que diferencia a população brasileira no Japão dos outros grupos de imigrantes que residem naquele país. Ao considerar apenas o grupo de 0 a 4 anos, que seja mais provável que tenha nascido no Japão, o trabalho aponta que em 2004 a proporção de crianças brasileiras de 0 a 4 anos foi de 5.9% desse grupo populacional, enquanto na população japonesa essa proporção foi de 4.5% (CHITOSE, 2006).

Dentre os 79 filhos informados, 71 estavam residindo no Japão no período das entrevistas, e 68 residiam nos domicílios com pelo menos um dos pais (informante) (ver tabela 3 – posição no domicílio), representando cerca de 35% do grupo. A perspectiva de retorno dos filhos é mostrada a seguir de acordo com a faixa etária e tipo de escola que estudam (brasileira ou japonesa):

Tabela 15: Perspectiva de retorno dos filhos por faixa etária, 2011.

N=68		perspectiva de retorno dos filhos				
		volta com a família	volta sozinho	não volta	não respondeu	Total
faixa	0 a 4	14	0	1	1	16
etária	5 a 9	7	0	1	0	8
	10 a 14	16	0	2	0	18
	15 a 19	15	0	1	0	16
	20 a 24	5	1	0	1	7
	25 a 29	1	0	0	1	2
	30 a 34	0	0	0	1	1
Total		58	1	5	4	68

Fonte: Pesquisa Brasileiros no Japão– NEPO/Unicamp – CAPES/Fapesp-CNPq, 2011

Observa-se que entre os 68 jovens e crianças, 58 deles retorna com a família, ou seja, a maior parte dos filhos volta com a família ao Brasil se esta resolver retornar, e sua distribuição etária é bem distribuída entre todas as idades, principalmente até os 19 anos, esse resultado está de acordo com a idade dos filhos, que ainda são bem jovens, e também pelo fato de que o informante dessa questão tenha sido um dos pais, representando também a vontade dos pais e não

somente dos filhos . Entre os que não voltam, estão os filhos das famílias que pretendem fixar moradia no Japão (Gráfico 24) e são os de idades mais jovens, e apenas um deles voltaria sozinho, este já com idade acima de 20 anos. A perspectiva de retorno dos filhos neste grupo está muito atrelada à decisão familiar, mesmo entre os que têm idades mais avançadas, e poderia decidir sobre permanecer no Japão ou retornar ao Brasil. Essa observação corrobora com a análise das expectativas temporais modelos, que referem aos planos familiares, em que tais decisões têm influências nas decisões individuais de temporalidades, ou seja, nas durações socialmente esperadas para um evento social.

Em relação ao tipo de escola, dos 68 filhos, 25 estudam em escolas brasileiras enquanto 19 em escolas japonesas, dentre os 22 que estão fora do sistema escolar, 13 são menores de cinco anos de idade que não entraram ainda na escola e 9 já saíram do sistema escolar.

Tabela 16 : Perspectiva de retorno dos filhos por tipo de escola, 2011

N=68

		perspectiva de retorno dos filhos				Total
		volta com a família	volta sozinho	não volta	não respondeu	
escola	brasileira	23	0	2	0	25
	japonesa	16	0	3	0	19
	menor de 5 anos (fora da escola)	12	0	0	1	13
	não estuda mais	5	1	0	3	9
	não respondeu	2	0	0	0	2
	Total	58	1	5	4	68

Fonte: Pesquisa Brasileiros no Japão– NEPO/Unicamp – CAPES/Fapesp-CNPq, 2011

Em relação à perspectiva de retorno dos filhos, entre os que pretendem retornar com a família, a maior parte estuda em escolas brasileiras, embora a escola japonesa tenha uma presença significativa no grupo, uma vez que a maior parte desse grupo pretende retornar com a família. No entanto, uma informação

que se mostra interessante, porém, é que mesmo entre aqueles que não pretendem retornar ao Brasil, duas crianças estão frequentando escolas brasileiras, o que mostra que a inserção social dessas crianças no Japão, provavelmente será entre grupos de brasileiros, uma vez que a escola é o principal espaço de socialização das crianças na sociedade receptora (CASTRO-VAZQUEZ, 2009). A escolha dos pais em matricular seus filhos em escolas brasileiras, mesmo quando pretendem permanecer no Japão definitivamente, pode ser em parte compreendida pela dificuldade, que muitas famílias de pais brasileiros que não falam muito bem a língua japonesa, têm em se comunicar com seus filhos que frequentam o sistema de ensino japonês; as crianças passam a falar majoritariamente o japonês e a dificuldade de comunicação entre pais e filhos é um problema atual entre a população de imigrantes brasileiros no Japão (LASK, 2000).

Por outro lado, as crianças que frequentam escolas brasileiras não possuem o domínio necessário do idioma japonês, e ao permanecer no Japão até a idade adulta, terão dificuldades para uma posterior inserção no mercado de trabalho japonês, que não seja na mesma condição de que seus pais: trabalhando em fábricas por intermédio das empreiteiras (ISHIKAWA, 2009). A tabela 17 apresenta a dificuldade com o idioma japonês de acordo com o tipo de escola:

Tabela 17: Dificuldade dos filhos com a língua japonesa por tipo de escola, 2011

N=68

		dificuldade com a língua japonesa					Total
		não	sim	pouco	não respondeu	não aplicável	
escola	brasileira	4	19	1	1	0	25
	japonesa	17	0	2	0	0	19
	menor de 5 anos (fora da escola)	0	0	0	0	13	13
	não estuda mais	0	0	0	0	9	9
	não respondeu	0	0	0	2	0	2
Total		21	19	3	3	22	68

Fonte: Pesquisa Brasileiros no Japão– NEPO/Unicamp – CAPES/Fapesp-CNPq, 2011

Embora o número de filhos residentes nos domicílios seja de um total de 68, apenas 46 deles se encontram frequentando algum tipo de sistema de ensino; dessa maneira, dentre os que estão na escola, a dificuldade com o idioma japonês se apresenta entre cerca de metade do grupo. No entanto, ao olhar para esse quadro através do tipo de escola, observa-se que entre os que estão em escolas japonesas, apenas dois estudantes apresentam pouca dificuldade com o idioma japonês e o restante do grupo não tem dificuldades; já entre os estudantes de escolas brasileiras 19 dos 25 estudantes têm dificuldades com a língua japonesa. Se considerar que grande parte deles revelou que pretende dar continuidade aos estudos no Japão (Tabela 18), ou seja, não retornará ao Brasil para continuar estudando, pode-se inferir que a perspectiva de permanência dos pais seja ainda de uma temporalidade longa, e a inserção laboral dos filhos que estudam em escolas brasileiras, se continuarem no Japão, provavelmente ocorrerá da mesma forma que a de seus pais, e a convivência e inserção social continuarão a ser permeadas pelas redes sociais de brasileiros no Japão.

Tabela 18: Continuidade dos estudos dos filhos no Japão, 2011

	N
não	7
sim	35
não respondeu	4
não aplicável	22
Total	68

Fonte: Pesquisa Brasileiros no Japão– NEPO/Unicamp – CAPES/Fapesp-CNPq, 2011

Embora grande parte do grupo tenha declarado que não pretende fixar moradia definitiva no Japão, a composição do grupo, com 35% de filhos em que grande parte frequenta escolas tanto brasileiras como japonesas, e que pretendem dar continuidade nos estudos no Japão, mostra que há uma tendência de prolongar a permanência de forma indefinida. As tabelas 19 e 20 mostram os anos em que os informantes entraram pela primeira vez no Japão, e suas estatísticas respectivamente:

Tabela 19: Ano da primeira entrada dos informantes no Japão, 2011

ano	N
1989	2
1990	6
1991	8
1992	6
1993	1
1994	2
1995	1
1996	4
1997	3
1998	2
1999	3
2000	5
2001	2
2002	1
2003	4
2004	7
2005	6
2006	5
2007	2
2008	1
2009	4
2010	3
Total	78

Fonte: Pesquisa Brasileiros no Japão– NEPO/Unicamp – CAPES/Fapesp-CNPq, 2011

Tabela 20: Estatísticas sobre o ano de primeira entrada no Japão, 2011

N	78
média	1999
mediana	2000
moda	1991
intervalo	21
mínimo	1989
máximo	2010

Fonte: Pesquisa Brasileiros no Japão– NEPO/Unicamp – CAPES/Fapesp-CNPq, 2011

O que se observa é que embora o grupo tenha apresentado uma expectativa anterior à migração de permanecer no Japão de dois a quatro anos principalmente (ver tabela 10), essa imigração já atinge um intervalo de 21 anos entre os entrevistados (de 1989 a 2010), a média e a mediana apontam para uma migração média de mais de 10 anos, e a moda mostra que 1991 foi o ano de maior frequência para a primeira viagem entre os entrevistados da pesquisa.

3.2.4 Remessas, crise econômica, retorno e circularidade.

Com uma migração de período prolongada, como foi observado dentre o grupo estudado, a questão das remessas apresenta-se como um componente interessante; dentre os 78 entrevistados, apenas 25 enviam dinheiro ao Brasil, dentre os motivos para a remessa, a manutenção familiar ainda é o principal motivo, embora haja uma variedade como mostra a tabela 21:

Tabela 21: Remessas ao Brasil por finalidade de envio, 2011.

N=78		envia dinheiro ao Brasil	
		sim	não
Total		25	53
finalidade das remessas	sustentar minha familia	11	
	familia e imóvel	3	
	familia,imóvel, carro	1	
	familia, imovel, caro, investimentos	1	
	familia e investimentos	1	
	comprar um imovel, investimentos	1	
	investimentos	3	
	comprar um carro e abrir um negocio	1	
	estudo de dependentes	1	
	nao respondeu	2	

Fonte: Pesquisa Brasileiros no Japão– NEPO/Unicamp – CAPES/Fapesp-CNPq, 2011

Dentre os brasileiros que enviam dinheiro ao Brasil, além da manutenção familiar há uma preocupação em investir no Brasil, bem como adquirir os bens para melhoria de sua condição social, como carro e imóvel; essa característica era a mais frequente no início do fluxo migratório. Esse grupo, no entanto, apresentou atualmente um comportamento diferente em relação às remessas; poderíamos questionar se a maior temporalidade da migração, dado que seja um grupo de migração de médio e longo prazo, não estaria influenciando para uma diminuição das remessas, uma vez que há mais famílias inteiras no destino, o que também aumenta o custo de vida no Japão. A crise econômica recente também pode ser um fator explicativo para o reduzido número de pessoas que enviam dinheiro ao Brasil.

A crise econômica de 2008, embora tenha tido um impacto na população brasileira no Japão como foi visto no capítulo anterior, não se mostrou com fortes impactos para o grupo que fez parte da pesquisa, dentre os 78 entrevistados, 47 consideraram que a crise alterou algum aspecto em suas vidas. Apesar da heterogeneidade do grupo entrevistado, a forma como a crise afetou suas vidas apresentou certa consonância: entre os que enfrentaram a crise no Japão e permaneceram no país, todos consideraram a diminuição da jornada de trabalho, a queda nos salários e o desemprego enquanto principais alterações em suas vidas. Como consequência dessas alterações, a recorrência ao seguro desemprego, e o adiamento a planos pré-existentes de retorno também foram mencionados; mas o que se pode verificar como principal percepção e necessidade de alteração durante e após esse período, foi a redução dos níveis de consumo:

“Aprendi a dar mais valor, ser mais econômico” (O.N., 31 anos, há 10 no Japão)

“Baixo salário, mas aprendi que se vive com menos” (C.H., 40 anos, há 19 no Japão)

A circularidade também foi um aspecto considerado para nossa análise, uma vez que muitas idas e vindas acabam por estender de forma indefinida a migração de brasileiros no Japão (TSUDA, 1999). A tabela 22 mostra as intenções de ir ao Brasil e suas motivações:

Tabela 22: Pretensão de voltar ao Brasil e motivos, 2011.

pretende ir ao Brasil	motivos	N
não	família	1
	medo insegurança	1
	por enquanto fica no Japão	1
	acostumei no Japão	1
	não respondeu	1
	Total	5
sim	família	24
	Brasil é minha terra natal	11
	passeio	5
	readaptação	3
	retorno definitivo	3
	dinheiro	2
	família e amigos	1
	casamento	1
	estudo dos filhos	1
	sem oportunidade no Japão	1
	faculdade	1
	saudade	1
	abrir negocio	1
	estilo de vida mais sossegado	1
	idade avançada	1
	não respondeu	14
	Total	71
não resp.	não resp.	2

Fonte: Pesquisa Brasileiros no Japão– NEPO/Unicamp – CAPES/Fapesp-CNPq, 2011

Entre os que não pretendem ir ao Brasil, apenas 5 dos informantes, os motivos variam por pessoa, medo e insegurança em relação ao Brasil, ter a família no Japão e ter acostumado no Japão. Já entre os 71 que pretendem ir ao Brasil, a maior parte é por questões relacionadas à família, visitas, reencontros; muitos

também verbalizaram sobre o pertencimento ao Brasil, e de formas variadas, (por se tratar de uma questão aberta) passavam como motivo de ir ao Brasil a idéia de que é seu lugar de origem, terra natal, etc. Quando questionados se retornariam ao Japão, caso fossem ao Brasil, dos 78 entrevistados 40 responderam que retornam ao Japão e 33 disseram não retornar:

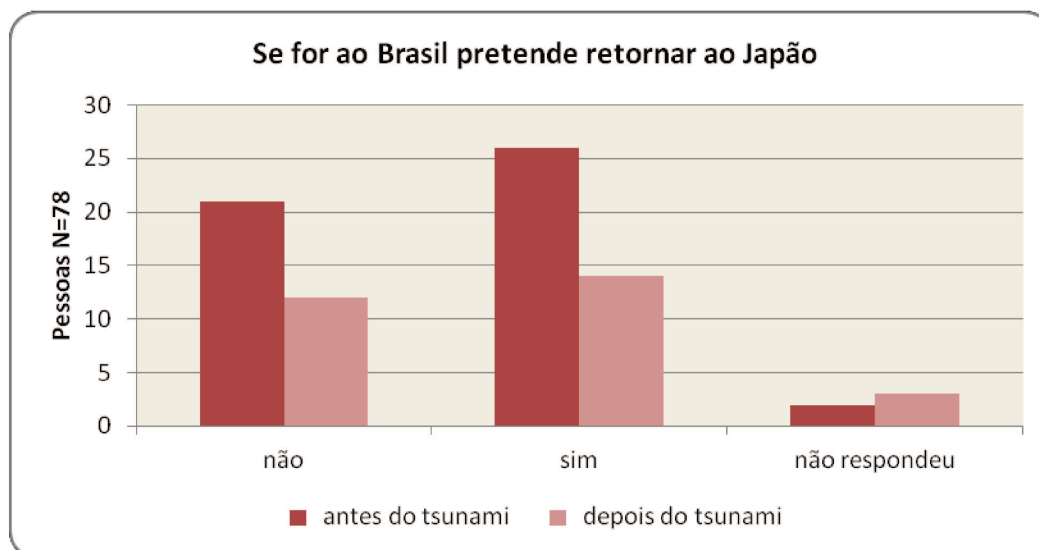
Tabela 23: Retorno ao Japão, 2011

se for ao Brasil, pretende retornar ao Japão	
	N
não	33
sim	40
não respondeu	5
Total	78

Fonte: Pesquisa Brasileiros no Japão– NEPO/Unicamp – CAPES/Fapesp-CNPq, 2011

Para controlar o viés que o tsunami (Grande Terremoto de *Tohoku*) do dia 11 de março de 2011 poderia ter provocado a essa questão, apresenta-se no gráfico 26 as respostas separadas entre os que foram entrevistados antes do tsunami e os que foram entrevistados depois:

Gráfico 26



Fonte: Pesquisa Brasileiros no Japão– NEPO/Unicamp – CAPES/Fapesp-CNPq, 2011

Novamente, observa-se que a distribuição das respostas entre as entrevistas feitas antes e depois do tsunami não alterou significativamente as expectativas de retorno ao Japão. Quando perguntado diretamente e de forma aberta sobre fatores de motivação para permanecer no Japão, foram declarados motivos relativos à estabilidade no emprego e financeira, segurança do país, educação dos filhos, comodidade e conforto do Japão para a família e filhos; fatores como não ter juntado o dinheiro e ter se adaptado a vida no Japão também foram relatados como fatores de motivação para continuar no Japão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho buscou explorar a questão da temporalidade da imigração brasileira no Japão, a partir da perspectiva da expectativa temporal em processos migratórios (Roberts, 1995), com vistas a identificar e compreender os fatores relacionados a uma maior permanência de brasileiros no Japão.

A imigração brasileira no Japão existente há cerca de três décadas apresenta uma rápida dinâmica em seu fluxo que cresceu significativamente desde o início da década de 90, e mesmo sofrendo algumas retrações em períodos de crise, como foi a crise econômica internacional de 2008, o fluxo apresenta tendências em se manter. Os novos fluxos, aliados a população brasileira residente no Japão há mais tempo, acabam por reconfigurar as relações já existentes entre os compatriotas no destino, atualizando as informações, práticas e costumes brasileiros que perpassam as redes sociais entre os dois países, e na sociedade japonesa. No entanto, a coexistência dos grupos que estão no Japão há mais de vinte anos, com os novos imigrantes, acaba por tornar a população de brasileiros no Japão cada vez mais heterogênea.

Embora se reconheça a diversidade dentro do grupo de brasileiros no Japão, bem como seus conflitos, principalmente na esfera do trabalho, em que alguns estudos apontam para uma grande concorrência entre os próprios brasileiros dentro das fábricas, e falta de confiança nos compatriotas (SUGUIURA, 2009) há de se considerar que o conflito nessa esfera é mais intenso principalmente pela convivência cotidiana às vezes quase que exclusivamente com brasileiros. Dessa maneira, neste trabalho buscamos focar em uma visão mais voltada para a formação de grupos de brasileiros, através dos vínculos de amizade e parentesco, bem como pelos hábitos, costumes e práticas típicos do Brasil, reproduzidos no Japão na convivência cotidiana principalmente fora dos locais de trabalho.

Ao considerar a dificuldade de inserção social dos brasileiros na sociedade japonesa e sua convivência, sobretudo através das redes sociais de

brasileiros no Japão, sugere-se que a adaptação desses imigrantes no destino ocorre de uma maneira peculiar; essa forma de adaptação através das redes poderia ser um fator de influência da expectativa temporal. Além das redes sociais, a formação familiar com os nascimentos de filhos no Japão e sua posterior entrada no sistema escolar, poderiam também ser fatores de influência para essa mudança na temporalidade dos brasileiros no Japão.

Dessa maneira, para analisar essas relações a partir da expectativa temporal dos processos migratórios, buscamos entender as “durações socialmente esperadas” (SEDs) em suas três dimensões.

A dimensão socialmente prescrita e formal mostrou que as políticas de controle migratórias japonesas têm apresentado diversas reformas nos últimos anos, com o objetivo de, por um lado, promover a “imigração desejada”, e por outro, controlar a entrada de “imigrantes perigosos” à segurança e bem estar social do país. Assim, ao passo que muitas reformas facilitaram o processo de maior permanência dos brasileiros no Japão, algumas tornaram mais rígidos os critérios para a renovação ou obtenção do visto de permanência, como por exemplo, a necessidade de apresentar a certidão negativa de antecedentes criminais no ato de renovação do visto. No entanto, a dimensão socialmente prescrita acabou se apresentando como um forte fator de influência para uma maior permanência dos brasileiros no Japão, uma vez que a imigração de descendentes, é considerada uma imigração favorável ao Japão, em um momento em que o país passa por um processo de envelhecimento da população e diminuição da população em idade ativa, com projeções populacionais preocupantes para o futuro do país (SUZUKI, 2009).

Tanto os dados de estatísticas oficiais do Japão para a população brasileira, como o perfil do grupo entrevistado, apresentaram um grande número de brasileiros residindo no Japão com o tipo de visto de residência permanente. A circulação facilitada para reentrada dos brasileiros no Japão, também é um fator socialmente prescrito que acaba por ter influência em uma maior permanência no

destino, a análise da pesquisa qualitativa mostrou que grande parte do grupo pretendia vir ao Brasil e depois retornar ao Japão.

A dimensão da expectativa 'coletivamente esperada' que é referente aos grupos sociais, em geral grupos étnicos quando se trata de imigração, foi analisada a partir da pesquisa qualitativa, e mostrou que entre o grupo entrevistado as redes sociais migratórias apresentam-se muito forte em suas duas dimensões: na sua dimensão formal com uma rede de ligação entre os dois países através dos papéis formalizados das agências de viagens e empreiteiras, na dimensão informal, entre familiares e amigos para obtenção de informações sobre a emigração quando ainda se encontram no Brasil, e também para ajuda e suporte quando chegam no Japão. No Japão as redes informais, bem como as práticas e costumes brasileiros se mostraram fortes entre o grupo entrevistado. A relação entre a intensidade de redes e o motivo por não ter concretizado a expectativa temporal inicial, mostrou que, os imigrantes que não voltaram ao Brasil no tempo esperado pois acostumaram-se com a vida no Japão, possuíam fortes relações com brasileiros e com práticas, costumes e consumos de produtos brasileiros no Japão. Esse resultado corrobora com a hipótese inicial do trabalho, que considera que a inserção dos brasileiros no Japão e adaptação no destino ocorrem através de uma forma peculiar, através das redes sociais.

As expectativas temporais modelo, correspondentes aos grupos familiares, também foram analisadas a partir da pesquisa de campo qualitativa, e mostrou que a formação familiar no destino, com o nascimento dos filhos e sua entrada no sistema escolar, pode ser um forte fator de influência da mudança da expectativa temporal. Uma vez que os planos se tornam familiares, há uma série de questões que se ponderam em relação a um retorno ao Brasil: a insegurança no mercado de trabalho, a instabilidade financeira, falta de segurança e violência do país, acesso à educação de qualidade, etc. As expectativas de retorno dos filhos nascidos no Japão também passam a fazer parte dos planejamentos familiares, muitas crianças que nasceram e cresceram no Japão não conhecem o Brasil e não tem vontade de vir morar no país, dificultando o retorno dos pais

pretendido inicialmente. Além dos fatores de insegurança no retorno, há um aumento do custo de vida no Japão em se manter uma família, dificultando dessa forma atingir os objetivos financeiros, se esse tivesse sido o propósito inicial da emigração.

Embora a pesquisa tenha sido realizada em um período de muitas crises no Japão, tanto a econômica, como a nuclear decorrente de uma catástrofe natural, os resultados mostram uma permanência dos brasileiros no Japão, se não com um caráter cada vez mais permanente, pelo menos de forma indefinida temporalmente.

Considera-se ainda que o período de crise tenha sido um fator adicional às análises propostas *a priori*, em que foi possível mostrar além das dimensões analisadas a partir da perspectiva das ‘durações socialmente esperadas’ que embora o retorno ao país de origem tenha sido uma estratégia bastante usada nos primeiros meses após a eclosão da crise, fato sobre o qual o Estado japonês atuou diretamente, considera-se que esta, de forma geral, incidiu pontualmente sobre o fluxo. O uso das redes sociais se apresentou como parte das estratégias de permanência no Japão, no entanto, as formas de moradia e conhecimento do idioma também se apresentaram como fatores importantes de influência na permanência do grupo entrevistado no destino no período da crise de 2008.

Com a crise internacional e o aumento significativo do desemprego dos brasileiros no Japão, um dos efeitos que se pôde observar foi o maior conhecimento por parte dos imigrantes de alguns de seus direitos básicos de cidadão, como o seguro desemprego e a possibilidade de usufruir do sistema de proteção social do governo japonês através das prefeituras municipais; além do conhecimento e maior uso do *Hello work*, que vem substituindo de uma forma mais segura para os imigrantes o papel de recrutamento antes realizado fortemente pelas empreiteiras. A partir da queda de oferecimento de postos de serviços através das empreiteiras, há uma relação mais direta entre o governo japonês e as associações de brasileiros, e os próprios brasileiros.

Considera-se, ainda, que esse impacto da crise econômica sobre o mercado de trabalho e sobre a imigração, não obstante as evidentes formas de impacto negativas, teve também uma face positiva, a saber, uma maior exposição das formas precárias de contrato de trabalho realizado através das empreiteiras, o que fez com que isso tenha chegado como uma questão de tratamento emergencial enquanto medida de administração dos impactos da crise, por parte dos dois governos envolvidos. Nesse sentido, também os problemas sobre a educação dos filhos de imigrantes brasileiros se tornaram mais evidentes; dessa forma, considera-se que as medidas propostas e realizadas pelos governos brasileiro e japonês tenham repercutido como uma forma de tratamento emergencial para questões educacionais que já se estendiam há muito tempo antes da crise (KAWAMURA, 1999; NAKAGAWA, 2005; CASTRO-VAZQUEZ, 2009)

A questão da falta de conhecimento da língua japonesa e a obtenção de um nível necessário apenas para conseguir se comunicar basicamente e para a obtenção de empregos – aliada a dificuldade em estudar o idioma japonês por estarem inseridos em longas jornadas de trabalho – reforça a nossa perspectiva de que a inserção dos brasileiros no Japão se dá de uma forma peculiar, não com integração à sociedade de destino, mas na formação de uma forma específica, em que esses imigrantes convivem com os compatriotas através das redes sociais, produzindo e reproduzindo os hábitos e costumes desse grupo.

Com a permanência de brasileiros no Japão há cerca de 30 anos e uma perspectiva de indefinição no retorno, a população brasileira começa a se deparar com novas questões a respeito de um processo de imigração prolongada. Questões sobre saúde, inserção laboral e previdência social, em relação principalmente ao novo grupo de idosos que cresce entre os brasileiros no Japão; a capacitação profissional e novas formas de inserção no mercado de trabalho japonês para aqueles que pretendem permanecer no Japão de forma definitiva; a adaptação das crianças e adolescentes filhos dos imigrantes aos sistemas escolares, bem como suas experiências no Japão em períodos como da transição

para a vida adulta, com a entrada nas esferas da vida produtiva e reprodutiva em um contexto de imigração também são questões emergentes a serem abordadas para essa população imigrante.

Este trabalho buscou apresentar um estudo que contemplasse as ações de Estados, os dados oficiais e as percepções dos agentes envolvidos nesse contexto, abarcando uma análise dessa imigração atual com perspectivas complementares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS*

ASARI, A. Y.; YOSHIOKA, R. Migrações ultramarinas. Trabalhadores brasileiros no Japão. **Semina: Ci. Soc./Hum. Londrina**, v.17, n.º 4, set. 1996.

BELTRAO, K. I.; SUGAHARA, S. Permanentemente temporário: *dekasseguis* brasileiros no Japão. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v.23, n.1, jun.2006.

BOYD, M. Family and personal networks in international migration: Recent developments and new agenda. In: **International Migration Review**. vol. 23, nº 3, fall, p. 638-670.

BRAGA, J. C. Crise sistêmica da financeirização e a incerteza das mudanças. **Estud. av.**, São Paulo, v. 23, n. 65, 2009 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142009000100006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 09 ago. 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142009000100006>

CASTRO-VAZQUEZ, G. Immigration children from Latin America at Japanese Schools: Homogeneity, ethnicity, gender and language in education. **Journal of Researcher in International Education** 8 (1), 57-80, 2009

CHITOSE, Y. "Demographic Profiles of Brazilians and Their Children in Japan", **The Japanese Journal of Population**, vol. 4, no. 1, pp. 93-114, 2006.

CNIg. Brasília. **Ata da reunião** de 03 de dez. de 2008.

_____. Brasília. **Ata da reunião** de 10 de mar. de 2009 (a).

_____. Brasília. **Ata da reunião** de 17 de nov. de 2009 (b).

_____. Brasília. **Ata da reunião** de 18 de ago. de 2010 (a).

_____. Brasília. **Ata da reunião** de 15 de set. 2010 (b).

_____. Brasília. **Ata da reunião** de 10 de nov. 2010 (c).

COSTA, J.P.C. **De decasségui a emigrante**. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

* Baseadas na norma NBR 6023, de 2002, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

ELDER, G. H. Age Differentiation and the Life Course, **Annual review of Sociology** 1, 1975 *apud* ROBERTS, B. R. Socially expected durations and the economic adjustment of immigrants. In: PORTES, Alejandro. The economic sociology of immigration. Nova York: Russel Sage Foundation, 1995.

ELIAS, N. **Time: An Essay**. Oxford: Basil, Blackwell, 1992 *apud* ROBERTS, B. R. Socially expected durations and the economic adjustment of immigrants. In: PORTES, Alejandro. The economic sociology of immigration. Nova York: Russel Sage Foundation, 1995.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3a. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, R.H. **Migrações Internacionais: Brasil ou Japão** o movimento de inserção do dekassegui no espaço geográfico pelo consumo. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FURTADO, C. **Em Busca de um Novo Modelo: reflexões sobre a crise contemporânea**. São Paulo, Paz e Terra: 2002.

_____. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FUSCO, W. Redes sociais na migração internacional: o caso de Governador Valadares. In: **Textos NEPO 40**, Campinas, NEPO/UNICAMP, 2002.

GALIMBERTTI, P. **O caminho que o dekassegui sonhou**. Cultura e subjetividade no movimento dekassegui. São Paulo: EDUC/FAPESP/Ed. UEL, 2002.

GRANOVETTER, M. S. (1973), "The strenght of weak ties". **The American Journal of Sociology**, 78 (6): 1360-1380.

HASHIMOTO, Francisco; TANNO, Janete Leiko; OKAMOTO, Monica Setuyo (Org.). **Cem anos da imigração japonesa: História, memória e arte**. São Paulo: Editora da Unesp, 2008

HIRANO, F. Movimento dekassegui ontem, hoje e amanhã: análises reflexões e perspectivas futuras. In: BRITO, F.; BAENINGER, R. (Coord.). **Populações e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2008.

ISHIKAWA, E. A. **Brasileiros no Japão: de temporários à permanentes**.in Relatório: Coexistência Multicultural na Província de Shizuoka – Análise dos Resultados da Pesquisa Sobre as Condições de Trabalho dos Estrangeiros na Província de Shizuoka, pp.74-85. Shizuoka, 2009.

KAJITA T. **Gaikokujin rôdôsha to Nihon** (Foreign workers and Japan). Tokyo: Nihon Hôshô Kyôkai.1994 *apud* KONDO, A. Development of Immigration Policy in Japan. *in Asia and Pacific Migration Journal*, vol. 11, no. 4, pp. 415-436, 2002.

KAWAMURA, L. Cambios en la Reciente Migración de Brasileños a Japón: Redes Sociales y Culturales. in: **XIII Congreso Internacional de la Asociación Latinoamericana de Estudios de Asia y África** (ALADAA), 2011, Bogotá. Memoria del XIII Congreso Internacional ALADAA, 2011.

_____. Brasileiros no Japão: Direitos e cidadania. In: HASHIMOTO, Francisco; TANNO, Janete Leiko; OKAMOTO, Monica Setuyo (Org.). **Cem anos da imigração japonesa: História, memória e arte**. São Paulo: Editora da Unesp, 2008

_____. **Para onde vão os brasileiros?** Campinas: Editora da UNICAMP; Fundação Japão, 1999.

KODAMA,K.; SAKURAI,C. Episódios da imigração: um balanço de 100 anos. In: SAKURAI, C. MAGDA PRATES COELHO (org). **Resistência & integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil**. Rio de Janeiro:IBGE, 2008.

KOJIMA, L. **Migração repetitiva entre o Brasil e o Japão**. 2009 133p. Dissertação (Mestrado em Letras) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2009.

KOJIMA, H. Foreign Workers and Health Insurance in Japan: The Case of Japanese Brazilians, **The Japanese Journal of Population**, vol. 4, no. 1, pp. 78-92, 2004.

KONDO, A. Development of Immigration Policy in Japan. *in Asia and Pacific Migration Journal*, vol. 11, no. 4, pp. 415-436, 2002.

KURODA, T. **Gaiji hô (Foreign Affairs Law)**. Tokyo: Gyôsei, 1988 *apud* KONDO, A. Development of Immigration Policy in Japan. *in Asia and Pacific Migration Journal*, vol. 11, no. 4, pp. 415-436, 2002.

LASK, T. Imigração Brasileira No Japão: O Mito Da Volta E A Preservação Da Identidade. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 6, n. 14, p. 71-92, nov. 2000.

LIMA, Marcos Costa. **A crise financeira de setembro de 2008 é também uma crise de paradigma.** Disponível em: <http://centrocelsofurtado.com/adm/enviadas/doc/pt_00000091_20100301163824.pdf> Acesso em 08 ago. 2011.

LITVIN, A. **A adaptação social e econômica dos migrantes brasileiros no Japão**, 2007 154p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2007

MASSEY, D. S. et al. **Return to Aztlan: the social process of international migration from Western Mexico.** Los Angeles: University of California Press, 1990.

MAZZUCHELLI, F. A crise em perspectiva: 1929 e 2008. **Novos estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 82, nov. 2008, pp. 57-66.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA DO JAPÃO. **Immigration Control Report.** Tokyo, 2010.

MINISTRY OF HEALTH, LABOUR AND WELFARE. **Employment measures in Post-Financial Crisis Japan.** Tokyo, July, 2009. Available from <<http://www.mhlw.go.jp/english/>>. acess on 05 aug. 2011.

MIYASAKA, L. S. et al . Migration and mental health: Japanese Brazilians in Japan and in Brazil. **J. bras. psiquiatr.**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1, 2007

NAKAGAWA, K.Y. **Crianças e adolescentes brasileiros no Japão:** Províncias de Aichi e Shizuoka. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontífica Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

OCADA, F.K. Nos subterrâneos do modelo japonês – os 3Ks: Kitanai (sujo), Kiken (perigoso) e Kitsui (pesado). **ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS**, 12, 2000, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2000.

OCADA, F.K. **A tecelagem da vida com fios partidos:** As motivações invisíveis da emigração de kassegi ao Japão em quatro estações. 2006. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2006.

OLIVEIRA, A. C. de. Japoneses no Brasil ou brasileiros no Japão? A trajetória de uma identidade em um contexto migratório. In: XI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. **Anais...** Caxambu: Abep, 1998.

PATARRA, N. L. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. **São Paulo em Perspectiva** 19 (9): 23-33, 2005.

_____. Governabilidade das migrações internacionais e direitos humanos: O Brasil como país de emigração. In: BRASIL/Ministério das Relações Exteriores (Org.). **Conferência "Brasileiros no Mundo**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 187-212, 2009.

PNUD/2009. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2010**. Ultrapassar barreira: mobilidade e desenvolvimento humanos. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/reports>>. Acesso em: 10 jul. 2011.

QUIVY, Raymond ; CAMPENHOUDT, Luc van . **Manual de investigação em ciências sociais**. 4. ed. rev. e aum. Lisboa: Gradiva, 2005.

RESENDE, A.L. Em plena crise: uma tentativa de recomposição analítica. **Estud. av.**, São Paulo, v. 23, n. 65, 2009 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142009000100005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 07 ago. 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142009000100005>.

ROBERTS, B. R. Socially expected durations and the economic adjustment of immigrants. In: PORTES, Alejandro. **The economic sociology of immigration**. Nova York: Russel Sage Foundation, 1995.

RONCATO, M.S. Brasileiros no Japão: Trabalho imigrante em épocas de crise. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA, 18, 2011, Recife. **Anais...** Recife: UFPE, 2011.

ROSSINI, R. E. . Os "Dekasseguis" do Brasil à Procura do Eldorado Japonês. In: SANTOS, Milton et SOUZA, Maria Adélia. (Org.). **O Novo Mapa do Mundo - Globalização e Espaço Latino-americano**. São Paulo: Hucitec/ANPUR, v., p. 283-291, 1993.

_____. Lugar para viver é aqui. Lugar para sobreviver é lá: migração internacional do Brasil *para o Japão*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12, 2000, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2000.

_____. O sonho de voltar rápido do Japão para viver no Brasil agora é uma utopia: os nikkeis do Brasil no Japão. In: ENCONTRO NACIONAL DE

ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2008.

SASAKI, E.M. Dekasseguis: trabalhadores migrantes nipo-brasileiros no Japão. **Textos NEPO 39**, NEPO/UNICAMP, Campinas, 2000.

_____. **Ser ou não ser japonês?** A construção da identidade dos brasileiros descendentes de japoneses no contexto das migrações internacionais do Japão contemporâneo. 667 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2009.

_____. Migração internacional contemporânea entre o Brasil e o Japão: novas configurações, velhas questões. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA, 18, 2011, Recife. **Anais...** Recife:UFPE, 2011.

SHISHITO, K. T. ; BAENINGER, R . Brasileiros no Japão: a expectativa temporal na imigração de kassegui. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 17, 2010, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2010

SHISHITO, K. T. ; SHISHITO, F.A. . O impacto da crise econômica de 2008 sobre o movimento de kassegui. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA, 18, 2011, Recife. **Anais...** Recife:UFPE, 2011.

SHISHITO, K. T. O movimento de kassegui atual: o processo de ressignificação da permanência. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 15, 2011, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2011

_____. Brazilians in Japan in the 21st Century: Social Networks and Temporal Expectation. In: BRAZIL-JAPAN INTERNATIONAL WORKSHOP: SOCIETY, ENERGY AND ENVIRONMENT, 9, 2011, Campinas. **Anais...** Campinas: Unicamp, 2011.

SILVA, A.F. **Jornalismo brasileiros do outro lado do mundo**, 2007. 127p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) Escola de Comunicação e Artes. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007

SINGER, Paul. A América Latina na crise mundial. **Estudos Avançados**. São Paulo, n.23, vol. 66, 2009, pp.91-102.

SOARES, W. **Da metáfora à substância: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga..** Tese (Doutorado em Demografia) –CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2002.

SUGUIURA, M.H. **Relações entre a rede social e as migrações Brasil-Japão.** Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SUZUKI, T. “ The latest development in Population of Japan” **The Japanese Journal of Population** 7(1): 87-90, 2009.

TAJIMA H., YAMAWAKI C. **Dekasegi Genshou no 20 nen wo Furikaeru.** Sono Tokuchou to Kenkyuu Doukou. Latin America, Caribe Kenkyuu, n.10, 2003. *apud* RONCATO, M.S. Brasileiros no Japão: Trabalho imigrante em épocas de crise.In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA, 18, 2011, Recife. Anais...Recife:UFPE, 2011

TAKENOSHITA, H. The Differential Incorporation into Japanese Labor Market: A Comparative Study of Japanese Brazilians and Professional Chinese. **Japanese Journal of Population**, Vol.4, No.1, 2006.

TANIGUTI, G.T. Empreendedorismo e consumo de imigrantes brasileiros no Japão. **Teoria & Pesquisa**, Vol. 18, No.1, 2009.

TSUDA, T. The Permanence of ‘Temporary’ Migration: The ‘Structural Embeddedness’ of Japanese-Brazilian Immigrant Workers in Japan. **Journal of Asian Studies** 58: 687–722, 1999.

TRUZZI, O. M. S. Redes em processos migratórios. **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v.20, p.199-218, 2008.

UENO, L.S. **Migrantes em trânsito entre Brasil e Japão: uma intervenção psicossocial no retorno.** 2008. 131p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2008.

WATANABE, Hiroaki. Kansetsu Koyou no Zouka to Nikkeijin roudou-sha.**Nihon Roudou Kenkyuu Zasshi**, n.531, 2004. *apud* RONCATO, M.S. Brasileiros no Japão: Trabalho imigrante em épocas de crise.In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA, 18, 2011, Recife. Anais...Recife:UFPE, 2011

YOSHIOKA, R. **Porque migramos do e para o Japão.** São Paulo: Massao Ohmo, 1995.

ANEXOS

Anexo 1 : Questionário aplicado aos brasileiros no Japão

Questionário para a pesquisa: A expectativa temporal na imigração *dekasegui*.



1. Número do questionário |__|__|
2. Nome do entrevistador: _____
3. Data de realização: __/__/____

I. IDENTIFICAÇÃO

- 1.1. Nome do Entrevistado: _____
- 1.2. Endereço: _____
- 1.3. Data de nascimento: __/__/____
- 1.4. Local de nascimento (Cidade, Estado e País): _____
- 1.5. Residentes no domicílio

Nº de ordem	Nome	Idade
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		

II. CARACTERÍSTICAS DOS RESIDENTES NO DOMICÍLIO

Nº de ordem	Sexo	Idade	Relação com chefe da família	Relação com chefe do domicílio	Estado conjugal	Ocupação no Brasil	Ocupação no Japão	Nível de escolaridade	Lugar de Nascimento	UF/Provincia de nascimento	País de nascimento
1											
2											
3											
4											
5											
6											
7											
8											
Sexo		Relação com chefe do domicílio e família			Estado Conjugal		Nível de escolaridade		País de Nascimento		
1 – Masculino		1- chefe			1 – Solteiro (a)		1 – Ensino Fundamental Incompleto		1 – Brasil		
2 - Feminino		2 - cônjuge			2 – Casado (a)		2 – Ensinos Fundamental Completo		2 - Japão		
		3 – filho (a)			3 – União Estável		3 – Ensino Médio Incompleto				
		4 – pai/mãe			4 – Separado (a)		4 – Ensino Médio Completo				
		5 – irmão/irmã			5 – Viúvo (a)		5 – Ensino Superior Incompleto				
		6 – neto (a)					6 – Ensino Superior Completo				
		7 – Outro parente					7 – Pós-Graduação				
		8 – Não parente									

III. HISTÓRICO MIGRATÓRIO INDIVIDUAL

Viagens	Mês/ Ano	Cidade de origem	País de origem	Cidade de destino	País de destino
1ª					

IV. REDES SOCIAIS

	Sozinho (a) /Ninguém	Cônjuge	Filho (a)	Pai	Mãe	Irmão/ Irmã	Outro parente	Amigo (a)	Agência de viagem	Empresa
4.1 Com quem viajou?										
4.2 Migrou para viver com quem?										
4.3 Quem forneceu recursos para a viagem?										
4.4 Quem ajudou com o primeiro emprego?										
4.5 Quem ajudou com a primeira hospedagem?										
4.6 A quem recorre nos momentos de dificuldade?										

4.7 Tem amigos japoneses no Japão?

- ☐ Sim
☐ Não _____

4.8 Tem amigos brasileiros no Japão?

- ☐ Sim
☐ Não _____

4.9 Prefere bares, shows, festas...

- ☐ Brasileiros
☐ Japoneses

4.10 Prefere consumir alimentos...

- ☐ Brasileiros
☐ Japoneses

4.11 Em relação ao idioma japonês você...

- ☐ Lê
☐ Escreve
☐ Fala
☐ Compreende
☐ Não consigo me comunicar
☐ Me comunico através de intérprete (tsuyako)

4.12 Tem mais amigos brasileiros ou japoneses no Japão?

- ☐ Brasileiros
☐ Japoneses
☐ Os dois igualmente

4.12 Você estuda japonês?

- ☐ Sim
☐ Não

Por quê? _____

4.13 Prefere programas de TV...

- ☐ Brasileiros
☐ Japoneses

4.14 Prefere lojas e mercados...

- ☐ Brasileiros
☐ Japoneses

4.15 Qual a pessoa ou instituição de sua maior confiança no Japão?

4.16 Procura amigos brasileiros frente às dificuldades no Japão?

- ☐ Sim
☐ Não

Por quê? _____

V. EXPECTATIVAS TEMPORAIS

5.1 Quais destes fatores motivaram sua vinda ao Japão? (se necessário, marcar mais de uma alternativa). ☐ Estava desempregado ☐ Estava insatisfeito no trabalho ☐ O sucesso de amigos/familiares que migraram antes de mim ☐ O desejo de juntar dinheiro e voltar ao Brasil ☐ Conhecer a terra dos ancestrais ☐ Aprender o idioma japonês ☐ Acompanhar minha família ☐ Outro: _____	5.2 Pretende fixar moradia definitiva no Japão? ☐ Sim ☐ Não Por quê? _____ _____ _____ _____ _____
--	--

5.3 Antes de chegar ao Japão, qual era a sua expectativa de permanência? ☐ Menos de 1 ano ☐ 1 ano ☐ Até 2 anos ☐ De 2 a 4 anos ☐ 4 anos ou mais ☐ Outro: _____	5.4 Essa expectativa se concretizou? Ou você acha que se concretizará? ☐ Sim ☐ Não
5.5 Se não; ficou mais, ou menos do que planejado? _____ Por que? ☐ Não consegui emprego ☐ Não consegui juntar o dinheiro pretendido ☐ Me acostumei à vida no Japão e fiquei/ ou pretendo ficar mais ☐ Constituí família no Japão ☐ Constituí família no Brasil ☐ Outro: _____	Se sim Por que? ☐ Consegui emprego e juntar o dinheiro pretendido ☐ Não me acostumei a vida no Japão ☐ Constituí família no Japão e preferi/prefiro voltar ☐ Constituí família no Brasil e preferi/prefiro voltar ☐ Outro: _____

5.6 Se ficou mais tempo do que planejava, considera que valeu a pena? Quais foram os fatores positivos e negativos? _____ _____ _____ _____
5.7 Você pretende ir ao Brasil? ☐ Sim ☐ Não Por quê? _____ _____ Se sim, quando? _____
5.8 Se for ao Brasil pretende retornar ao Japão? ☐ Sim ☐ Não Se sim, quando? _____

5.9 Qual fator mais influencia em sua permanência no Japão?

VI. REMESSAS

6.1 Você envia dinheiro para o Brasil?

- ☐ Sim
☐ Não (Se não, pule para módulo VII. pag.5)

6.2 Com que finalidade?

- ☐ Sustentar minha família
☐ Comprar um imóvel
☐ Comprar um carro
☐ Abrir um negócio
☐ Outros investimentos
☐ Não envio

6.3 Como faz o envio da remessa?

- ☐ Banco
☐ Amigos
☐ Outros _____

6.4 Qual o valor médio mensal que você envia?

- ☐ Menos de ¥25.000,00
☐ De ¥25.000,00 até ¥50.000,00
☐ Mais de ¥50.000,00
☐ de ¥50.000,00 até ¥100.000,00
☐ Mais de ¥100.000,00
☐ Outro valor _____

6.5 Sua família utiliza a remessa para que?

- ☐ Consumo familiar
☐ Investimento econômico
☐ Manter estudo de dependentes
☐ Manter moradia de dependentes
☐ Investir em Imóveis
☐ Comprar carro
☐ Outros motivos:

6.6 Você mantém o mesmo valor de remessa desde que chegou ao Japão?

- ☐ Sim Quanto: _____
☐ Não Quanto enviava? _____ Quanto envia agora? _____

6.7 Se você ficar por mais tempo no Japão pretende enviar o mesmo valor?

- ☐ Sim
☐ Não

Por quê? _____

6.8 Caso você permaneça definitivamente no Japão, até quando você pensa em enviar remessa?

☐ Alguns meses

☐ Até 1 ano

☐ Até 2 anos

☐ Até 5 anos

☐ Mais de 5 anos

☐ Outro: _____

6.9 Você considera que o envio de remessas melhorou a condição de vida de sua família?

☐ Melhorou pouco

☐ Melhorou significativamente

☐ Não melhorou

6.10 Quanto você recebe a mais no Japão em relação ao seu salário no Brasil?

☐ Recebo menos

☐ 2 vezes mais

☐ 3 vezes mais

☐ 4 vezes mais

☐ Outro: _____

6.11 Se você voltar ao Brasil, como irá viver a sua família sem a remessa?

VII. TRAJETÓRIA OCUPACIONAL

Trabalho	Mês/ Ano	Ocupação	Como chegou a este trabalho*	cidade-província
1ª				

* Intermédio, ex: Indicação de amigos e/ou parentes, empreiteira, anúncio em jornais e revistas, etc...

7.1 Se você perder o emprego você...

☐ Volta imediatamente ao Brasil

☐ Tenta procurar algum trabalho antes de pensar em voltar ao Brasil

☐ Não volta mais ao Brasil

☐ Procura ajuda na prefeitura ou consulado

☐ Procura ajuda na Casa do Trabalhador Brasileiro

☐ Procura ajuda com parentes ou amigos

7.2 Você trabalha no Japão na área que estudou ou de sua especialidade no Brasil?

☐ Sim

☐ Não

7.3 Você considera que a crise econômica recente alterou em algum aspecto sua vida no Japão?

☐ Sim

☐ Não

Se sim, De que maneira?

VIII. PERMANÊNCIA NO JAPÃO

8.1 Qual sua modalidade de visto de permanência?

☐ Turista

☐ Um ano

☐ Três anos

☐ Permanente

☐ Naturalizado japonês

8.2 Qual é o tipo da sua moradia atualmente?

☐ Alojamento da empreiteira

☐ Moradia alugada pela empreiteira

☐ Moradia alugada pelo Estado

☐ Moradia alugada pela Prefeitura

☐ Moradia alugada particular

☐ Moradia própria

IX. 2º GERAÇÃO DE BRASILEIROS NO JAPÃO

n° de ordem	n° de filhos	Nascidos no Brasil	Nascidos no Japão	Residentes no Japão
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				

Filhos Residentes no Japão						
n° de ordem	Identificação			Perspectiva de Retorno para o Brasil		
	nome	Idade	escolaridade	volta com a família	volta sozinho	não volta
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						

X. EDUCAÇÃO

Características dos filhos que estão estudando no Japão:

Nº de ordem	Sexo	Idade	Estuda em escola japonesa	Estuda em escola Brasileira	Tem dificuldades nos estudos	Pretende dar continuidade nos estudos no Japão	Qual série está cursando?	Recebe ajuda financeira da prefeitura para os estudos	Tem dificuldade com língua japonesa	Tem dificuldade com a língua portuguesa
1										
2										
3										
4										
5										
6										
7										
8										

XI. FUNDO DE PENSÃO (Aposentadoria complementar)

11.1 Você paga aposentadoria ou shakai hoken?

- ☐ Sim
☐ Não

11.2 Pretende aposentar-se no Japão?

- ☐ Sim
☐ Não

11.3 Tem aposentadoria ou está próximo a aposentar-se no Brasil?

- ☐ Sim
☐ Não

11.4 Concorda em reter na fonte um percentual do seu salário para fundo de pensão?

- ☐ Sim
☐ Não

XII. QUESTÕES ABERTAS.

Se você tivesse que fazer um balanço de sua vinda para o Japão, o que você destacaria como, pontos positivos?

E pontos negativos?

Anexo 2: Tabela de ocupação no Japão por faixa etária

		ocupação no Japão																
		estudante	autonomo	tecnico	vendedor	consultor	do lar	comercio	operario	professor	motorista	servicos	tecnico	informatica	motorista	desempregado	não aplicavel	Total
faixa	0 a 4	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	18	18
etária	5 a 9	7	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	1	8
	10 a 14	18	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	18
	15 a 19	15	.	.	.	.	.	.	1	.	.	.	1	.	.	.	.	17
	20 a 24	4	.	.	.	.	1	1	8	.	.	.	.	.	.	.	.	14
	25 a 29	.	2	.	.	1	.	1	9	.	1	.	.	.	.	1	.	15
	30 a 34	.	1	.	1	.	2	.	19	2	.	.	.	1	.	.	.	26
	35 a 39	.	.	.	.	.	.	1	21	.	.	1	.	.	.	.	.	23
	40 a 44	.	.	1	.	.	1	1	20	3	.	.	.	.	.	1	.	27
	45 a 49	.	.	.	.	.	.	2	1.	.	.	.	.	.	.	.	.	12
	50 a 54	.	.	.	.	.	.	.	8	.	.	.	.	.	.	.	.	8
	55 a 59	.	1	.	.	.	.	.	3	.	.	.	.	.	.	.	.	4
	60 a 65	.	.	.	.	.	.	.	1	.	.	.	.	.	.	.	.	1
	65 a 69	.	.	.	.	.	1	.	2	.	.	.	.	.	.	.	.	3
	75 e mais	.	.	.	.	.	1	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	1
Total		44	4	1	1	1	6	6	102	5	1	1	1	1	1	2	19	195

Fonte: Pesquisa Brasileiros no Japão– NEPO/Unicamp – CAPES/Fapesp-CNPq, 2011

Anexo3: Tabela de ocupação no Brasil por faixa etária

ocupação no Brasil por faixa etária

N=195

		faixa etária															Total
		4 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 a 29	30 a 34	35 a 39	40 a 44	45 a 49	50 a 54	55 a 59	60 a 64	65 a 69	70 e mais	total	
ocupação no Brasil	estudante	.	.	9	12	12	4	5	4	.	.	.	.	.	.	46	
	autonomo	.	.	.	.	.	.	1	1	.	1	1	.	.	.	4	
	tecnico	.	.	.	.	.	.	.	1	.	.	.	.	.	.	1	
	tec.agrícola	.	.	.	.	.	.	1	.	.	.	.	.	.	.	1	
	contabil	.	.	.	.	.	.	1	1	.	1	.	.	.	.	3	
	secretaria	.	.	.	.	.	1	.	1	.	.	.	.	.	.	2	
	feirante	.	.	.	.	.	.	.	.	1	.	1	.	.	.	2	
	vendedor	.	.	.	1	.	2	1	2	2	.	1	.	.	.	9	
	consultor	.	.	.	.	.	1	1	.	.	.	.	.	.	.	2	
	do lar	.	.	.	.	.	.	2	3	3	2	2	.	.	1	1	14
	pedreiro	.	.	.	.	.	1	.	.	.	.	.	.	.	.	1	
	comercio	.	.	.	.	.	3	2	4	6	7	1	1	.	.	24	
	operario	.	.	.	.	.	.	.	1	2	1	.	.	.	1	5	
	agricultor	.	.	.	.	.	.	2	.	3	.	1	.	.	1	7	
	enfermeira	.	.	.	.	.	.	.	1	1	.	.	.	1	.	3	
	funcionario publico	.	.	.	.	.	.	1	.	.	.	.	1	.	.	2	
	mecanico	.	.	.	.	.	.	.	1	.	.	.	.	.	.	1	
	escriturario	.	.	.	.	.	.	.	1	.	.	.	.	.	.	1	
	estagiario	.	.	.	.	.	.	1	.	.	.	.	.	.	.	1	
	bancario	.	.	.	.	.	1	.	.	1	.	.	.	.	.	2	
	administração	.	.	.	.	.	1	1	1	.	.	.	.	.	.	3	
	cabeleireiro	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	1	.	.	1	
	instrcirurgica	.	.	.	.	.	.	1	.	.	.	.	.	.	.	1	
	inspetor	.	.	.	.	.	1	.	.	.	.	.	.	.	.	1	
	atendente	.	.	.	.	.	.	1	.	.	.	.	.	.	.	1	
	professor	.	.	.	.	.	.	1	.	1	.	.	.	.	.	2	
	motoboy	.	.	.	.	.	.	1	1	.	.	.	.	.	.	2	
	cozinheiro	.	.	.	.	.	.	.	.	1	.	.	.	.	.	1	
	comissaria de bordo	.	.	.	.	.	.	.	.	1	.	.	.	.	.	1	
	relojoeiro	.	.	.	.	.	.	.	.	1	.	.	.	.	.	1	
	sem ocupação	.	.	.	.	.	.	.	1	.	.	.	.	.	.	1	
	não respondeu	.	.	.	.	2	1	4	.	2	.	1	.	.	.	10	
	não aplicavel	18	8	9	4	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.	39	
Total	18	8	18	17	14	15	26	23	27	12	8	4	1	3	1	195	

Fonte: Pesquisa Brasileiros no Japão– NEPO/Unicamp – CAPES/Fapesp-CNPq, 2011

Anexo 4: Tabela sobre a concretização da expectativa temporal e os motivos para a migração

expectativa de permanência anterior a migração por concretização

N=78

		concretização da expectativa anterior			Total
		não	sim	não respondeu	
expectativa de permanência anterior a migração	menos de 1 ano	2	0	0	2
	1 ano	6	2	1	9
	até dois anos	21	1	1	23
	de 2 a 4 anos	16	7	1	24
	4 anos ou mais	9	1	0	10
	sem tempo determinado	7	0	2	9
para sempre		0	1	0	1
Total		61	12	5	78

Fonte: Pesquisa Brasileiros no Japão– NEPO/Unicamp – CAPES/Fapesp-CNPq, 2011

Anexo 5: População brasileira registrada no Japão por sexo e idade quinquenal, 1995,2000,2005,2010

População brasileira registrada no Japão por sexo e idade quinquenal, 1995,2000,2005,2010								
	1995		2000		2005		2010	
faixa etaria	homens	mulheres	homens	mulheres	homens	mulheres	homens	mulheres
0 a 4	3.554	3.354	8.821	8.547	8.925	8.261	6.663	6.222
5 a 9	2.826	2.859	5.679	5.326	8.944	8.532	7.295	6.698
10 a 14	2.363	2.283	5.165	5.045	5.828	5.500	6.865	6.572
15 a 19	7.975	5.940	9.743	8.472	9.579	8.439	5.367	4.959
20 a 24	17.830	13.828	19.998	16.744	20.338	17.137	9.994	8.771
25 a 29	18.007	13.899	21.721	17.497	23.436	19.367	14.514	12.287
30 a 34	15.334	10.439	18.768	14.640	21.546	16.703	15.463	12.552
35 a 39	10.436	6.637	15.529	11.518	18.174	14.106	14.542	11.385
40 a 44	8.047	5.162	11.358	8.586	15.992	12.334	12.727	10.187
45 a 49	6.800	4.354	9.351	6.916	12.176	9.457	11.401	9.146
50 a 54	5.090	3.565	7.294	5.237	9.658	7.276	8.526	6.829
55 a 59	2.343	1.692	4.865	3.531	6.784	4.817	6.222	4.880
60 a 65	855	607	1.631	1.297	3.666	2.665	3.683	2.843
65 a 69	173	109	458	430	912	887	1.539	1.328
70 e mais	51	28	104	123	292	352	490	602
subtotal	101.684	74.756	140.485	113.909	166.250	135.833	125.291	105.261
total	176.440		254.394		302.083		230.552	

Fonte: Estatísticas sobre estrangeiros residentes no Japão, *Japan Immigration Association (JIA)* , 1996, 2001, 2006 *apud* Sasaki (2011) e *Alien Registration Statistics*, Ministry of Justice of Japan, 2011.